



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Mariana Cristina Pereira Ostanello de Campos

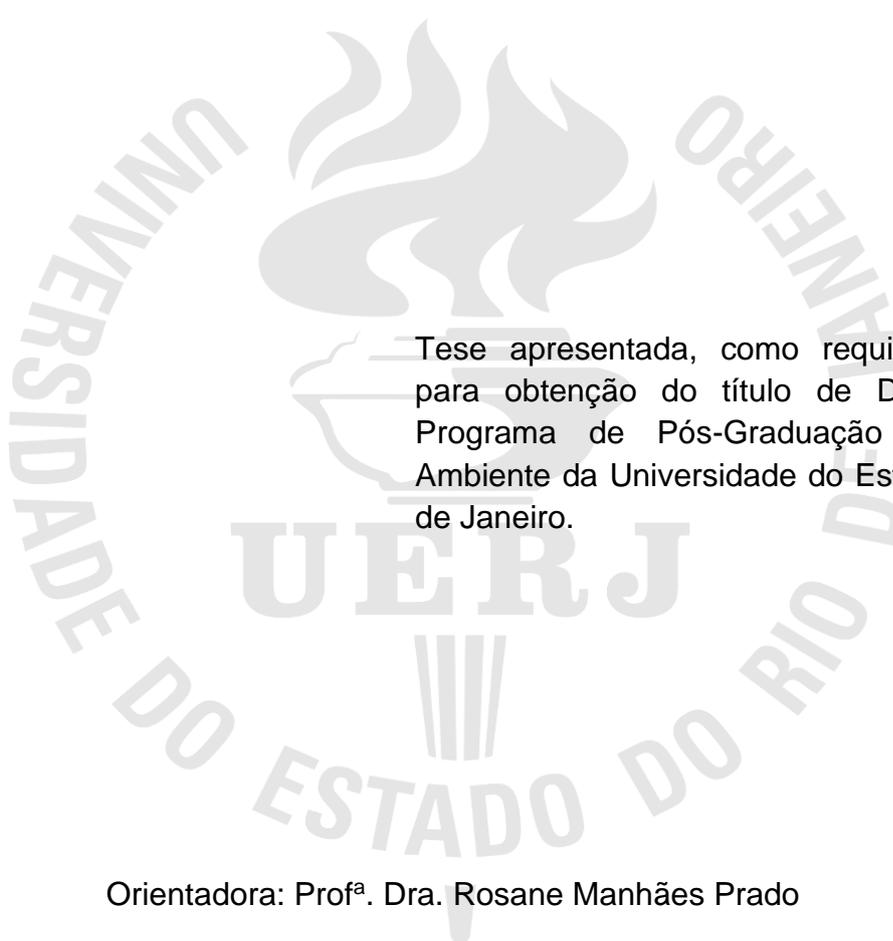
**Trekking de volta à Ilha:
Implicações do “turismo mochileiro” na Ilha Grande**

Rio de Janeiro

2022

Mariana Cristina Pereira Ostanello de Campos

**Trekking de volta à Ilha:
implicações do “turismo mochileiro” na Ilha Grande**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rosane Manhães Prado
Coorientadora: Prof^a. Dra. Sônia Vidal Gomes da Gama

Rio de Janeiro
2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC-A

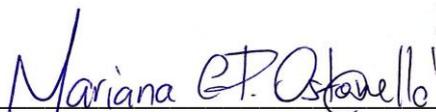
C198 Campos, Mariana Cristina Pereira Ostanello de.
Trekking de volta à Ilha: implicações do “turismo mochileiro”
na Ilha Grande / Mariana Cristina Pereira Ostanello de Campos.
– 2022.
156 f. : il.
Orientadora: Rosane Manhães Prado.
Coorientadora: Sônia Vidal Gomes da Gama.
Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.

1. Ecoturismo - Ilha Grande, Baía da (RJ) - Teses. 2. Trilhas -
Teses. I. Prado, Rosane Manhães. II. Gama, Sonia Vidal
Gomes. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDU 502

Márcia França Ribeiro - CRB7/3669 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.


Assinatura

06/06/2022
Data

Mariana Cristina Pereira Ostanello de Campos

**Trekking de volta à Ilha:
implicações do “turismo mochileiro” na Ilha Grande**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora ao Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 06 de janeiro de 2022.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Rosane Manhães Prado (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente – UERJ

Prof.^a Dra. Teresa Cristina de Miranda Mendonça
Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Helena Catão Henriques Ferreira
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dra. Sandra Maria Correa de Sá Carneiro
Departamento de Ciências Sociais - UERJ

Prof.^a Dra. Glaucia Oliveira da Silva
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente – UERJ

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese ao Roberto,
meu companheiro de vida, de trilhas e de mochila;
e à Manuela que, em breve,
irá se aventurar pela vida com a gente.

AGRADECIMENTOS

É com muita satisfação que demonstro aqui o meu agradecimento a todos que tornaram possível a realização deste trabalho:

À querida Rosane, orientadora, sempre paciente e carinhosa, muito obrigada por ter aceitado me orientar, e por ter me inserido no universo da antropologia de forma tão leve e prazerosa.

À Sônia, coorientadora, pelas discussões importantes e conversas sempre agradáveis sobre Geografia, sobre a Ilha Grande e sobre a vida.

Às componentes da banca (Gláucia Silva, Helena Catão, Sandra de Sá Carneiro e Teresa Mendonça), que, além de terem estado comigo em partes do caminho de realização da tese, aceitaram participar da etapa final, em que com certeza estreitamos os laços acadêmicos e pessoais.

Aos professores das disciplinas nas quais eu tive o prazer de ser aluna. Vocês me tornaram uma pessoa muito melhor!

A todos os interlocutores desta pesquisa: caminhantes, mochileiros, turistas, profissionais do turismo e moradores da Ilha Grande. Ao guia de turismo João Pontes, pelo profissionalismo, ajuda de campo, concessão de fotografias e facilitação nas entrevistas com os interlocutores.

À Mariana Almeida de Souza e Marina Moreno Putini, pela companhia agradável em trabalhos de campo na Ilha Grande.

Aos colegas de doutorado, pelas conversas, trocas de conhecimento e incentivos, em especial à Marcia Aguietas, Fernanda Augusta, Mariana Almeida, Lu Aguiar e Leonardo Silva.

À Alexandra Asanovna Elbakyan, criadora do Sci-hub.

Aos familiares e amigos que torceram para que esta tese se concretizasse.

A Roberto Toledo de Campos, meu maior incentivador em tudo nesta vida.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pelo ensino público, gratuito e de qualidade.

A todos os brasileiros que acreditam e defendem a ciência e a educação, lutam pela valorização dos professores e contra o sucateamento das instituições públicas de ensino.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pela concessão da bolsa de pesquisa (código de financiamento 001).

Ao povo brasileiro, financiador desta pesquisa.

De qualquer forma, entre prós e contras, hoje quem reina ainda é a Natureza. Por todo lugar ela brota, cresce e floresce num turbilhão de cores, perfumes e muita fartura. Se você é da paz, com certeza não sobrarão espaço para más recordações. O que acontece, na verdade, é que você ficará com a Ilha Grande em seus pensamentos até o dia em que retornar para mais uma aventura inesquecível. Portanto, companheiro de mochila, que trocou as calçadas das ruas e avenidas das cidades pelas pedras e raízes das trilhas na mata, tenha responsabilidade e amor com os paraísos aqui descritos.

J. Bernardo, em "Caminhos e Trilhas da Ilha Grande"

RESUMO

CAMPOS, Mariana Cristina Pereira Ostanello de. *Trekking de volta à Ilha: implicações do “turismo mochileiro” na Ilha Grande*. 2022. 156 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A Ilha Grande, distrito insular do município de Angra dos Reis, litoral sul do estado do Rio de Janeiro, é hoje um dos principais destinos turísticos do Brasil, devido à sua enorme beleza natural e paisagística. Com uma área de 193 km², compreende quatro unidades de conservação, que colaboram para a preservação de uma natureza que atrai os turistas. O turismo é atualmente o principal impulsionador econômico e mobilizador social na Ilha Grande e, dentre as práticas turísticas ali desenvolvidas, encontra-se um tipo específico de turismo mochileiro e de caminhada, conhecido como “trekking de volta à Ilha” ou “volta a pé na Ilha Grande”, atividade que se baseia no conhecimento da Ilha por meio de suas trilhas em um roteiro circular ao longo de vários dias. Utilizando a perspectiva do caminhante (*wayfaring perspective*) de Tim Ingold, seguindo os atores – as *coisas* e os *lugares* –, esta tese analisa a perspectiva dos caminhantes-mochileiros relacionada a essa atividade, bem como os efeitos dessa atividade sobre a Ilha Grande. Apresenta o turismo de volta a pé na Ilha como um tipo de turismo atualmente negligenciado, que pode ser visto como sustentável e que precisa ser considerado na formulação de políticas públicas locais, pois contribui de várias maneiras para a Ilha e todos os envolvidos nessa prática.

Palavras-chaves: Turismo de caminhada. Trilhas da Ilha Grande. Caminhante-mochileiro.

ABSTRACT

CAMPOS, Mariana Cristina Pereira Ostanello de. *Trekking around the island: implications of a “backpacker tourism” on Ilha Grande*. 2022. 156 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Ilha Grande, located in Angra dos Reis county, on the south coast of the Rio de Janeiro state, is nowadays one of the main tourist destinations in Brazil, due to its great natural and scenic beauty. The island covers an area of 193 km², including four official protected areas, which contribute to preserve a nature that attracts tourists. Tourism is currently the main economic driver and social mobilizer in Ilha Grande. Among the tourist practices adopted there, there is a specific kind of backpacking trek, popularly known as "trekking around the island" or "walking around Ilha Grande", an activity which is based upon knowing the island through its trails in a circular route over several days. Using the *wayfaring perspective* developed by Tim Ingold, while following the actors – *things* and *places* – this thesis analyzes the trekkers' perspectives, as well as the effects of this activity on Ilha Grande. It also presents walking tourism, which is neglected nowadays, as a kind of sustainable tourism that must be considered in the formulation of local public policies, as it contributes in various ways to both the island and all the people involved in such activity.

Keywords: Walking tourism. Ilha Grande trails. Backpacker.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Painel “Trilhas da Ilha Grande”	16
Figura 2 –	Localização da Ilha Grande.	20
Figura 3 –	Organização da tese: elementos centrais de cada capítulo	27
Figura 4 –	Trilhas percorridas durante a volta à Ilha Grande	31
Figura 5 –	Seguindo pistas: adesivo colado junto à placa T3	36
Figura 6 –	Fio vital, lugares e trilhas	42
Figura 7 –	Enorme bambuzal na trilha T07	46
Figura 8 –	Mapa das trilhas oficiais da Ilha Grande	55
Figura 9 –	Projeto “Demarcação de Trilhas da Ilha Grande”: placas de sinalização das trilhas e interpretativas	62
Figura 10 –	Estado de conservação atual das placas indicativas da Ilha Grande (painéis terciários)	63
Figura 11 –	Estado de conservação das placas de sinalização da Ilha Grande (painéis secundários)	63
Figura 12 –	Placas de sinalização instaladas por particulares	64
Figura 13 –	Placas de sinalização das trilhas dentro do PEIG	64
Figura 14 –	Mirante de Lopes Mendes, um dos “lugares secretos” comercializados pelo guia de turismo	79
Figura 15 –	Vista da praia de Parnaioca a partir do Mirante do João	80
Figura 16 –	As coisas que dão vida ao caminhante mochileiro da Ilha Grande	81
Figura 17 –	Os caminhantes-mochileiros e seus aparatos: botas, mochilas, cajados	83
Figura 18 –	Escunas e turistas na Praia da Freguesia de Santana	92
Figura 19 –	Lagoa Verde, em um sábado à tarde, sem turista	93
Figura 20 –	Trajectoria do caminhante: linha contínua	94
Figura 21 –	Trajectoria do turista de barco: traçado ponto a ponto	94
Figura 22 –	Malha de relações sociais formada pela caminhada	97

Figura 23 – Quitinetes construídas acima do bar para atender turistas na praia de Matariz	115
Figura 24 – Travessia do Costão do Demo em dia de sol e maré baixa	120
Figura 25 – Coleta do lixo trazido pela maré na Praia do Sul	124
Figura 26 – Mapa temático: caminhada Parnaioca-Palmas	128
Figura 27 – Praia do Caxadaço	130
Figura 28 – Clareira e vestígios de camping selvagem no Caxadaço	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caminhos percorridos durante a volta a pé na Ilha Grande	30
Quadro 2 – Trilhas oficiais da Ilha Grande	56
Quadro 3 – Quadro resumo dos benefícios do turismo de caminhada	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABETA	Associação Brasileira de Esportes de Aventura
APA	Área de Proteção Ambiental
BMEIG	Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PEIG	Parque Estadual da Ilha Grande
PMAR	Prefeitura Municipal de Angra dos Reis
PPP	Parceria Público-Privada
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
TBC	Turismo de base comunitária
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNWTO	World Tourism Organization
WWF	World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	O MÉTODO DE PESQUISA E OS INTERLOCUTORES	29
2	A TRILHA COMO O LUGAR DA COISA TODA	39
2.1	As trilhas da Ilha e as trilhas de Ingold	40
2.2	A história nas trilhas da Ilha Grande	44
2.3	O uso turístico das trilhas – após 1994	51
2.4	As trilhas como servidão pública	58
2.5	A sinalização das trilhas	60
2.6	As trilhas como lugar e recurso turísticos: seu significado para visitantes e visitados	65
3	O CAMINHANTE-MOCHILEIRO DA ILHA GRANDE	71
3.1	Sobre viagens a pé	71
3.1.1	<u>Hiking (ou fazer trilha)</u>	74
3.1.2	<u>Trekking (ou caminhada de longo percurso)</u>	75
3.1.3	<u>Backpacking (ou “mochilar”)</u>	75
3.2	Sobre trilhas, botas e mochilas	80
3.3	“Aqui não tem mochileiro, não!”	83
3.4	Ninguém quer ser apenas um turista	87
4	A VOLTA A PÉ NA ILHA GRANDE E SUAS IMPLICAÇÕES	99
4.1	Particularidades do turismo de volta à Ilha	99
4.2	Sobre turismo de caminhada na Ilha Grande	103
4.3	Efeitos do turismo de caminhada para a Ilha Grande	105
4.4	Transformando problema ambiental em turismo sustentável	118
4.4.1	<u>A travessia da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul</u>	119
4.4.2	<u>Camping selvagem: uma possível solução</u>	127
4.5	A percepção dos caminhantes sobre o ambiente da Ilha Grande ...	133

CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas	150
APÊNDICE B – Lista de interlocutores	152
APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido	158

INTRODUÇÃO

Conheci a Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ) em junho de 2013, um ano após defender minha dissertação de mestrado no Departamento de Geologia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Minha dissertação tinha como tema o mapeamento e a interpretação de “trilhas de geoturismo” no Parque Estadual do Itacolomi, unidade de conservação localizada nas cidades históricas de Ouro Preto e Mariana, estado de Minas Gerais. Antes disso, durante a faculdade de turismo, tinha sido monitora voluntária neste mesmo parque, guiando visitantes e grupos escolares pelas trilhas ali existentes. Quando me formei, fui contratada como “coordenadora de turismo” e passei a orientar os monitores nas atividades de “ecoturismo, lazer e educação ambiental” que ocorriam, sobretudo, nas trilhas interpretativas. Nessa época, ainda devido ao trabalho, tive a oportunidade de conhecer diversas trilhas de curto e longo percurso em unidades de conservação do país, para aprender sobre o turismo em trilhas, manejo, formas de interpretação e sinalização. Então, quando pisei pela primeira vez na Ilha Grande, já tinha na bagagem um grande fascínio pelas trilhas e pelas caminhadas.

Nessa primeira visita, cheguei na Ilha Grande pela barca da CCR, partindo de Angra dos Reis e desembarcando na vila do Abraão. Quem chega pela barca, logo à esquerda do cais há um grande painel no canteiro central com o título “Trilhas da Ilha Grande” (Figura 1), e foi ali, a poucos minutos e metros da minha chegada ao Abraão que descobri que era possível conhecer toda a ilha caminhando por trilhas, atividade popularmente conhecida como “a volta a pé na Ilha Grande”. Infelizmente, naquele momento, eu era uma “turista de final de semana”, sem tempo suficiente nem equipamentos adequados para sair andando por tantos quilômetros. Assim, tive que me contentar com “a volta de barco na Ilha Grande” feita em algumas horas. Mas a “volta a pé na Ilha Grande” permaneceu em minha cabeça desde então, fazendo com que buscasse mais informações e programasse o retorno à ilha o mais breve possível.

Figura 1 - Painel “Trilhas da Ilha Grande” (seta vermelha) à esquerda do porto de chegada da barca da CCR na Vila do Abraão (seta amarela).



Fonte: A - Google Street View, acessado em 20 de março de 2021; B - A autora, 2013.

A volta a pé na Ilha Grande é uma *caminhada de longo percurso* ou *trekking*, cujo objetivo é percorrer todas as trilhas que bordejam a ilha de forma contínua, emendando-as até completar um roteiro circular que atravessa todas as suas comunidades e quase todas as praias, algumas ainda pouco frequentadas por turistas. Para percorrer a volta completa na Ilha Grande, o caminhante necessita, em média, de 7 a 15 dias, dependendo do seu preparo físico, do nível de dificuldade do roteiro planejado ou da sua própria disponibilidade de tempo, pois existem várias formas de começar, desenvolver e finalizar a caminhada por ali. Durante a atividade o caminhante, ao longo do caminho, hospeda-se em campings ou quartos alugados nas casas de nativos e alimenta-se, na maior parte das vezes, de pratos feitos (PFs) ou alimentos comprados nos bares e restaurantes encontrados pelas comunidades e praias por onde passa.

Talvez o caminho natural para quem termina o mestrado e quer seguir uma carreira acadêmica seria buscar o doutorado na sequência. Mas durante o mestrado desenvolvi uma forte ligação com as geociências e com a educação ambiental informal que o geoturismo¹ poderia proporcionar, sobretudo através das trilhas interpretativas. Por isso, no início de 2014, resolvi voltar para a faculdade e ingressei no curso de Licenciatura em Geografia na UERJ em Nova Friburgo, visando ampliar minha área de atuação no meio acadêmico e aprofundar meus conhecimentos na parte física da geografia: cartografia, geologia e geomorfologia. Tão logo no início do curso, todas essas minhas aspirações foram desconstruídas quando conheci e me encantei pelas teorias e pelos autores da geografia humana, sobretudo a obra de Milton Santos. Analisar a ação do homem na modificação do espaço é, de forma bastante generalista, o tema central da geografia humana. E assim, percebi que nas minhas trilhas de geoturismo do Itacolomi faltava algo e que me inquietava: não havia vida humana naquelas vias rochosas, faltava o aspecto social.

Em 2016, ainda na metade do curso de geografia, ingressei no doutorado em meio ambiente. Queria continuar meus estudos sobre trilhas e escolhi a volta na Ilha

¹ Segundo Ruchkys (2007, p. 23), geoturismo é “um segmento da atividade turística que tem o patrimônio geológico como seu o atrativo principal e busca sua proteção por meio da conservação de seus recursos e da sensibilização do turista, utilizando para isto, a interpretação deste patrimônio tornando-o acessível ao público leigo, além de promover a sua divulgação e o desenvolvimento das ciências da Terra”.

Grande como objeto de estudo. Porém, se no mestrado eu me voltava exclusivamente aos elementos físicos e aspectos naturais das trilhas, agora me propunha a estudar o outro lado desse tipo de turismo: o lado dos que visitam e dos que são visitados a propósito das trilhas. Será que toda a minha boa intenção em mapear, interpretar e disponibilizar a trilha para o turista (como fiz nas trilhas do Itacolomi) ia ao encontro da motivação do visitante que a percorria? O que ele buscava ao caminhar pela trilha? Por que estava ali? Quais os efeitos de suas ações no ambiente atravessado por aquelas trilhas?

Meu encanto por trilhas na natureza e caminhadas é grande, de modo que em toda viagem que programo, normalmente viagens de mochilão (backpacking), eu sempre as incluo no roteiro. Muitas vezes é a própria trilha ou a caminhada a motivação das minhas viagens. Às vezes, a viagem é a própria caminhada, como os dez dias percorrendo os 322 km do Caminho da Fé, uma viagem de Águas da Prata (MG) até Aparecida (SP), ou os cinco dias andando pela trilha Salkantay, de Cusco até o Parque Nacional de Machu Picchu, no Peru, ou o trekking da Isla del Sol, no lago Titicaca, na Bolívia. Por estas experiências anteriores, identifiquei na Ilha Grande um tipo similar de visitante, os que estão lá não apenas pela Ilha Grande, mas pelas “trilhas da Ilha Grande”, que dão a possibilidade de viajar em torno dela a pé caminhando por vários dias com uma mochila nas costas. Portanto, acredito que fazer o trekking de volta na Ilha Grande é “fazer um mochilão” pela ilha, no sentido de carregar tudo na mochila: roupas, alimentos e equipamentos necessários à atividade enquanto se estiver percorrendo as trilhas.

Esta relação entre caminhante e mochileiro não é uma novidade posta por mim, muitos caminhos de longo percurso no mundo são considerados “destinos mochileiros”, sejam eles motivados pelo esporte, aventura, lazer ou religião, como os famosos trekkings no Nepal, a trilha Inca, ou as diversas rotas peregrinas, por exemplo. Segundo o Cambridge Dictionary (2021), trekking é “a atividade de caminhar longas distâncias a pé por prazer”, é uma palavra derivada do verbo em inglês to trek, que significa “caminhar uma longa distância, geralmente em terrenos como colinas, montanhas ou florestas”. Já backpacking (ou, em português, mochilão) é “a atividade de viajar carregando suas roupas e outras coisas necessárias na mochila, geralmente não gastando muito dinheiro e se hospedando

em lugares que não são caros” (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2021, tradução própria). Nos Estados Unidos o termo backpacking refere-se a uma prática de caminhada: “a atividade de caminhar de um lugar para outro no campo, carregando o que você precisa em uma mochila e acampando à noite” (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2021). Na volta a pé na Ilha Grande os termos trekking e backpacking se confundem, assim como os termos caminhante ou mochileiro, ou caminhante-mochileiro, que são os que utilizarei aqui para denominar o praticante da volta a pé Ilha Grande.

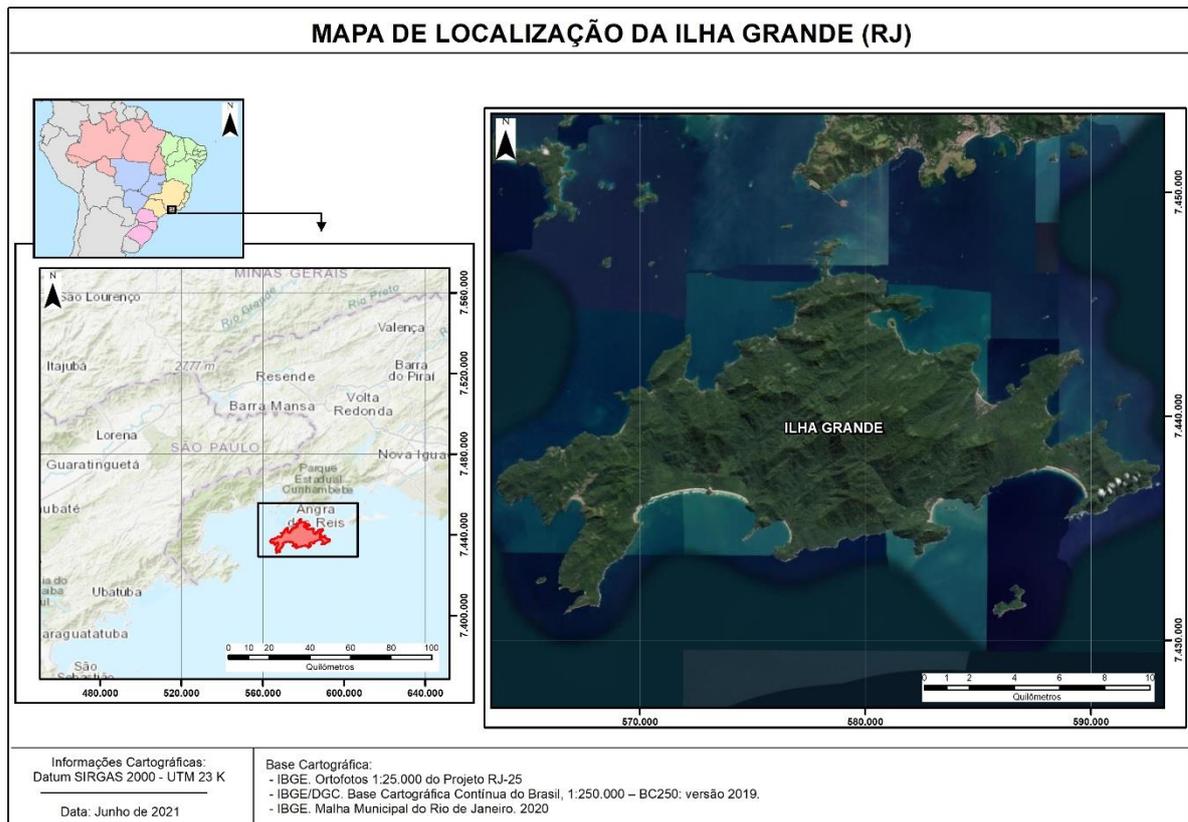
Minhas primeiras pesquisas sobre a volta na Ilha Grande foram realizadas na internet em sites específicos sobre turismo mochileiro (blogs mochileiros.com e mochilabrasil.com.br²) e indicavam que ali estava um dos mais admiráveis circuitos de trekking do Brasil. Sobre essa atividade, há diversos relatos disponíveis em fóruns virtuais, blogs, redes sociais específicas de turismo mochileiro, que corroboram essa afirmação; basta inserir a expressão “volta a pé na Ilha Grande” no Google e um universo de informações sobre o assunto se abre na tela. Embora na internet os materiais sobre a volta a pé na Ilha Grande sejam fartos sob o aspecto da divulgação turística, as pesquisas e publicações acadêmicas sobre a manifestação e a frequência desta atividade na ilha mostraram ser inexistentes. Assim como afirma Davies (2016), caminhar é a atividade mais popular em espaços naturais e em áreas gerenciadas de recreação ao ar livre, mas recebe menos atenção da literatura acadêmica do que deveria.

Assim é que me voltei então para o contexto que me propus investigar na Ilha Grande: colocando suas trilhas e as comunidades como os lugares onde a pesquisa se desenvolve, e as pessoas – o caminhante-mochileiro e os ilhéus – como os interlocutores no estudo, analiso a ocorrência desse tipo de atividade, focalizando as repercussões e os efeitos socioambientais na Ilha Grande da atividade popularmente conhecida pelos que a exercem como “volta a pé na Ilha Grande”, “travessia na Ilha Grande” ou “trekking na Ilha Grande”.

² O site Mochila Brasil foi criado em 1998/1999 e funcionou até março de 2018, quando foi incorporado ao blog mochileiros.com. (Fonte: <https://www.mochileiros.com/blog/sobre-o-mochila-brasil>. Acessado em 21 dezembro 2020).

A Ilha Grande, território insular pertencente ao município de Angra dos Reis, possui 193 km² e é maior ilha marítima do estado do Rio de Janeiro e a sexta maior do Brasil (Figura 2). É hoje um dos principais destinos turísticos fluminenses, devido à sua enorme beleza natural e paisagística. Situada na região da Costa Verde (assim designada pelas políticas públicas de regionalização do turismo), tem todo o seu território tomado por quatro unidades de conservação da natureza de diferentes categorias: o Parque Estadual da Ilha Grande, a Reserva Biológica da Praia do Sul, a Área de Proteção Ambiental Tamoios e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro, que são essenciais para manter seu ambiente natural ainda bastante preservado.

Figura 2 - Localização da Ilha Grande



A atividade turística hoje é a principal atividade econômica da Ilha Grande. Todas as suas comunidades sentem, em maior ou menor intensidade, a influência e os efeitos proporcionados pelo turismo. Alguns marcos importantes contribuíram de

forma direta ou indireta para o desenvolvimento do turismo na ilha: a construção da rodovia Rio-Santos (BR-101) na década de 1970, que favoreceu o acesso e a urbanização; o Projeto Turis (Plano de Aproveitamento Turístico) da EMBRATUR, também na mesma época, que incentivou o turismo; a criação das unidades de conservação na Ilha Grande a partir da década de 1970, essenciais para a preservação de sua natureza; o término das atividades carcerárias, ocorridas ali por um século e por último no Instituto Penal Cândido Mendes, “o presídio”, localizado na praia de Dois Rios, desativado e implodido em 1994.

Esses eventos, em especial o fim do presídio, trouxeram como consequência à Ilha Grande um expressivo aumento no fluxo turístico e um acelerado crescimento de meios de hospedagem, restaurantes, casas de veraneio, agências de turismo e demais estruturas voltadas para atender a essa demanda crescente dos visitantes. O crescimento da infraestrutura – “turistificação” – é assinalado em vários trabalhos publicados como consequência e fator da ascensão do turismo no local (ver: RAMUZ, 1998, BRITO, 2001; PRADO, 2003; WUNDER, 2006; SANTIAGO, 2010; MENDONÇA, 2010). E, por outro lado, Mendonça e Prado (MENDONÇA, 2010; MENDONÇA & PRADO, no prelo) indicam o fenômeno da “turismização” – com a adesão na Ilha Grande a valores e um modo de vida referidos ao turismo que ali ocorre. Alguns desses trabalhos apontam também que, mesmo com tamanha intensificação do turismo, de modo aparentemente paradoxal, é justamente a manutenção da natureza preservada da ilha o seu principal fator de atração turística.

As leis ambientais impostas pelas unidades de conservação colaboram para a preservação da sua cobertura florestal; porém, em contrapartida, elas proibiram atividades extrativistas exercidas no âmbito da cultura caiçara, como a agricultura, a pesca e a caça, fazendo com que muitos ilhéus, sem outras alternativas econômicas, buscassem no turismo uma nova forma de sustento (PRADO, 2006; COSTA, 2008; MENDONÇA & MORAES, 2011). Outros, sem habilidades e condições financeiras para competir com os empreendedores externos e com a alta especulação imobiliária, venderam suas “posses”, saíram da Ilha Grande e/ou inseriram-se como mão de obra nas pousadas e demais empreendimentos turísticos, sobretudo na vila do Abraão, seu principal porto de entrada e considerada por alguns como a “capital da ilha” (PRADO, 2003).

As trilhas da Ilha Grande já existiam antes mesmo da turistificação e da “turismização” do território referidas acima e da criação das suas unidades de conservação, servindo como elos terrestres para deslocamento dos ilhéus por entre seus povoados, desde os indígenas pré-colonização até sua configuração social atual. Após a descoberta da ilha pelo turismo, sobretudo após 1994 quando o presídio foi demolido e a ilha tornou-se “segura” para o lazer, os turistas passaram a utilizar-se das trilhas como forma de acesso às suas praias, mirantes, cachoeiras e construções antigas agora consideradas atrativos históricos. Oficialmente, são 91,1 km de extensão em trilhas demarcadas e sinalizadas, distribuídas em dezesseis trechos que se interligam formando uma malha de vias que atravessa tanto áreas costeiras como a floresta. Porém, há também outros trechos não oficiais, atalhos, desvios e “corta-caminhos”, que, se somados às vias oficiais totalizam mais de 120 km em trilhas na floresta e na área costeira. Cabe salientar que na ilha o tráfego de veículos motorizados é proibido, com exceção dos veículos da UERJ, para acesso ao seu campus na área de Dois Rios, e os que prestam os serviços públicos, como recolhimento de lixo, policiamento ou fiscalização das unidades de conservação locais. De modo geral, a forma utilizada para mobilidade terrestre na Ilha Grande, tanto por visitantes quanto pelos moradores, é a pé.

Ao me envolver com a volta a pé na Ilha Grande – como pesquisadora e, logo em seguida, como uma caminhante-mochileira propriamente nos trabalhos de campo – pude identificar uma atividade complexa e com características próprias, que não devem ser generalizadas devido às particularidades do espaço onde ocorre. Embora a caminhada aconteça em um único ambiente – o insular da Ilha Grande –, ela atravessa cenários sociais e ambientais heterogêneos, visto que, assim como a natureza de cada lugar, cada povoado da Ilha possui particularidades culturais, socioambientais, históricas e na relação com o turismo e com a legislação ambiental. Sobre esse contexto vários são os trabalhos já produzidos na Ilha Grande, dentre os quais cito Mello (1987), Ramuz (1998), Brito (2001), Prado (2003a, 2003b, 2005, 2006), Costa (2008), Oliveira (2008), Bastos & Callado (2009), Ferreira (2010), Mendonça (2010).

Turismo mochileiro é, de um lado, uma prática de caminhada, e de outro lado, é também um conceito importante nos estudos de turismo. O termo “mochileiro” foi

instituído na literatura acadêmica por Pearce (1990), para se referir a um tipo específico de viajante que visitava a Austrália, que fugia da rota convencional do turismo, utilizava meios de hospedagem econômicos, viajava por um período maior de tempo do que um final de semana, um feriado ou um período curto de férias, dava preferência a atividades participativas e comunitárias no local de destino e enfatizava conhecer outras pessoas, fossem elas moradores do lugar receptor ou outros viajantes.

Antes disso, as primeiras definições sobre o que seria hoje o turismo mochileiro apareceram na literatura acadêmica nos estudos sociológicos de Cohen (1972, 1973), Vogt (1976) e Riley (1988) por eles denominados, respectivamente, como drifter (vagabundo), wanderer (andarilho) e long term budget traveller (viajante econômico de longo período), que conceituavam viajantes que possuíam o arquétipo do mochileiro atual, eram independentes, não tinham um itinerário definido, viajavam por um período maior de tempo que um turista convencional, eram especialistas em descobrir e explorar novos destinos e buscavam vivenciar experiências mais autênticas. Nesse período, o ato de mochilar ainda era considerado como uma atividade marginal, de contracultura, realizada por jovens que buscavam uma “fuga da realidade”. Todos esses conceitos foram introduzidos como tentativas de distinguir esse tipo de viajante do turista (COHEN, 2010). Embora as sugestões de Vogt (1976) e Riley (1988) sejam menos depreciativas que o drifter (vagabundo) de Cohen (1972), nenhum deles se firmou na academia; e foi somente na década de 1990, com a introdução da designação “mochileiro” (backpacker) feita por Pearce (1990) que essa concepção se difundiu na literatura acadêmica (COHEN, 2010).

A partir do trabalho de Pearce, vários outros emergiram em diversas partes do mundo. De modo geral, os primeiros estudos sobre turismo mochileiro focavam exclusivamente o viajante internacional jovem. Porém, com a globalização do turismo e principalmente o aumento das viagens organizadas de forma independente, o ideal do drifter ficou no passado e o turismo de mochileiros se tornou comum (O'REILLY, 2006 citado por VERÍSSIMO & COSTA, 2018).

Hoje, poucos lugares do globo terrestre encontram-se desconhecidos pelo turismo de um modo geral, ou seja, passíveis de serem “descobertos” por mochileiros exploradores. “Não existe praticamente lugar de nossa geografia onde

não se observe a influência desse fenômeno em maior ou menor intensidade” (BENI, 2002, p.77). Assim, a evolução do turismo mochileiro ao longo do tempo reflete as mudanças no turismo em geral.

Diversas pesquisas sobre turismo mochileiro em âmbito mundial apontam para as vantagens sociais e econômicas que ele traz para os destinos receptores, sobretudo os localizados em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, visto que, por caracterizar um tipo de turismo de baixo orçamento, as comunidades locais podem fornecer serviços e produtos demandados sem a necessidade de grandes investimentos financeiros iniciais ou infraestrutura sofisticada, já que os mochileiros preferem experiências “mais autênticas” (SCHEYVENS, 2002, 2006; SCHEYVENS & MONSEN, 2008). Alguns trabalhos, focam essencialmente na contribuição do turismo mochileiro para o desenvolvimento de um turismo sustentável³ em territórios insulares, como uma alternativa ao turismo de massa ou de luxo, que é frequentemente incentivado pelos governantes de muitas ilhas ao redor do mundo. Dentre as pesquisas sobre turismo mochileiro em territórios insulares destaco os artigos de Cohen (1982) na Tailândia, Locker-Murphy & Pearce (1995) na Austrália, de Wall & Long (1996) em Bali, de Hampton (1998) na ilha Gili Trawangan na Indonésia, de Scheyvens (2002; 2003; 2006) na Samoa e na Nova Zelândia, e de Wunder (2006) na própria Ilha Grande.

Verifiquei a ausência de políticas públicas no Brasil que considerem o turismo mochileiro como um nicho de mercado positivo, sobretudo nos próprios termos econômicos. Em especial, na região da Baía da Ilha Grande, por ser uma região de beleza ímpar e natural, projetos que emergiram nos últimos anos – e que coincidiram com o período do desenvolvimento desta pesquisa de doutorado – visavam estimular cada vez mais o turismo de luxo e de massa, ou elitizar o turismo atual. Dentre eles encontram-se a polêmica proposta de privatização do uso turístico na Ilha Grande por meio de uma Parceria Público-Privada, iniciada em 2016, e paralisada por força popular (GOMES, 2019), ou o “Projeto Cancun” como vem sendo chamado popularmente, surgido em 2019, que objetiva implantar na região da

³ Turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro (BRASIL, 2009).

Costa Verde um modelo de urbanização turística de massa similar ao existente na cidade de Cancun, no México, famosa por seus resorts de luxo e cassinos, desconsiderando as particularidades ambientais e sociais da região da Costa Verde (MONTEIRO, 2020).

Diante dos fatos apresentados, coloco aqui que o objetivo deste trabalho é analisar as implicações do trekking de volta à Ilha Grande, analisando suas repercussões no ambiente complexo da ilha a partir das percepções dos próprios caminhantes-mochileiros e das comunidades receptoras. Concomitantemente, cotejo as suas manifestações com as premissas apontadas na literatura existente sobre as melhores práticas do turismo mochileiro em territórios insulares. De forma específica, busco também: caracterizar a volta na Ilha Grande e os praticantes dessa atividade; analisar as relações entre caminhantes-mochileiros e ilhéus, as representações recíprocas, e os efeitos dessa modalidade de turismo para o ambiente da Ilha Grande.

Nesse sentido, vale considerar uma questão de fundo nos estudos da antropologia do turismo, que se refere à relação entre visitantes e visitados, gerando discussões que em boa parte focalizam a repercussão sobre os visitados, ou seja, o “impacto” ou o “efeito” do turismo sobre as localidades receptoras. Neste trabalho, tal como apresentado por Santana (2009) e Sigaud (1988), utilizo o termo “efeito” em detrimento a “impacto”, sobretudo porque o segundo sempre traz uma conotação dualista e mensurável, “de choque, de avanço de uns sobre os outros” (SANTANA, 2009, p. 148). Já os efeitos são “os resultados de um encontro, nem sempre expressos como positivos ou negativos para o conjunto de atores” (SANTANA, 2009, p.148). Para Sigaud (1988), o termo “efeito” implica a noção de resultados de um processo social. Esclareço que não é minha pretensão julgar de forma normativa e dualista – o certo e o errado – as repercussões do turismo dos caminhantes-mochileiros na Ilha Grande, mas, sobretudo, realizar uma “descrição densa”, como Geertz (1989) se refere à etnografia, em referência ao fato de que, considerando a antropologia como uma ciência interpretativa em busca de significados, esse “denso” (em distinção a outros tipos de descrição) corresponde aos significados desvendados daquilo que é considerado.

Assim, as respostas para as questões que me instigavam em relação ao tema, busquei através de uma pesquisa de perspectiva antropológica/etnográfica e adotando procedimentos de base qualitativa: a observação direta, entrevistas com moradores locais e caminhantes, e a análise de relatos dos caminhantes da volta à Ilha Grande publicadas e disponíveis livremente na internet.

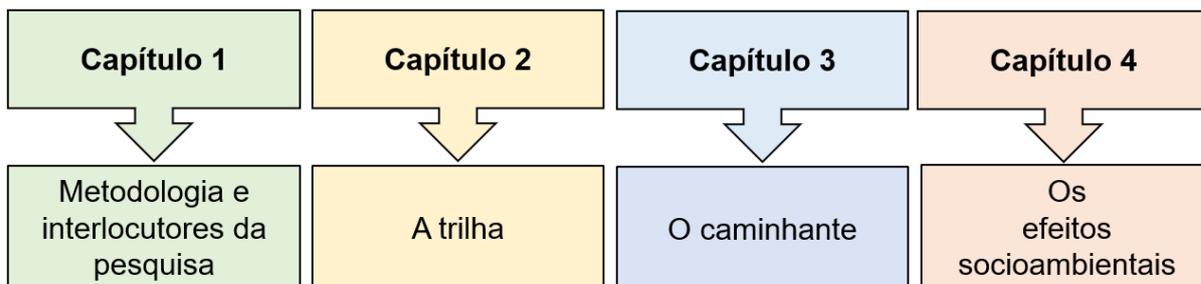
Me inspirei na teoria antropológica de Tim Ingold, de que “a vida se constrói ao longo de trilhas, ou caminhadas” (INGOLD, 2015, p.12), para construir esta tese. Para estudar todas as relações e os efeitos do trekking de volta na Ilha Grande, utilizo como analogia explicativa a sua perspectiva do caminhante (wayfaring perspective). Para Ingold, o caminhante está em constante movimento, ele é, na verdade, o próprio movimento, e a caminhada assume o papel de protagonista do método etnográfico, fundamental para construção do conhecimento, tornando-se a maneira pela qual os seres humanos aprendem a entender o mundo a sua volta enquanto passam por ele (COVERLEY, 2014, p.13).

Para Ingold, conforme a caminhada ocorre, as relações entre as coisas, pessoas e lugares (incluindo-se humanos e não-humanos) vão sendo tecidas, formando uma malha de fios vitais (meshwork). A “malha” é, portanto para mim, ao mesmo tempo, uma importante categoria de análise e também meu campo de estudo: a malha de trilhas da Ilha Grande. Projetando no contexto dos caminhantes-mochileiros da Ilha Grande, entendo que no encontro entre os que “habitam a trilha” (caminhantes) e os que “habitam a ilha” (moradores) formam-se “nós”, que são um emaranhado de relações sociais. É nessa relação de troca que a pesquisa se desenvolve, é ali que o conhecimento se constrói. Segundo Ingold (2015, p.13) “é movendo-nos que conhecemos, e é movendo-nos também que descrevemos”. Foi caminhando pelas trilhas da Ilha Grande, portanto, que me propus a construir esta tese.

Para além dessa perspectiva de Ingold, a ser mais explicada adiante, que considero como um eixo de suporte tanto do desenvolvimento da pesquisa quanto do seu resultado aqui, outros referenciais teóricos e categorias de análise são utilizados na tese conforme os temas tratados, e serão apresentados na medida em que forem sendo usados, tendo alguns deles já sido colocados nesta Introdução.

Esta tese está estruturada em quatro capítulos descritos a seguir, cujas abordagens centrais de cada um deles são apresentadas na Figura 3, abaixo:

Figura 3 - Organização da tese: elementos centrais de cada capítulo



O capítulo 1 apresenta o método etnográfico de pesquisa utilizado na construção da tese e os interlocutores da pesquisa.

No capítulo 2, o foco são as trilhas da Ilha Grande, lugares onde a caminhada se desenvolve. Intitulado “A trilha como o lugar da coisa toda”, aí apresento os fatos e as ações públicas e privadas que contribuíram para que as trilhas da ilha fossem ressignificadas ao longo do tempo e transformadas em lugares e recursos turísticos. Mostro como as trilhas da Ilha Grande se constituíram e têm sido utilizadas por diferentes usuários em diversas circunstâncias. Assim também, apresento que os significados das trilhas para os visitantes – os caminhantes – e para os visitados – os moradores locais – obedecem a lógicas diversas. Este capítulo, adaptado em coautoria com minha orientadora, foi publicado no Dossiê Especial de Antropologia e Turismo da *Revista Iberoamericana de Turismo* (RITUR), com o título “A trilha como o lugar da coisa toda: as trilhas da Ilha Grande como lugares turísticos” (OSTANELLO & PRADO, 2021).

O capítulo 3 intitula-se “O caminhante-mochileiro da Ilha Grande” e tem o caminhante como o elemento central da discussão. São apresentadas as características desse visitante, que o distinguem de um turista convencional ou de um trilheiro. São analisadas as percepções sobre o que é ser um mochileiro de volta

à Ilha, designação que é, muitas vezes, pejorativa pelos moradores locais e desprezada pelos próprios caminhantes. Assim também, é mostrado que os diferentes usos dos lugares turísticos da Ilha Grande por caminhantes e por “turistas de barco” faz com que os caminhantes rejeitem a atribuição do rótulo de turista, como algo com que eles não querem ser confundidos.

O capítulo 4 teve o objetivo de investigar os efeitos do turismo de volta na Ilha Grande sobre seu ambiente natural, social e econômico, por meio da percepção dos interlocutores e de referências bibliográficas. É avaliado em que medida a ocorrência desse tipo de atividade corresponde a, ou se articula com, concepções consagradas nos estudos de turismo, como a de “ecoturismo” e “turismo de caminhada” e o conceito correlato de “turismo sustentável”.

1 O MÉTODO DE PESQUISA E OS INTERLOCUTORES

Mover, conhecer e descrever demandam mais do que estar *em*, ou imersão. Demandam observação. Um ser que se move, conhece e descreve deve estar atento. Estar atento significa estar vivo *para* o mundo. (INGOLD, 2015, p. 13)

Ao seguir as trilhas da Ilha Grande para desvendar os emaranhados de nós, tal qual propõe Ingold (2012), ou seja, os encontros e relações entre os caminhantes-mochileiros e componentes das comunidades, esta tese sustentou-se numa pesquisa qualitativa em que adotei a etnografia como perspectiva de abordagem, e a análise de relatos de viagem, a observação direta e as entrevistas como técnicas de pesquisa. Com relação às entrevistas, foram aplicadas com guias de turismo, caminhantes e moradores da ilha, e com base em um roteiro pré-estabelecido, que se apresenta no Apêndice A. Algumas foram gravadas e transcritas, outras informações foram obtidas através de observações atentas e conversas informais durante os trabalhos de campo. Segundo Bastos (2005, p. 74) as histórias contidas em situações de entrevistas de pesquisa são uma ferramenta importante para a compreensão não apenas do sentido que os indivíduos fazem de si mesmos, mas também da sua compreensão do mundo e de suas experiências nesse mundo.

O primeiro trabalho de campo foi realizado em agosto de 2017, quando me incorporei, já como pesquisadora, em um grupo de trekking de volta à Ilha conduzido por um guia de turismo local. Nessa incursão, iniciada na vila do Abraão, caminhando ao longo de oito dias no sentido anti-horário de quem observa o mapa da Ilha Grande, percorri todas as trilhas que a bordejam, totalizando quase 100 quilômetros de caminhada, conforme apresentado no mapa da Figura 3. O Quadro 1 apresenta o dia-a-dia da caminhada, lugares visitados, formas de hospedagem e distância percorrida por dia. Além de mim e do guia, o grupo era composto por mais dois caminhantes, Eduardo (37 anos, morador de Niterói) e Mariana (29 anos,

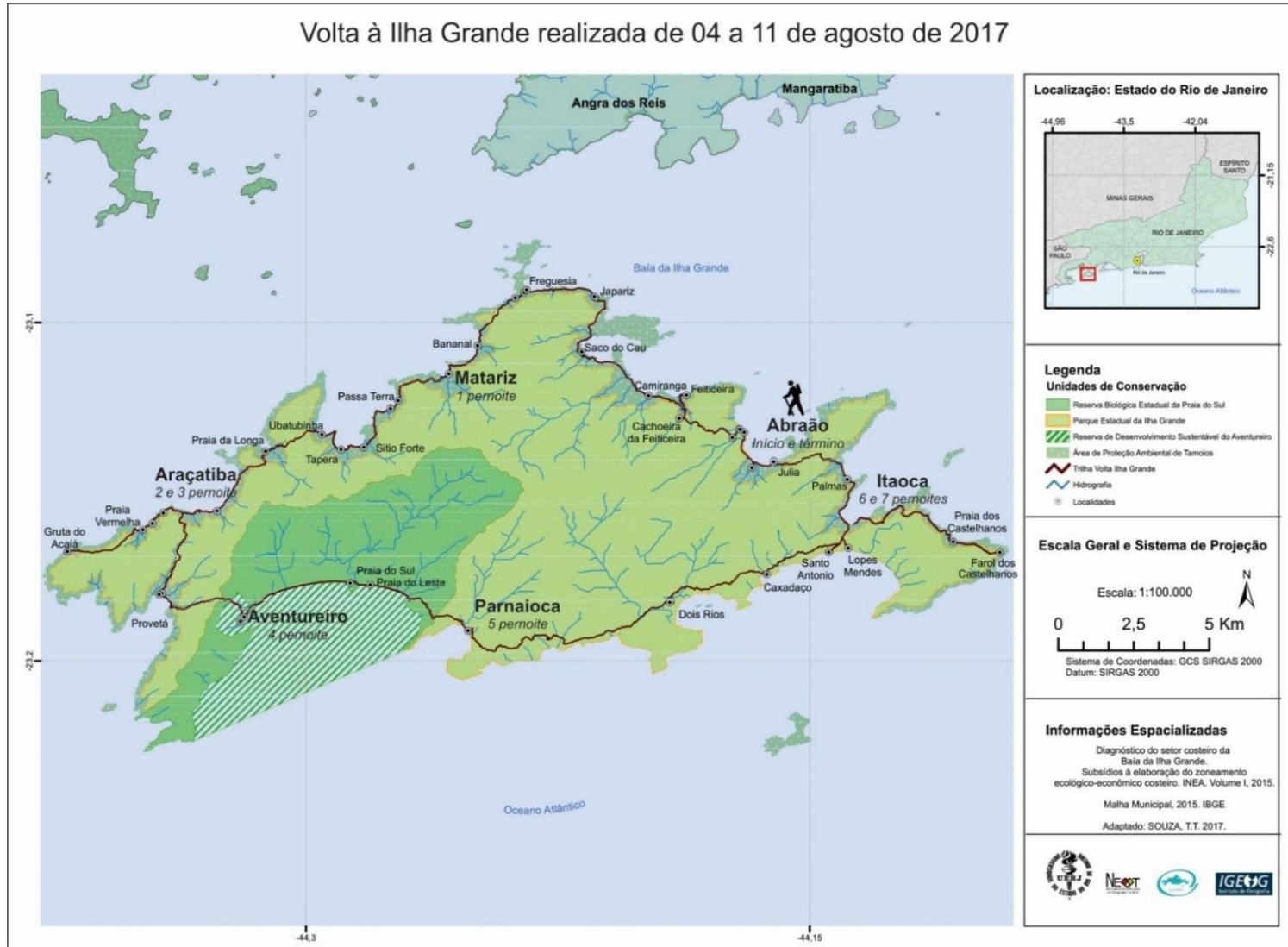
moradora de Angra dos Reis). O valor pago pelo serviço de guiamento foi de cem reais por dia por cada pessoa⁴.

Quadro 1 - Caminhos percorridos durante a volta a pé na Ilha Grande

Dia	Início	Lugares onde passei	Pernoite	Tipo de Hospedagem	Distância Percorrida
1	Vila do Abraão	Praia Preta, do Galego, Poção, Lazareto, Aqueduto, Cachoeira da Feiticeira, Iguazu, Camiranga, Perequê, de Fora, do Galo, Saco do Céu, Guaxuma, do Funil, Japariz, Freguesia de Santana, praia de Baixo, Grumixama, Bananal Pequeno, Bananal	Matariz	Quarto alugado	18,8 km
2	Matariz	Jaconema, Passaterra, Maguariqueçaba, Marinheiro, Sítio Forte, Tapera, Ubatubinha, da Longa, Lagoa Verde	Araçatiba	Pousada	14,4 km
3	Araçatiba	Itaguaçu, Vermelha, Gruta do Acaiá (ida e volta)	Araçatiba	Pousada	10,4 km
4	Araçatiba	Provetá	Aventureiro	Quarto alugado	8,3 km
5	Aventureiro	Reserva Biológica da Praia do Sul (praias do Demo, do Leste e do Sul)	Parnaioca	Camping	9,8 km
6	Parnaioca	Cachoeira Mãe D'Água, Dois Rios, Caxadaço, Santo Antonio, Lopes Mendes, Pouso	Itaoca	Casa de morador	19,3 km
7	Itaoca	Praia dos Castelhanos, Aroeira, Farol dos Castelhanos (ida e volta)	Itaoca	Casa de morador	12,9 km
8	Itaoca	Pouso, Mangues, Palmas, Abraãozinho, Crena, Júlia	Abraão	Hostel	5,5 km
Total percorrido:					99,5 km

⁴ O valor pago ao guia de turismo refere-se somente ao serviço de guiamento. Custos de hospedagem, alimentação, lanches, eram pagos diretamente nos empreendimentos. O custo da volta à Ilha em oito dias de caminhada totalizou R\$ 800,00 reais (oitocentos reais) por pessoa. Como base de comparação, o valor do salário mínimo em 2017 no Brasil era de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

Figura 4 - Trilhas percorridas durante a volta à Ilha Grande, na primeira pesquisa de campo.



Por meio da observação participante, enquanto caminhante inserida nesse grupo de caminhada, pude analisar o comportamento, o envolvimento e a interação dos caminhantes desse grupo entre si e com o ambiente natural da Ilha Grande, e também a dos ilhéus conosco. Nesse sentido, fui ao encontro de Steil & Toniol (2011, p. 31) na ideia de que, para pesquisar os caminhantes seria necessário meu próprio engajamento naquele grupo etnográfico, concebendo a situação não apenas como o meu objeto de reflexão, mas também como o meu instrumento de análise. A partir da caminhada, pude identificar todos os atores e sujeitos que, de forma direta ou indireta, se envolvem nesta prática, interagir com eles, e, acima de tudo, conhecer o significado daquela situação. Estar imersa nesse grupo de caminhada, portanto, foi fundamental para que eu pudesse conhecer os lugares e as coisas compreendidas nesta pesquisa, assim também as relações emergentes, como o trabalho do guia, as experiências vivenciadas pelos colegas de caminhada e, sobretudo, a receptividade e interação com os componentes das comunidades locais, que demonstraram estar bastante acostumados com esse tipo de turismo. O guia de turismo, condutor da caminhada, além de bem informado sobre a história da ilha, conhecia muita gente nas praias por onde passamos, facilitando a minha abordagem enquanto pesquisadora na conversa com os ilhéus, que ocorria, sobretudo, nos lugares de parada para alimentação, descanso ou pernoite, onde havia mais tempo para interação. Os meios de hospedagem utilizados foram quartos alugados na casa de nativos, campings e pousadas.

Nessa jornada, minha história vivida no trekking de volta na Ilha Grande se emaranhou a diversas outras histórias vividas e narradas pelos sujeitos que encontrei pelo caminho, que também se cruzaram com diversas outras histórias já descritas em livros, artigos e outras pesquisas desenvolvidas sobre a Ilha Grande, formando uma grande “malha de fios entrelaçados”, como Ingold (2012) se refere a isso.

Todavia, ainda durante a atividade, percebi que, por meio da caminhada, ou seja, me deslocando pelas trilhas, não era o melhor método para pesquisar os caminhantes, a não ser pela observação direta dos que compunham o grupo no qual eu estava inserida. Há na caminhada de volta à Ilha uma briga constante contra o relógio, as pessoas querem conhecer o maior número de lugares possíveis dentro

do tempo estipulado, ou então chegar o mais cedo possível no lugar destinado a pernoite, de forma a conhecer melhor a comunidade, se alimentar, tomar um banho de mar ou simplesmente descansar os pés e o corpo por um tempo maior. Qualquer interrupção ou parada extra compromete a programação. Imersa no grupo de caminhada, procurei nos momentos de parada para descanso fazer minha pesquisa nesses lugares: observar com atenção as relações sociais, descrevê-las e estabelecer contato com moradores. Entretanto, por conta do tempo programado pelo guia condutor, por vezes, tive que interromper conversas prazerosas e significativas para a pesquisa porque o grupo precisava seguir em frente e cumprir o roteiro programado para o dia.

Havia também uma dificuldade para encontrar, em movimento, outros caminhantes pelos lugares. Diálogos com os moradores por onde passávamos indicavam que havia mais pessoas fazendo a volta na ilha: “Ontem mesmo passou dois caras aqui com mochila grande nas costas, igual essa sua aí. Tem um cachorro seguindo eles”, me disse um senhor na praia do Bananal, quando perguntei se havia visto mais pessoas caminhando por ali naquele dia. Jamais encontramos os dois rapazes mencionados, nem o cachorro, já que eles estavam caminhando no mesmo sentido e um dia na nossa frente.

Nos trabalhos de campo seguintes, portanto, realizados entre o final de 2017 e final de 2018, decidi não mais caminhar por toda a ilha, mas me estabelecer em pontos fixos, conhecer a comunidade e caminhar apenas pelo seu entorno, com o intuito de tentar estabelecer um diálogo com o caminhante que passava por ali, entrevistar os moradores com mais tempo e ouvir com calma as agradáveis histórias da ilha que às vezes se estendiam por horas. Foram três viagens à Ilha Grande nesse período, nas quais estabeleci como lugares fixos a vila do Abraão, Saco do Céu, Aventureiro e seus entornos. Mesmo assim, durante esse período, consegui conversar com apenas três caminhantes de forma presencial e um outro, que encontrei no Aventureiro, me passou seu contato dizendo que me concederia a entrevista depois, pois, apressado, precisava atravessar a REBIO da Praia do Sul até a praia de Parnaiooca antes de o sol se pôr. Isso me fez questionar novamente o procedimento aplicado à pesquisa dos caminhantes, sobretudo por dois motivos principais: o primeiro é que eles, assim como eu quando fiz a volta à Ilha, estavam

também caminhando “contra o tempo” e não podiam “desperdiçá-lo” me concedendo uma entrevista de forma profunda. Então, estudar o caminhante *in loco* mostrou-se uma atividade desafiadora tal como Bruner (1995) já havia apontado quanto à circunstância de pesquisar turistas:

Uma dificuldade fundamental no estudo dos turistas é metodológica – os turistas passam tão rápido pelos locais que é difícil acompanhá-los. O problema não é o de ganhar relacionamento, pois os turistas são acessíveis, mas o problema é encontrar uma oportunidade para uma conversa prolongada. É relativamente fácil começar uma discussão, mas no meio de uma frase o líder da turnê anuncia que o grupo está indo para o próximo local, e seu informante desaparece (BRUNER, 1995, p. 225, tradução própria).

O segundo motivo é que ao entrevistar o caminhante *pelo* caminho, ele ainda não havia constituído uma visão totalizada de uma volta completa. A volta na Ilha é uma caminhada pesada; o relevo irregular acentuado e o clima da ilha, quente e chuvoso, desgastam bastante o caminhante. Calos e bolhas nos pés, assaduras e dores nas pernas deixam muitos caminhantes pelo caminho, sem completar o circuito. Entrevistá-los no meio da volta poderia comprometer as respostas, pois muitas vezes o prazer do início da caminhada pode ser afetado pelo cansaço do final, alterando a percepção sobre a experiência vivenciada.

Outro fator comprometedor é a instabilidade do tempo na região da Baía da Ilha Grande. Ana (45 anos, funcionária pública de São Paulo), fez a volta no final de dezembro de 2020, no verão, e me relatou o quanto o fator climático dificultou a caminhada: “pegamos os extremos, dias de muito sol, muito calor, muito calor mesmo, calor extremo, e dias de tempestade. Então, parecia que foram mais de uma trilha numa só”. O prejuízo da cognição humana pela dor física ou pelo cansaço de uma caminhada pesada é apontado por Ingold (2015):

Somente quando a mente está em repouso, não mais sacudida e abalada pelos deslocamentos físicos do seu alojamento corporal, ela pode operar adequadamente. Enquanto estiver entre um ponto de observação e outro, ela está efetivamente incapacitada. (INGOLD, 2015, p. 77)

Em minha caminhada de volta na ilha, por exemplo, a colega do grupo, com fortes dores na perna e nas costas, preferiu pegar um barco no último dia ao invés de caminhar pelo último trecho de trilha, da praia do Pouso ao Abraão. Outro integrante do grupo teve bolhas nos pés e assaduras logo no primeiro dia e, para não piorar os ferimentos, evitava banhos de mar, atividade que era um grande prazer para mim ao final do dia todo de caminhada. Sendo assim, por todas as dificuldades em pesquisar os caminhantes durante a própria volta na Ilha Grande, passei a entrevistá-los quando já haviam voltado para casa, utilizando chamadas de vídeo ou mensagens de voz pelo aplicativo Whats App. O guia de turismo virou um aliado importante nessa etapa, me repassando os contatos de seus clientes mediante autorização, para que eu pudesse entrevistá-los. Identifico, na lista de interlocutores (Apêndice B) como “caminhantes guiados”, ou seja, os que utilizaram os serviços de um guia de turismo.

Tive a oportunidade também de entrevistar alguns caminhantes que fizeram a volta na ilha inseridos em um grupo de caminhada, o que classifiquei como “caminhantes em grupo”. O grupo pesquisado, intitulado “Clube de Aventura ATMA” de São Paulo, é formado em sua maior parte por adultos residentes no estado de São Paulo que se reúnem para caminhar e fazer trilhas aos finais de semana e feriados. Descobri esse grupo ao seguir as trilhas, em agosto de 2018, quando, caminhando pela Freguesia de Santana observei um adesivo colado na estrutura de eucalipto da placa de sinalização da trilha T3, com a logomarca do grupo e a frase: “8ª Volta Completa na Ilha Grande - 14 a 22 de julho de 2018” (Figura 5). Decidi então seguir esta pista e, por meio do aplicativo Instagram me conectei a esse grupo para investigar o que ele era. Consegui entrevistar o seu criador, um homem que já havia feito a volta à Ilha Grande outras nove vezes, todos os anos desde 2010. Entrevistei também mais três componentes desse grupo que haviam acabado de retornar de uma volta na ilha, no final de 2020. As entrevistas foram realizadas via Whats App, nas quais eu enviava a questão por escrito e o entrevistado respondia por mensagem de áudio, sem limite de tempo para a resposta.

Figura 5 - Seguindo pistas: adesivo colado junto à placa T3, em Freguesia de Santana.



Fonte: A autora, 2018.

Por fim, há os caminhantes que não utilizam serviços de guia de turismo, que são a maioria dos que fazem a volta à Ilha. Eles caminham sozinhos, em dupla, casal ou reunidos em um grupo de amigos. Para pesquisá-los, recorri à internet como fonte de consulta, sobretudo as redes sociais Instagram e Facebook, o site *mochileiros.com*, e o site de compartilhamento de vídeos Youtube. No site/blog *mochileiros.com*, a principal rede social voltada para mochileiros do Brasil, encontrei quinze relatos (ou diários de viagem) de volta completa na Ilha Grande realizadas entre os anos de 2006 e 2017. Dos quinze relatos, em apenas um o caminhante utilizou os serviços de um guia de turismo. O site *mochileiros.com* é constituído por fóruns de discussão onde os membros podem publicar suas experiências de viagens para que os demais participantes interajam, comentem, tirem dúvidas, ou mesmo planejem sua viagem com base na do relator.

Os comentários e as interações nos relatos disponíveis no site *mochileiros.com* também constituíram materiais de pesquisa. Foi em um dos primeiros relatos nesse site que conheci o livro *Caminhos e trilhas da Ilha Grande*, de José Bernardo (2005), que também constituiu um material importante de pesquisa etnográfica nesta tese, no qual o autor narra suas aventuras pelas trilhas da Ilha Grande desde o momento exploratório, em que teve a ideia de escrever o guia de caminhada por elas, ainda no período da ilha-presídio, quando as trilhas não estavam “contaminadas” pelo turismo. Este guia de viagem foi considerado pelos relatores do fórum *mochileiros.com* como um instrumento de navegação essencial para a volta a pé na Ilha Grande logo após sua publicação em 2005, e é citado em vários relatos de vigem, como se vê em um trecho abaixo, publicado em 2008:

No dia seguinte (terça-feira) iríamos seguir pela trilha mais difícil de toda a volta da Ilha (em direção à Praia de Santo Antônio). Levamos algumas anotações do livro do José Bernardo e elas foram a nossa referência, pois a trilha possui várias bifurcações que chegam a confundir e quem não tem experiência em trilha na mata fechada não recomendo fazê-la de maneira nenhuma (Relato de Augusto, fez a volta à Ilha em 2008 - site *mochileiros.com*).

E no comentário deste relato:

Mais uma vez obrigado pelas dicas Augusto. Já estive na Ilha duas vezes. Da primeira fiz somente Abraão - Dois Rios. Da segunda já de posse do livro do Bernardo, um verdadeiro mapa de palavras, fiz Abraão - Parnaioca -

Praia do Leste - Caxadaço e Pico do Papagaio. Exceto o Pico todo o resto fiz sozinho seguindo as trilhas e as orientações do livro do Bernardo. Estou relendo para fazer a travessia completa em maio. Provavelmente irei com amigos, mas me sinto muito à vontade para fazer sozinho novamente. Ler os relatos (esse seu então) nos dão uma visão global da ilha e o que esperar. Espero poder complementar suas informações na volta para auxiliar os futuros desbravadores. Grande abraço (Comentário de Clebson no relato de Augusto - site mochileiros.com).

O relato mais recente publicado no site *mochileiros.com* foi de uma volta à Ilha realizada em dezembro de 2017. Embora o site ainda hoje esteja em atividade, percebi que o avanço tecnológico proporcionado pela popularização da internet e o uso de *smartphones* com câmeras cada vez mais potentes fizeram com que muitos relatos escritos de volta na ilha fossem substituídos por filmagens e publicadas no Youtube ou em blogs pessoais. Assim, incluí também como fonte de pesquisa algumas dessas histórias disponíveis em blogs e vídeos de volta à Ilha disponíveis abertamente na internet. Através da ferramenta de busca utilizando a palavra-chave “volta na Ilha Grande” no Youtube, assisti a diversos vídeos com relatos e experiências vividas na caminhada pela ilha. Eles serão mencionados ao longo da tese.

Independente da forma pela qual caminharam, em grupo, sozinhos, com guia ou sem guia, cada caminhar pode ser expresso como uma história do caminhante sobre os lugares por onde passa. Para Ingold (2000), os lugares não têm posições, mas sim histórias. As histórias contidas nos relatos, os escritos e os verbalizados, seu conteúdo e seus significados, são expressões da experiência vivenciadas pelos caminhantes-mochileiros e seus efeitos sobre o ambiente da Ilha Grande.

2 A TRILHA COMO O LUGAR DA COISA TODA⁵

Enquanto está na trilha, a pessoa está sempre em algum lugar. Mas todo “em algum lugar” está no caminho para um outro lugar (INGOLD, 2007, p.81).

O objetivo deste capítulo é apresentar as trilhas da Ilha Grande a partir de uma perspectiva etnográfica, desde as primeiras formas de utilização até o seu uso no momento atual, no qual o turismo é o protagonista. Além da observação participante, das entrevistas presenciais e online e pesquisas bibliográficas, foi utilizado como uma importante fonte de pesquisa etnográfica o livro *Caminhos e trilhas da Ilha Grande*, escrito por José Bernardo (2005), que constitui um rico material sobre o início do turismo nas trilhas da ilha, com relatos detalhados e informações colhidas pelo autor em sua experiência na caminhada pela Ilha Grande. Inspirei-me na perspectiva do antropólogo Tim Ingold e do seu aparato conceitual de: *wayfaring/wayfarer*⁶ (que traduzi diretamente como “caminhar/caminhante”), “malha”, “fio”, “nó”, “coisa”, “lugar” – que considero muito propício para analisar e refletir sobre as trilhas em questão, com as quais tais conceitos guardam uma analogia quase literal.

Com o objetivo de apresentar como as trilhas da Ilha Grande se tornaram lugares turísticos, bem como analisar seus usos e significados, tanto para os caminhantes quanto para os membros das comunidades, a ideia da “trilha como o lugar da coisa toda”, mediante os conceitos que aqui serão apresentados, é a noção que perpassa e orienta este capítulo.

⁵ Este capítulo foi adaptado e publicado como artigo no Dossiê Especial de Antropologia e Turismo da Revista Iberoamericana de Turismo (RITUR), com o título “A trilha como o lugar da coisa toda: as trilhas da Ilha Grande como lugares turísticos” (OSTANELLO, M.C.P. & PRADO, R.M., set. 2021).

⁶ Os termos *wayfarer*, *wayfaring* foram traduzidos no livro *Estar Vivo* (INGOLD, 2015) como peregrino, peregrinação. Entretanto, em trabalhos anteriores de Ingold traduzidos para o português, *wayfaring* foi traduzido como caminhante. Como aqui no Brasil a palavra peregrino pode apresentar alguma referência religiosa ao leitor, preferi aqui nesta tese utilizar/traduzir o conceito de *wayfaring* como caminhante, visto que o termo corresponde literalmente ao meu principal interlocutor neste estudo: o caminhante da Ilha Grande.

2.1 As trilhas da ilha e as trilhas de Ingold

“Ir para Ilha Grande” é uma frase generalista. Cada núcleo habitacional referido a uma praia da ilha possui suas próprias características e modos de vida, sobretudo por condições hoje impostas pela política ambiental vigente, de modo de uso do solo/natureza e de uso turístico. Então, quando um turista diz que vai para a Ilha Grande, é importante questioná-lo: “para que *lugar* da Ilha você vai?”, já que ir para o Aventureiro, não é o mesmo que ir para Abraão, nem para Provetá. São realidades distintas dentro de um mesmo território físico. Por isso muitos dizem que há diferentes lugares ou “ilhas” na Ilha Grande, referindo-se às suas heterogêneas comunidades distribuídas ao longo da costa e ao isolamento geográfico existente entre elas com os morros e a floresta⁷. Reduzindo esse isolamento entre os habitantes das praias, elas são interligadas por uma malha de trilhas, que ali são consideradas vias públicas e que, hoje, são utilizadas sobretudo pelo turismo, permitindo ao visitante conhecer “todos os lugares” da Ilha Grande.

Neste capítulo busco analisar as trilhas da Ilha Grande como o “lugar” onde as “coisas” ganham vida e acontecem, tal qual o sentido dado por Tim Ingold aos termos “trilha”, “lugar” e “coisa”. Segundo essa perspectiva de Ingold (2015, p. 220), as trilhas da Ilha Grande podem ser vistas como lugares delineados pelo movimento e “habitadas” pelos caminhantes. Assim também, as praias/comunidades da ilha são lugares “habitados” pelos ilhéus que vivem em cada uma delas. Todos eles, caminhantes e ilhéus, “habitam”, conforme Ingold, o espaço da Ilha Grande “em algum lugar”. Esse autor refere-se às pessoas que frequentam lugares como “habitantes” no sentido de que habitar não é estar “confinado em”, mas “vivendo em”:

a vida é vivida não dentro de lugares, mas através, em torno, para e de lugares, de e para locais em outros lugares. Eu uso o termo peregrinar para descrever a experiência corporificada deste movimento de perambulação. É como peregrinos, portanto, que os seres humanos habitam a terra (INGOLD, 2015, p. 219).

⁷ Quando nesta tese utilizo o termo “comunidade”, estou reproduzindo uma categoria nativa. E cabe lembrar que os ilhéus na Ilha Grande se referem às localidades onde moram como “praia”, “comunidade” e mesmo “ilha”, como se o lugar ao qual pertencem constituísse a própria Ilha Grande.

Para Ingold, a vida é, portanto, vivida em lugares e os lugares não têm “paredes”, “apenas horizontes progressivamente revelados ao viajante conforme ele passa ao longo de uma trilha; nenhum piso, apenas o chão sob seus pés; nenhum teto, apenas o céu arqueado acima” (INGOLD, 2015, p. 217). Isso permite uma transposição direta da categoria de análise para a categoria vivida.

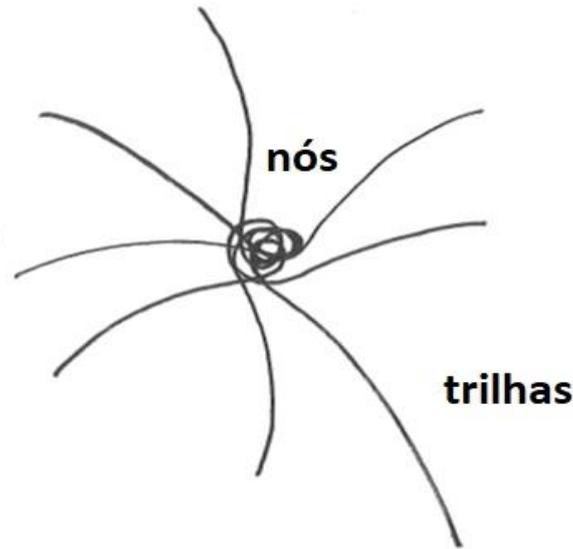
Conhecer todos os lugares da Ilha Grande é o objetivo primário de todo caminhante que se dispõe a fazer a volta a pé. Da perspectiva do caminhante (*wayfaring perspective*) de Ingold, “em todos os lugares” corresponde a toda a *malha*⁸ de trilhas interligadas ao longo das quais a vida é vivida (INGOLD, 2015, p.220), como aqui faço a analogia com o circuito de trilhas da Ilha Grande.

Prosseguindo ao longo de um caminho, cada habitante deixa uma trilha. Onde habitantes se encontram, trilhas são entrelaçadas, conforme a vida de cada um vincula-se à do outro. Cada entrelaçamento é um nó, e, quanto mais essas linhas vitais estão entrelaçadas, maior é a densidade do nó. (INGOLD, 2015, p. 220)

Movendo-se pela trilha, o caminhante da Ilha Grande está traçando sua linha de vida, ou fio vital; do mesmo modo, os ilhéus observam o movimento dos caminhantes que atravessam o seu lugar, sua comunidade, sua praia. Muitas vezes, o trajeto dos dois se cruza e há interação entre as partes: um olá, um pedido de informação, uma conversa, o pernoite na casa de um morador, no camping ou na pousada, a refeição no bar, tudo isso, enfim, é o que Ingold chama de “nó”: “Lugares, então, são como nós, e os fios a partir dos quais são atados, são as trilhas de caminhada” (INGOLD, 2015, p. 220). A figura abaixo exemplifica essa ideia, na qual cada trilha é um fio vital, e cada nó é um lugar:

⁸ A concepção de malha de Tim Ingold foi inspirada nas “linhas de devir” propostas por Deleuze e Guattari, que são linhas onde a vida se desenrola, fios ao longo dos quais a vida é vivida, e o ambiente é um grande emaranhado dessas linhas, gerando uma malha. A malha (meshwork) de Tim Ingold se contrapõe a ideia de rede (network) proposta pelo sociólogo francês Bruno Latour. Para Ingold, a malha explica as interações e fluxos entre as coisas, que são orgânicas. Ela é, portanto, um emaranhado de linhas vividas, e a rede de Latour seriam apenas linhas intencionais de conexão entre pontos.

Figura 6 - Fio vital, lugares e trilhas, adaptado de Ingold (2007, p.98)



Lugar é também um dos conceitos-chave para a geografia. Ramuz (1998) utilizou o conceito de lugar como categoria de análise para explicar as transformações ambientais ocorridas na Ilha Grande com o advento do turismo, sobretudo na vila do Abraão. Para ele:

Um lugar é também, antes de tudo, uma porção da superfície terrestre identificada por um nome. Este conceito tem origem em basicamente dois princípios fundamentais: o primeiro remete às suas características físicas naturais; o segundo decorre de motivações advindas de como se expressam as relações entre o homem e o seu meio ambiente, sobretudo no que condiz a princípios culturais (RAMUZ, 1998, p. 112).

Para a geógrafa Ana Fani Carlos, o lugar pode ser traduzido como:

(...) o produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida (CARLOS, 2007, p.22).

Também através de uma perspectiva geográfica, Rickly-Boyd *et al.* (2016) explicam como os espaços turísticos se tornam lugares:

(...) enquanto o espaço é produzido por meio de práticas, o lugar é um espaço tornado significativo; é mais do que funcional, é emotivo e afetivo. Para o turismo, isso significa atentar para as formas como os espaços turísticos são socialmente produzidos, mas também as formas como os locais turísticos se tornam pessoais, corporificados e contestados (RICKLY-BOYLD *et al.* 2016, p.2-3, tradução própria).

A definição de “lugar” para a geografia é, como também define Ingold, um espaço vivido tecido pelas relações entre homem e natureza. Ingold (2012) sugere que a vida seja pensada enquanto um atributo estendido a todas as “coisas”, humanas e não-humanas, sendo que a “coisa”, por sua vez, não se trata de um objeto, mas “é um ‘acontecer’, ou melhor, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam” (INGOLD, 2012, p.29). Segundo a leitura que Machado (2016) faz de Ingold:

A ideia de coisa, inspirada pela filosofia de Heidegger, indica uma contraposição à ideia de “objeto”, buscando destacar o feixe de linhas que constroem a coisa como algo vivo: [...] Assim, se a pedra enquanto objeto enfatiza algo fechado e acabado em si, com características pré-definidas e “sem vida”, a pedra enquanto “coisa” destaca sua relação com o meio, seu potencial de uso enquanto moradia de insetos, como parte de construção de uma casa e etc. Neste sentido, Ingold (2012) aproxima-se de Deleuze e Guattari e a noção de “devir”, o que destaca o aspecto de movimento transformador e as potencialidades previstas na “coisa”. Desta forma, tal como árvores e plantas que crescem e se transformam, a casa e os prédios são “coisas” vivas sujeitas às ações do tempo, dos habitantes humanos e não-humanos – sujeitas às constantes transformações, como aponta Ingold (2012). Esta perspectiva propõe ver um mundo que não está cheio de objetos e então é ocupado por nós, mas um mundo de coisas sujeitas à transformação, onde habitamos (INGOLD, 2012), o que enfatiza a proposição de uma construção eterna e compartilhada (MACHADO, 2016, p.155).

Nos lugares, portanto, as coisas acontecem. Na Ilha Grande, as matas, os riachos, as cachoeiras, as praias, dentre outros, são os elementos não-humanos, ou “as coisas” que se entrelaçam na malha de trilhas. A malha é formada pela relação entre pessoas, lugares e coisas, que se integram aos ciclos e dinâmicas da vida e do meio ambiente (INGOLD, 2012). As florestas da Ilha Grande, por exemplo, são coisas no sentido que Ingold dá, de um elemento não-humano, porém ativo no processo de transformação da paisagem, ao ser utilizada e modificada pelos seres humanos, dos indígenas aos colonizadores portugueses, de várias maneiras e em

variados períodos da história. A floresta foi explorada no ciclo econômico do pau-brasil, foi substituída nos ciclos seguintes pela cana-de-açúcar e pelo café, passou a ser preservada a partir da década de 1970 por leis ambientais, e hoje, a floresta é, dentre “outras coisas”, atrativo turístico. Interagiu, portanto, com toda uma série de mudanças na estrutura social, ambiental e econômica às quais a Ilha Grande esteve submetida desde sua existência. “As coisas desse mundo são as suas histórias, identificadas não por atributos fixos, mas pelas suas trajetórias de movimento em um campo de relações em desdobramento” (INGOLD, 2015, p.236). A história da Ilha Grande, portanto, se enreda às histórias contadas pelos humanos nos “nós” dessa grande malha de fluxos vitais formada por suas trilhas e pela movimentação por elas.

2.2 A história nas trilhas da Ilha Grande

As trilhas da Ilha Grande são caminhos históricos que foram utilizados para as mais diversas finalidades pelos seus habitantes ao longo do tempo: para comunicação entre os núcleos populacionais desde os indígenas pré-coloniais aos atuais moradores, para atividades extrativistas e para a caça, para distribuição de mercadorias vindas do continente, para fiscalização e demais atividades relacionadas à época do funcionamento do presídio. Por elas “trafegaram índios, fazendeiros e donos de armação de baleias e seus trabalhadores escravos e não-escravos, comerciantes, pescadores, funcionários dos presídios e presidiários” (INEA, 2011, p.4-65). Elas são, portanto, lugares que já foram preenchidos por diversos modos de vida, e cada habitante, em seu momento, tecendo seu fio vital, contribuiu para a transformação social, ambiental ou econômica da Ilha Grande.

Mesmo com o passar de tantos anos desde seus primeiros usos no período pré-colonial, as trilhas da Ilha Grande ainda apresentam em suas bordas registros de quase todos os ciclos econômicos pelos quais ela passou, que também condizem com a história econômica do Brasil, tornando alguns trechos algo parecido com um

museu a céu aberto. As rochas amoladoras-polidoras fixas, encontradas em quase toda a ilha, embora em maior quantidade na parte oceânica, registram a presença de grupos humanos que, há mais de 3 mil anos, fabricavam lâminas de machados e eram exímios canoieiros, distribuindo-as pelo litoral brasileiro (TENÓRIO, 2006). Na trilha da praia de Caxadaço também conhecida como Caminho das Pedras, e na trilha que une Dois Rios à Parnaioca, existem trechos revestidos por pedras assentadas por africanos escravizados há cerca de 200 anos, na época do tráfico negreiro⁹ (INEA, 2001, p.4-65). Ruínas de algumas antigas fábricas de sardinha, como a de Matariz, onde a trilha é a própria calçadinha que passa beirando o muro do barracão abandonado, ou que passa à frente da fábrica na praia Vermelha, são registros de um tempo áureo da pesca na Ilha que prosperou da década de 30 até 70 do século passado¹⁰. Há também inúmeros “pés de plantas” que foram introduzidas nas atividades agrícolas, como a cana-de-açúcar¹¹ e o café no período colonial, e árvores frutíferas, de legumes e grãos, introduzidas em lavouras de autossustento. Algumas dessas espécies “exóticas” são facilmente encontradas ao redor das trilhas. Muito bem adaptadas, as espécies se apresentam ora de forma espaçada, como alguns pés de café, ou em fartos indivíduos, como as jaqueiras e os bambus, resistindo em meio à mata que se encontra em processo de regeneração natural (Figura 7), sobretudo após o ano de 1971, quando o Parque Estadual da Ilha Grande foi criado, marcando o início da ilha enquanto “paraíso ecológico protegido”.

⁹ Com as primeiras leis de proibição de comércio de escravos, a baía da Ilha Grande foi utilizada como lugar estratégico para o tráfico de africanos escravizados. Na Ilha Grande existiam dois grandes traficantes, que também eram proprietários de fazendas de café: Cunha Guimarães, em Dois Rios, e Joaquim de Souza Breves, o “Rei do Café”, proprietário de várias fazendas na baía. Na Ilha Grande, Abraão e Caxadaço são os lugares apontados como o ponto de desembarque de muitos africanos. Do Caxadaço, os indivíduos eram levados para Dois Rios através desse caminho existente até hoje. Como o comércio era ilícito, não há um número preciso de pessoas negociadas após a proibição por ali. (CONY & LEE, 2005, p.30-31; SANTIAGO *et al.* 2009, p. 336).

¹⁰ A industrialização da salga de peixes na Ilha Grande começou na década de 1930. Na década de 1950 chegaram a ser registradas 20 fábricas de sardinhas na Ilha Grande. O declínio desta atividade iniciou-se na década de 1970, devido à diminuição de peixes na baía, provavelmente pelo aumento da pesca predatória. A última em funcionamento foi a EBRAPESCA, em Matariz, que fechou em janeiro de 1992.

¹¹ Segundo Santiago *et al* (2009, p.336), no século XIX, existiam nove engenhos de álcool e açúcar na Ilha Grande, situados na Enseada das Estrelas, Freguesia de Sant’Anna, Matariz, Sítio Forte, Praia da Longa, Dois Rios, Enseadas de Palmas e Abraão. Além do açúcar, em meados desse século, introduziu-se o café.

Figura 7 - Enorme bambuzal na trilha T07, que liga a praia de Araçatiba à gruta do Acaiá: espécie exótica facilmente encontrada em meio à floresta em regeneração natural.



Fonte: A autora, 2017.

Mas, em minhas pesquisas de campo, a grande maioria das histórias que escutei sobre as trilhas antes da ascensão do turismo remete ao período prisional. Por exatamente 100 anos a Ilha Grande abrigou, em sequência ou concomitantemente, cinco prisões que obedeceram a regimes carcerários distintos, algumas na mesma época, em Dois Rios e no Abraão. Seu primeiro presídio foi a Colônia Correccional de Dois Rios (CCDR), instalada em 1894 para corrigir “ébrios, capoeiras e vagabundos” e manter a ordem civilizatória da cidade do Rio de Janeiro (SANTIAGO, 2010, p. 127). Fechada essa colônia em 1896, o sistema prisional retornou em 1903 e funcionou, de certo modo, até 1994, variando em tipos de sistemas, nomes e localidades dentro da ilha: Penitenciária Agrícola do Distrito Federal (PADF), Colônia Agrícola do Distrito Federal (CADF), Colônia Penal Cândido

Mendes e Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM), sendo este último, o que foi implodido em 1994.

Na época do presídio “homem que não era pescador, ou trabalhava na roça, ou era funcionário da Colônia”; assim me relatou um morador de Matariz, de 58 anos, em entrevista realizada em agosto de 2017, confirmando outros tantos relatos registrados por pesquisadores da Ilha Grande (BASTOS & CALLADO, 2009). Suas lembranças sobre as trilhas remetiam à infância: elas eram utilizadas pelos presos como rota de fuga e pelos vigilantes para capturá-los, e ninguém se atrevia a entrar nas trilhas ao escurecer. Foram diversas as histórias contadas por ele, nascido e criado na Ilha Grande: memórias de seu pai falecido, de seu tempo de criança e adolescência, do medo que ele e todos da comunidade sentiam quando havia “preso no mato”, que, às vezes, aparecia à noite para roubar barco no cais e tentar escapar da ilha. A expressão “havia preso no mato” citada por ele era utilizada quando havia algum preso foragido, pois os presos se escondiam na mata densa. “Olha que estranho, a gente falava que tinha ‘preso no mato’ e na verdade ele tava era ‘solto no mato’, a gente falava ao contrário”. Ainda nas palavras dele:

Na época do presídio, depois que a gente entrava pra dentro da nossa casa, não tinha mais perigo nenhum. O perigo da gente era porque quando dava vento, tinha que sair. Até hoje é assim, pegar lanterna, ir lá no barco, ver se tá tudo certo na bôia. A diferença do barco pro carro é que o carro você bota dentro da sua casa e o barco fica no mar, então quando dá vento forte você tem que ir lá ver se não arrebentou um cabo e tal. Mas as pessoas que tinham barcos, coitados, eles não saiam de casa mais, porque tinha medo. Até porque não tinha luz, era escuro... (Morador de Matariz - entrevista realizada em agosto de 2017).

A perambulação pelas trilhas nessa época era muito pouca, não havia turismo e os moradores viviam com medo de encontrar algum “preso solto no mato”. José Bernardo (2005) ainda esclarece que:

Ao contrário do que muita gente acredita, as trilhas que contornam a orla ou cruzam as montanhas não foram desbravadas pelos presos foragidos do extinto presídio. Elas já existiam muito antes de o homem branco pisar na ilha, pois todas as praias eram interligadas por caminhos usados pelos índios. Na verdade, os presidiários não queriam deixar pistas por onde passavam, embora inevitavelmente acabassem deixando vestígios de sua passagem, permitindo aos volantes ou farejadores de preso (conhecedores

de todas as trilhas e caminhos da Ilha) preverem em que lugar eles iriam sair. (BERNARDO, 2005, p.7)

O relato de um morador da praia do Aventureiro, encontrado no artigo de SANTOS (2003), apresenta o medo que as mulheres dos pescadores também tinham de ficar sozinhas em casa quando seus maridos estavam no mar, bem como a insegurança que eles sentiam em deixá-las:

Segundo o morador do Aventureiro, a presença do presídio na Ilha trazia insegurança para os pescadores e lavradores que lá viviam. Embora nunca tivesse havido estupro no vilarejo, esse era o medo das mulheres. Quando um 'vagabundo'¹² era visto nas praias vizinhas, as mulheres trancavam as casas e corriam com as crianças para uma das casas onde se sentiam em maior segurança. Às vezes, quando os pescadores saíam para a pesca, só as mulheres ficavam na vila (SANTOS, 2003, p. 279).

Bastos *et al* (2009, p. 413) apresentam o relato de um outro morador do Aventureiro que conta que, certa vez, quando sua neta atravessava a trilha que ligava a praia da Longa ao Aventureiro¹³, se deparou com um “cardume de presos” que a seguiram até o Aventureiro, exigindo comida e um barco para fugir. Ela, obrigada, teve que fazer para eles uma farofa de linguiça para se alimentarem, dar de beber e pedir para que alguém os levasse de barco ao continente.

O relato dos moradores de Matariz e do Aventureiro, e o escrito por José Bernardo, se complementam em relação ao medo generalizado que havia de presos foragidos, indicando que a movimentação terrestre pela Ilha Grande na época do presídio era bastante restrita. As pessoas só se sentiam seguras dentro de casa.

A conversa com o morador de Matariz ocorreu em seu bar durante o jantar, em minha primeira noite da volta à Ilha. Fiquei hospedada em um dos quartos para turista que ele havia construído sobre o bar recentemente. Foi dele que ouvi pela primeira vez “o caso do assassinato do Ferrugem”, que nas suas palavras era um cara enorme, que morava “lá longe na trilha, no alto do Morrão, tão longe que vinha

¹² Segundo Renato Buys, no livro *Contos da Ilha Grande* (2010), chamar um preso de “vagabundo”, mesmo que por hábito dos nativos ou dos guardas, era considerado uma ofensa para o preso, conforme ele apresenta no capítulo intitulado *Vagabundo, não...: “Não sou vagabundo, não, [...] sou assassino!”* (BUYS, 2010, p. 22).

¹³ Trilha que já não existe mais devido a criação da REBIO da Praia da Sul.

até a Tapera de burro”. Durante os oito dias posteriores a esse, ainda no trabalho de campo, esse caso me seria mencionado por mais outros dois interlocutores, em Araçatiba e no Aventureiro, de forma espontânea sem que eu perguntasse a respeito. Enquanto o morador de Matariz me contou a história com bastante detalhamento, nos outros dois casos a narrativa foi algo do tipo: “uma vez um preso matou um morador na trilha”. Assim, quando eu terminei a pesquisa e voltei para o continente, fui investigar o “caso do Ferrugem”, tão emblemático para aqueles ilhéus.

Ferrugem era o apelido de João Raimundo, morador de uma fazenda localizada na praia do Leste, em uma antiga trilha que ligava essa praia ao Sítio Forte, e que hoje já não existe mais devido à implantação da REBIO da Praia do Sul. “O caso do Ferrugem” é, na verdade, a história de seu assassinato a tiros por presos que fugiram do Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM), ocorrido em 1981. Apesar de passados 40 anos do episódio, foi um fato tão expressivo para a época que ainda hoje permanece vivo na memória dos habitantes. As lembranças dos moradores sobre este caso viraram tema do artigo “História e Memória: o caso do Ferrugem” (SANTOS, 2003)¹⁴:

O caso Ferrugem certamente envolve situações traumáticas não só para os que participaram mais de perto do acontecido, mas para todos os moradores da Ilha, pois estavam todos eles sob pressão diante da possibilidade da violência e morte nos seus quintais (SANTOS, 2003, p. 276).

De certo modo, ouvir o caso do assassinato do Ferrugem por três vezes distintas durante a minha primeira pesquisa de campo me fez considerar que o fato é tão simbólico ainda hoje, quase 40 anos depois, por ser a materialização do medo a que todos os ilhéus estavam submetidos naquela época, em relação ao mal que poderia lhes acontecer se andassem despreocupados pelas trilhas quando havia “preso solto no mato”.

¹⁴ O artigo de Myriam Sepúlveda dos Santos apresenta cinco versões sobre esse assassinato a partir das memórias de diferentes moradores da Ilha Grande. Todos eles asseguram que é “a sua versão” da história é a verdadeira.

Nesse período ambíguo, quando a Ilha Grande foi ao mesmo tempo o “caldeirão do diabo e o paraíso ecológico” (SANTIAGO, 2010), havia quem vislumbrasse nas trilhas da ilha um potencial para grandes aventuras, e o geógrafo José Bernardo foi um deles. Frequentador da ilha ainda nos tempos de presídio, teve a ousadia de mapear e descrever suas trilhas com a pretensão de publicar um livro-guia com orientações minuciosas, para que outros aventureiros pudessem fazer o mesmo. Todavia, percebeu que fazer isso não seria um projeto tão simples naquele momento, a começar pela dificuldade de acesso à ilha imposta pelo sistema prisional:

A ideia que deu origem a esse livro começou no dia em que pela primeira vez coloquei os pés neste santuário ecológico. Durante algum tempo dediquei-me a colher dados que serviriam de referências para que outros aventureiros pudessem conhecer a tão temida e mal falada Ilha Grande, que por pouco não ganhou o apelido de A Ilha do Diabo. Porém, as dificuldades de acesso e a existência de um presídio de segurança máxima (Instituto Penal Cândido Mendes) fizeram meu sonho virar utopia. Naquela época, as barcas só faziam a travessia em dias alternados e o embarque em Mangaratiba somente era permitido para quem fosse morador, amigo de morador, soldado da Polícia Militar ou parente de presidiário. Muitas vezes fui de carona no barco do presídio, Tenente Loretti, com o porão cheio de presos (BERNARDO, 2005, p. XXXII).

José Bernardo também relata como era inseguro andar pela ilha-presídio. A caminhada por algumas trilhas como atividade de lazer não era tão agradável já que o medo às vezes era maior que o prazer, o que o fez concluir que publicar seu guia de trilhas naquele momento seria uma irresponsabilidade:

Era sempre sinistro andar por trilhas na mata, pois encontrar pelo caminho algum grupo de presos foragidos era correr risco de perder a vida ou virar refém. Qualquer barulho sempre nos deixava de prontidão e, muitas vezes, subi e descii morro correndo sem saber direito do que – quando não saem desabalados, os lagartos produzem, ao andar pelas folhas secas, sons bem semelhantes aos humanos. Dessa forma, era inviável qualquer aconselhamento para conhecer esse reino de praias idílicas (BERNARDO 2005, p. xxxii).

Embora o receio de José Bernardo em incentivar o turismo pelas trilhas da ilha fosse totalmente coerente naquela época, cabe esclarecer que mesmo antes do fim do presídio a Ilha Grande já era um destino turístico importante no estado do Rio

de Janeiro, destacando-se nos meses de verão. Todavia, o fluxo de turistas era concentrado quase que em sua totalidade na vila do Abraão, pois era o único povoado com transporte regular. Num relatório de 1993, o Plano Diretor do Parque Estadual da Ilha Grande (UFFRJ/IEF/PRO-NATURA) informa que no mês de fevereiro de 1986, a vila do Abraão recebeu cerca de 11 mil turistas, que chegaram por meio da barca municipal. Uma pesquisa sobre o perfil do turista da Ilha Grande realizada em 1991 e apresentada nesse mesmo relatório mostrou que a caminhada foi a atividade mais desenvolvida por eles, com 32% de respostas. A pesquisa também questionou ao turista “qual atividade eles gostariam de fazer, mas por alguma razão não se sentiam à vontade”, e as caminhadas foram as atividades mais citadas, correspondendo a 23% das respostas (UFFRJ/IEF/PRO-NATURA, 1993, p.42).

Como se pode ver – retomando a concepção de Ingold – é desde os primórdios da ocupação humana na Ilha Grande que as trilhas, habitadas e vividas pelos mais variados modos e períodos, do “sambaqui ao turismo” se entrecruzam como caminhos de coisas que se revelam na caminhada por elas.

2.3 O uso turístico das trilhas - após 1994

[...] No dia 02 de abril (de 1994), pra ser exato, o governo estadual destituiu por implosão o presídio de Dois Rios. Duzentos quilos de explosivos contra cem anos de história foi a medida da transformação de um patrimônio em detritos, cacos e poeira (BUYS, 2010, p.45).

Com o final do presídio em 1994, o fluxo de turistas aumentou consideravelmente e de forma exponencial. Pessoas queriam utilizar seu tempo de lazer naquele território de natureza preservada ainda misterioso, um universo insular de lugares pouco conhecidos, pronto para ser explorado pelos mochileiros e aventureiros e usufruído pelos turistas. Muitos trabalhos foram publicados sobre esse período de transição entre o turismo proibido e permitido na Ilha Grande,

dentre os quais cito: Ramuz (1998), Brito (2001), Prado (2006), Costa (2008), Santiago (2010), Mendonça (2010).

A “ilha-inferno”, até então restritiva e perigosa, agora se transformava na “ilha-paraíso”, liberta dos medos causados pelas fugas dos presos e livre também de qualquer outra denominação pejorativa nesse sentido. Ao “se libertar” do presídio e devido às suas unidades de conservação que mantiveram a floresta em sua maior parte protegida e preservada, a Ilha Grande era foco agora da curiosidade dos turistas, passando a ser representada pela ideia de um paraíso ecológico a ser visitado e usufruído pelos ecoturistas (PRADO, 2003, p. 209; MENDONÇA, 2010).

Costa (2008), ao pesquisar sobre a ascensão do turismo na praia do Aventureiro, destacou a importância do fim do presídio para a evolução do turismo no local e pelas trilhas:

O tipo de turismo realizado no Aventureiro nos campings nos terrenos das casas frequentados por mochileiros seria totalmente inviável com a presença do presídio e das inúmeras fugas que ali ocorriam, além do que todo o aparato policial da Ilha Grande estava voltado para a vigilância dentro e fora dos muros da penitenciária, o que envolveria risco para os turistas que caminham hoje em dia pelas inúmeras trilhas da ilha Grande e que poderiam ser tanto abordados por presos fugitivos quanto por policiais em busca dos mesmos. (COSTA, 2008, p. 262)

Com o fim do presídio, os caminhos existentes na Ilha começaram a ser utilizados de forma mais intensa. Ativamente, foram regenerados e incorporados ao turismo, na forma de atrativo ou como um meio de chegar até as diversas praias. Foi nesse contexto que José Bernardo retomou seu projeto de escrever o livro-guia de trilhas da Ilha Grande: “Com o crescente movimento do turismo ecológico, vi reascender o lume do meu sonho e resolvi então mexer novamente nas anotações do passado”. Ao retornar à ilha, o geógrafo pôde perceber mudanças significativas nas trilhas, proporcionadas pela regeneração da vegetação protegida por unidades de conservação e pelo pouco uso dessas vias terrestres na época do presídio, principalmente das que foram incorporadas à área da REBIO da Praia do Sul (onde encontrava-se, por exemplo, a trilha onde o Ferrugem foi assassinado), categoria de unidade de conservação que não permite uso turístico:

Voltei a campo e fiquei surpreso ao verificar que algumas simples picadas na mata, agora eram quase estradas. Outras que eram estradas foram engolidas pela mata, além dos novos caminhos que surgiram, levando-nos a lugares ainda mais surpreendentes (BERNARDO, 2005, p.7).

Nessa narrativa de José Bernardo pode-se ver como os caminhares, ou os não caminhares, pelas trilhas da Ilha Grande sempre as constituíram de um modo ou de outro. Algumas trilhas foram “trazidas de volta à vida” pelo turismo, ou seja, elas foram “restauradas aos fluxos geradores do mundo de materiais no qual elas vieram à existência e continuam a existir” (INGOLD, 2015, p.63). Outras, que antes eram estradas, utilizadas no período colonial, extrativista e escravagista, ou utilizadas na época do presídio, já não se enquadram mais nessa reconfiguração da ilha turística de natureza protegida, e foram desaparecendo, engolidas pela mata que hoje se regenera com a presença das unidades de conservação.

Com relação ao uso atual dessas trilhas pelo turismo de caminhada, houve alguns marcos legais importantes, como decretos e leis, e também projetos ambientais financiados por instituições públicas e privadas que sinalizaram e revitalizaram as trilhas, deixando-as mais seguras ao uso público e turístico. Um trecho do Plano de Manejo do PEIG (2011) aponta que em 1994, ano da implosão do presídio, a Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande (BMEIG)¹⁵ “implantou várias placas de sinalização nas trilhas”.

Com o avanço do turismo na ilha e a repercussão nas suas trilhas, a Prefeitura de Angra dos Reis (PMAR) viu a necessidade de estabelecer regras de uso para as trilhas da Ilha Grande. Num relato pessoal, Pedro da Cunha Menezes, diplomata e ex-chefe do Parque Nacional da Tijuca, encontrado no site O Eco, ele coloca:

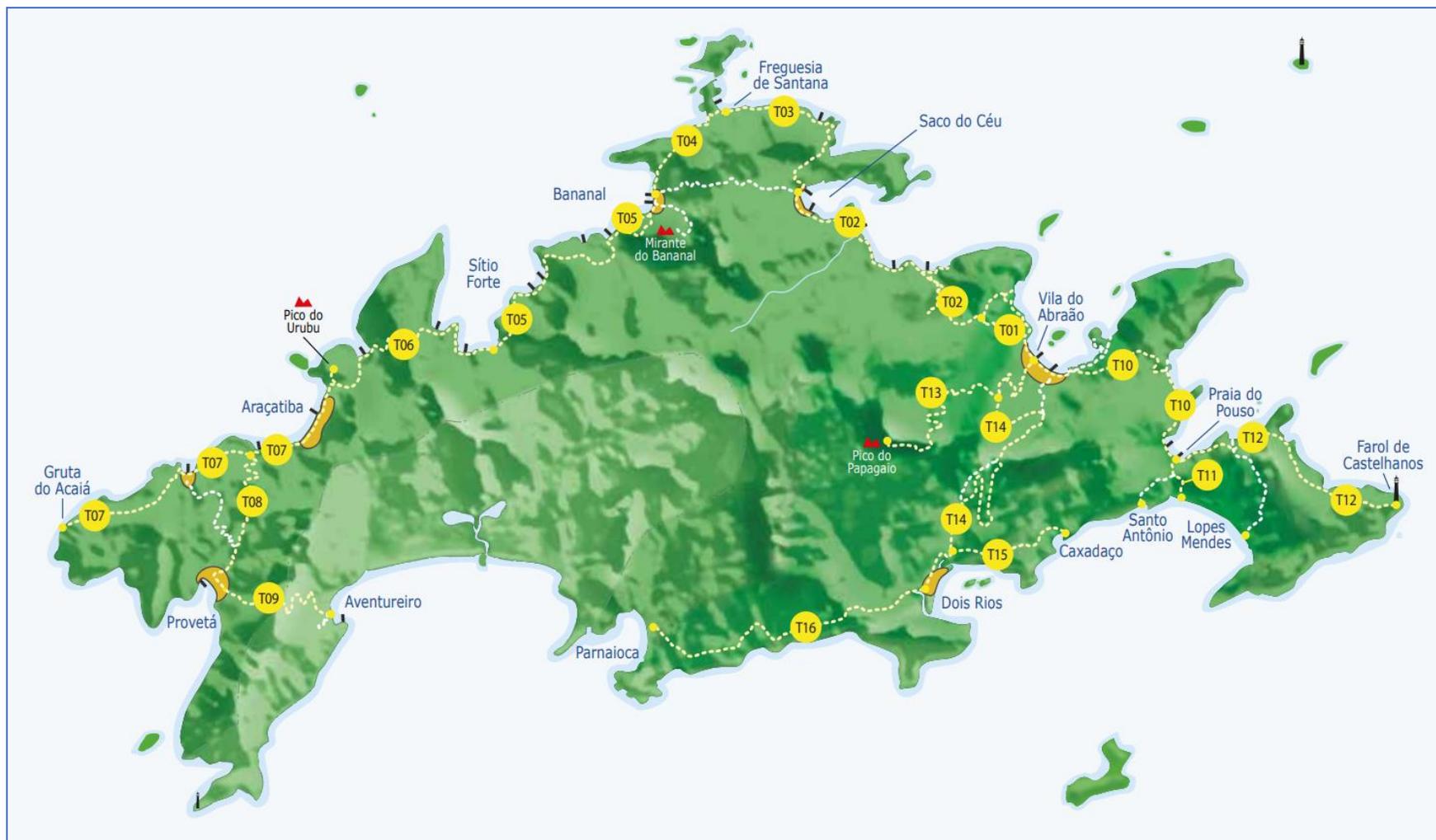
¹⁵ A Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande (BMEIG) é uma organização não-governamental criada em 1989 por Antônio Klabin, com os objetivos de preservar a ilha de riscos contra a sua biodiversidade e estabelecer condições, no âmbito social, para dar aos jovens ilhéus opções de inclusão e participação na cidadania em seu sentido mais amplo. Os jovens participantes da BMEIG são chamados de brigadistas, e desenvolvem várias atividades na Ilha Grande, através de projetos na área socioambiental e educação ambiental financiados por instituições privadas (TARTAGLIA, 2020).

Em meados de 1998 fui convidado pela prefeitura de Angra dos Reis para visitar a Ilha Grande para uma consultoria informal ao Projeto de Sinalização das Trilhas que estava sendo implementado lá. Na ocasião, dei uma palestra na Vila do Abraão, que resultou em um estimulante debate sobre a possibilidade de operar a volta da ilha como a primeira trilha de longo curso estruturada do Brasil. Houve até quem fosse além e propusesse a ligação ao continente e a extensão da trilha até Paraty, ligando natureza e história (MENEZES, 2017, online).

A palestra a que Pedro Menezes se referia ocorreu no dia 28 de agosto de 1998. Ele, um entusiasta das trilhas de longo percurso, já vislumbrava a volta na Ilha Grande como um produto turístico de grande potencial: ser a primeira trilha de longo percurso estruturada do Brasil. Estruturar uma trilha significa dotá-la de elementos que promovam a segurança e a autonomia dos caminhantes, como placas indicativas e/ou placas de sinalização e estruturas de apoio ao pedestre, como pontes, escadas, desvios, entre outros.

O resultado foi a publicação no ano 2000 pela PMAR do *Mapa de Trilhas da Ilha Grande*, apresentado como anexo do Decreto Municipal nº 2.003, de 10 de maio de 2000, que instituiu a servidão pública nas trilhas da Ilha Grande. Foi ele que trouxe a identificação das trilhas da ilha conforme conhecidas e identificadas até hoje, composto por dezesseis vias, classificadas cada uma com um T seguido de um número, T1, T2, e assim por diante até a T16 (Trilha 1, Trilha 2, etc.). O Quadro 2 traz uma descrição resumida dessas 16 trilhas, seu início e término, praias, atrativos e núcleos habitacionais que atravessam, nível de dificuldade do percurso, tempo gasto para percorrê-las. As informações foram retiradas de diversos instrumentos como o *Mapa das Trilhas da Ilha Grande* referido acima, sites de turismo www.ilhagrande.com.br e www.ilhagrande.org.br, o livro *Caminhos e Trilhas da Ilha Grande* (BERNARDO, 2005) e o *Super Mapa da Ilha Grande* (BERNARDO, 2013), além de medições auferidas através da caminhada por elas. O mapa da Figura 8 apresenta a distribuição dessas trilhas na Ilha Grande.

Figura 8 - Mapa das trilhas oficiais da Ilha Grande



Fonte: www.ilhagrande.com.br/mapas/

Quadro 2 - Trilhas oficiais da Ilha Grande.

Trilha	Distância (metros)	Tempo de caminhada	Esforço Físico*	Praias, atrativos e núcleos habitacionais
T01 Circuito do Abraão	1.700 (ida)	2h30min	Leve	Abraão (início) Praia Preta Praia do Galego Poção Ruínas do Lazareto Aqueduto (fim)
T02 Aqueduto - Saco do Céu	7.200 (ida)	3h	Semipesado	Aqueduto (início) Cachoeira da Feiticeira Praia Iguaçú Praia Camiranga Praia Perequê Praia de Fora Praia do Galo Saco do Céu (fim)
T03 Saco do Céu - Freguesia de Santana	3.900 (ida)	2h20min	Médio	Saco do Céu (início) Praia da Guaxuma Praia do Funil Japariz Freguesia de Santana (fim)
T04 Freguesia de Santana - Bananal	2.800 (ida)	1h40min	Médio	Freguesia de Santana (início) Praia de Baixo Praia de Grumixama Praia do Bananal Pequeno Praia do Bananal (fim)
T05 Bananal - Sítio Forte	4.900 (ida)	2h	Médio	Bananal (início) Praia de Matariz Praia de Jaconema Praia de Passaterra Praia de Maguariqueçaba Praia do Marinheiro Sítio Forte (fim)
T06 Sítio Forte - Araçatiba	6.100 (ida)	3h	Semipesado	Sítio Forte (início) Praia da Tapera Praia de Ubatubinha Praia da Longa Praia de Araçatiba (fim)

Trilha	Distância (metros)	Tempo de caminhada	Esforço Físico*	Praias, atrativos e núcleos habitacionais
T07 Araçatiba - Gruta do Acaiá	10.400 (ida e volta)	4h	Semipesado	Araçatiba (início) Araçatibinha Praia de Itaguaçu Praia Vermelha Gruta do Acaiá (fim)
T08 Araçatiba - Provetá	4.700m (ida)	2h30min	Semipesado	Praia de Araçatiba (início) Provetá (fim)
T09 Provetá - Aventureiro	3.500 (ida)	2h30min	Pesado	Provetá (início) Aventureiro (fim)
T10 Abraão - Pousou	5.900 (ida)	2h50min	Semipesado	Abraão (início) Praia da Julia Praia da Crena Praia Comprida Praia do Abraãozinho Praia de Palmas Praia de Mangues Praia do Pousou (fim)
T11 Pousou - Lopes Mendes	1.000 (ida)	30 min	Leve	Praia do Pousou (início) Praia de Santo Antônio Praia de Lopes Mendes (fim)
T12 Pousou - Farol dos Castelhanos	13.000 (ida e volta)	6h	Pesado	Praia do Pousou (início) Praia de Itaoca Praia da Aroeira Praia do recife Praia dos Castelhanos Farol dos Castelhanos (fim)
T13 Abraão - Pico do Papagaio	10.400 (ida e volta)	6h	Pesado	Abraão (início) Trilha T14 (bifurcação) Pico do Papagaio (fim)
T14 Abraão - Dois Rios "Estrada da Colônia"	8.150 (ida)	2h40min	Pesado	Abraão (início) Piscina dos Soldados Ruínas do presídio Ecomuseu da Ilha Grande CEADS Vila de Dois Rios (fim)

Trilha	Distância (metros)	Tempo de caminhada	Esforço Físico*	Praias, atrativos e núcleos habitacionais
T15 Dois Rios - Caxadaço	5.800m (ida e volta)	3h40min	Semipesado	Dois Rios (início) Bifurcação na Trilha T14 Caxadaço (fim)
T16 Dois Rios - Parnaioca	7.750 (ida)	3h	Pesado	Dois Rios Toca das Cinzas Praia de Parnaioca

2.4 As trilhas como servidão pública

O Decreto Municipal nº 2.003 de 10 de maio de 2000, mais do que identificar as trilhas da Ilha Grande, instituiu sua servidão pública como forma de mitigar um problema que se evidenciava desde a desativação do presídio: o turismo avançava rapidamente pela ilha e as trilhas vinham sofrendo modificações constantes por proprietários de terras, que, incomodados com a nova configuração turística do território, construíam cercas, muros e/ou impediam o trânsito livre de pessoas.

Nesta mesma época, José Bernardo (2005) apontou a dificuldade em mapear e descrever as trilhas, visto que, “com o passar do tempo, os caminhos mudavam frequentemente o rumo ou se multiplicavam em áreas mais críticas, ou mesmo sumiam”, o que fazia com que “o caminhante curioso abrisse novos caminhos na mata, (...) contribuindo para a degradação do meio ambiente e ainda correndo o risco de se perder” (BERNARDO, 2005, p. 13).

Pelo Decreto Municipal nº 2.003 de 10 de maio de 2000, as trilhas passaram a ser consideradas e tratadas pela PMAR como as ruas de uma cidade: públicas e voltadas para a livre circulação de pessoas, uma forma de garantir que não mais sofreriam intervenções nos seus traçados ou dimensões, nem modificações ou impedimentos, como construção de muros, cercas, ou portões que pudessem

impedir o trânsito livre. Ao instituir a servidão pública, o Decreto nº 2.003 considerava:

(...) que as trilhas da Ilha Grande foram constituídas ao longo dos séculos, desde a sua ocupação pelos colonizadores portugueses no início do século XVI;

(...) que essas trilhas são o acesso terrestre entre as comunidades de moradores instaladas nas praias da Ilha Grande e também a ligação entre estas comunidades e bens naturais com visitação pública, tais como nascentes, cachoeiras, picos, lagoas e outros;

(...) que por essas trilhas os moradores têm acesso aos serviços públicos de saúde e educação instalados na Ilha, constituindo-se em fator essencial de integração social e bem estar das comunidades;

(...) que essas trilhas são fundamentais para o desenvolvimento do turismo, como atividade econômica geradora de emprego e renda;

(...) que a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis realiza a manutenção destes acessos com serviços de capina, regularização do piso e escadas, empregando, portanto, recursos públicos;

(...) que, como componente do PED – Projetos de Execução Descentralizada do Programa Nacional do Meio Ambiente que contou com recursos do Município, Estado e União – foi realizado projeto de identificação das trilhas com a implantação de placas de sinalização turística para facilidade de moradores e visitantes;

(...) que as referidas trilhas são tidas como servidão de trânsito aparentes, sobretudo pela permanência do uso secular comunitário e intervenção do Poder Público Municipal;

(...) que desde a desativação da Colônia Penal de Dois Rios, a Ilha Grande vem sofrendo forte pressão por ocupação, motivando negociações de compra e venda de direito de ocupação das terras, sem considerar as trilhas como acesso constituído pelo uso secular, gerando conflitos entre novos proprietários, moradores e visitantes.

Observando os tópicos acima extraídos do decreto referente ao estatuto das trilhas como servidão pública, pode-se reafirmar os fundamentos da condição de “coisas” vividas e “habitação” dessas trilhas nos termos de Ingold, como já referido: constituídas ao longo dos séculos, permitindo acesso terrestre entre as comunidades, entre as comunidades e os bens naturais e aos serviços públicos de saúde e educação, etc. Entre as justificativas, destaco a de que as trilhas são fundamentais para o desenvolvimento do turismo na Ilha Grande.

No ano de 2007, a área do PEIG foi ampliada por meio do Decreto Estadual 40.602 de 12 de fevereiro de 2007. A praia de Lopes Mendes e todas as terras

localizadas em cotas topográficas acima de 100 metros, com exceção da área da REBIO da Praia do Sul, foram incorporadas ao PEIG. Em relação às trilhas existentes, dos 91,1 quilômetros das trilhas demarcadas pela PMAR, 79,5 quilômetros (ou 87%), ficaram englobados nos limites do parque (INEA, 2011, p. 4-97). Nesse momento iniciou-se um conflito entre as vias públicas municipais localizadas dentro da área do PEIG e o papel preservacionista da unidade de conservação estadual¹⁶. Por fim, a lei municipal passou a recomendar que “os planos de manejo das unidades de conservação de proteção integral da Ilha Grande contemplem o interesse das comunidades cujas trilhas são essenciais às suas necessidades de circulação”. Apesar de o traçado das trilhas não ter sofrido alterações, o Plano de Manejo (2011, p. 4-86) apresenta as trilhas instituídas como servidão pública como uma não-conformidade de uso dentro de seus limites. De qualquer modo, percebe-se que, independentemente dessa contradição jurídica, as trilhas da Ilha Grande persistem no uso que têm tido, com o turismo de caminhantes em lugar de destaque, como estamos vendo ao longo desta tese.

2.5 A sinalização das trilhas

Em 2005, após inúmeros quilômetros de trilhas percorridos ao longo de cinco anos de pesquisas, José Bernardo publicou seu livro-guia. Segundo ele mesmo, seu intuito era “minorar as dificuldades que o caminhante poderia ter para alcançar localidades distantes e selvagens, onde as trilhas são mais rudes e algumas sem nenhuma sinalização”. O livro *Caminhos e trilhas da Ilha Grande* é uma espécie de

¹⁶ Conforme se evidencia no Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande (INEA, 2011, p.4-86): “Pelo fato do Parque ser um próprio estadual, o Decreto [Decreto Municipal nº 2.003, de 10 de maio de 2000] não tem efeito em seu interior, pois o livre trânsito é incompatível em certas trilhas situadas integralmente no interior do Parque”. Ciente da importância das trilhas para a livre circulação de pessoas, mas também ciente de que o território sob tutela do estado se sobrepõe às leis municipais, a PMAR no ano de 2009, integrou o Decreto Municipal nº 2.003 à Lei de Diretrizes Territoriais da Ilha Grande (Lei nº 2.088 de 23 de janeiro de 2009).

*Lonely Planet*¹⁷ das trilhas da Ilha Grande. Segundo o próprio autor, o livro foi inspirado para caminhantes *on the road*, uma referência ao bestseller de Jack Kerouac que influenciou jovens de todo o mundo a colocarem a mochila nas costas e botarem o pé na estrada na década de 1960.

Se para Ingold (2012) as “coisas falam por si”, as vias públicas da Ilha Grande, nesse momento, “suplicavam” por infraestrutura, porque o turismo chegou ali e os aventureiros, incentivados ou não pelo livro de José Bernardo, queriam explorar cada canto da ilha. Então, no final de ano de 2007, placas informativas e indicativas foram instaladas – as mesmas que ainda hoje podem ser encontradas nas trilhas – através de um projeto intitulado “Projeto de Demarcação de Trilhas da Ilha Grande”, executado pela Brigada Mirim, e financiado por doações de instituições privadas e pela Prefeitura de Angra do Reis. Do planejamento à conclusão desse projeto, foram consumidos 18 meses, tendo sido instaladas 198 placas distribuídas ao longo das 16 vias oficiais (PMAR, 2007).

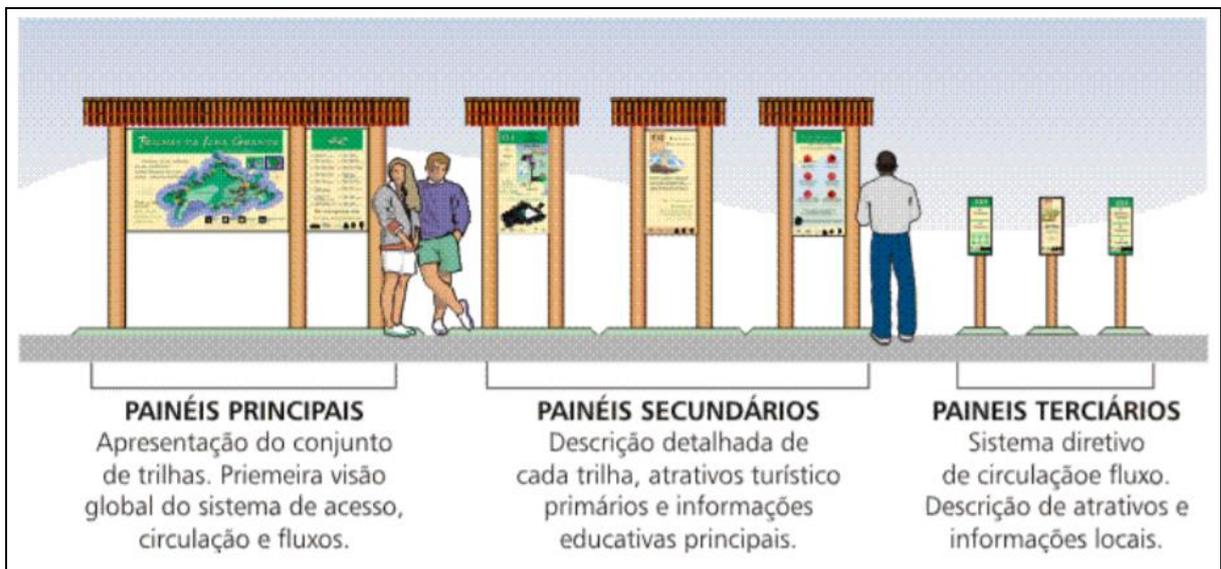
Ainda hoje encontradas pela ilha, as placas de sinalização das trilhas dividem-se em três níveis (Figura 9): painéis principais, que contêm o mapa completo das trilhas e apresentam a visão global do percurso além de informações de distância e tempo de deslocamento de cada trecho, fixado em totens de madeira com telhado cerâmico de proteção; painéis secundários, instalados nas extremidades de cada trilha, com informações sobre aquele percurso, informações histórico-culturais e de educação ambiental também fixadas em totens de madeira com telhado cerâmico de proteção; e painéis terciários, que são plaquinhas indicativas fixadas em estacas instaladas nas bifurcações e na entrada das trilhas.

Com as trilhas sinalizadas, elas estavam fisicamente estruturadas para o desenvolvimento do turismo de caminhada de volta à Ilha, pois orientavam o trajeto dos caminhantes, permitindo a autonomia em segurança. Fazer a volta completa na Ilha Grande a pé significa percorrer todos, ou quase todos os dezesseis trechos de trilhas descritos no Quadro 2. Embora não seja uma regra, a identificação numeral dos trechos de trilhas estimula o caminhante que inicia a volta pelo Abraão a

¹⁷ *Lonely Planet* é o nome da maior editora de guias de viagens do mundo, fundada pelo inglês Thomas Wheeler no início da década de 1970. Seus livros são considerados como a “bíblia dos mochileiros” e contribuem de forma significativa para a configuração do perfil desse tipo de viajante (WELK, 2008; WILSON & RICHARDS, 2008).

percorrer a Ilha Grande no sentido anti-horário, visto que lá se encontra a placa T1. A partir dela, o caminhante segue para a T2 (Saco do Céu), T3 (Freguesia de Santana) e assim por diante, até a chegada na praia do Aventureiro, que é o final da T9. Talvez por isso, a maioria dos caminhantes pesquisados, sobretudo os que iniciaram a caminhada pela vila do Abraão, fez a volta na ilha nesse sentido.

Figura 9 - Projeto “Demarcação de Trilhas da Ilha Grande”: placas de sinalização das trilhas e interpretativas, layout dos painéis instalados em 2007



Fonte: Brigada Ecológica Mirim da Ilha Grande - Relatório de Atividades (2007).

Atualmente, as placas de sinalização das trilhas da Ilha Grande, sobretudo as que se acham nos trechos mais afastados da vila do Abraão, onde está a sede do PEIG, encontram-se em precário estado de conservação, como pode ser observado nas fotografias das Figuras 10 e 11. Em diversos pontos de trilhas, placas instaladas pelos próprios moradores ou empresários do turismo têm auxiliado a prática das caminhadas pelo caminhante (Figura 12).

Em alguns trechos de trilhas, principalmente nos mais próximos à sede do PEIG, as placas de sinalização das trilhas foram substituídas por sinalizações indicativas e informativas com layout próprio do PEIG, como padronizado pelo INEA

para várias unidades de conservação do estado do Rio de Janeiro, conforme apresentado na Figura 13.

Figura 10 - Estado de conservação atual das placas indicativas da Ilha Grande (painéis terciários)



Fonte: João Pontes, 2021.

Figura 11 - Estado de conservação das placas de sinalização da Ilha Grande (painéis secundários)



Legenda: a) Painel secundário da trilha T02 no Saco do Céu; b) Painel secundário da Trilha T04 na praia da Freguesia de Santana.

Fonte: João Pontes, 2021.

Figura 12- Placas de sinalização nas trilhas da Ilha Grande instaladas por particulares



Fonte: A) João Pontes, 2021; B) A autora, 2017.

Figura 13 - Placas de sinalização das trilhas dentro do PEIG



Fonte: INEA, 2009.

2.6 As trilhas como lugar e recurso turístico: seu significado para visitantes e visitados

A demarcação das trilhas da Ilha Grande nos anos 2000, a publicação do livro-guia de José Bernardo em 2005 e a instalação das placas de sinalização no final de 2007, foram, sem dúvida, situações importantes para admissão da volta na Ilha Grande enquanto um destino de caminhada de longo percurso. Essas ações, públicas e privadas, contribuíram para que as trilhas fossem ressignificadas e transformadas em lugares e recursos turísticos, ou seja, aptas para serem exploradas turisticamente segundo os padrões da Organização Mundial do Turismo, que indica que recurso turístico compreende “todos os bens e serviços que, por intermédio da atividade do homem e dos meios com que conta, tornam possível a atividade turística e satisfazem às necessidades da demanda” (OMT, 2001, p. 172).

A propósito, cabe destacar as colocações de Celso Castro (1999) quanto à *criação* de “lugares turísticos”. Acompanhando o seu raciocínio, baseado na ideia muito bem ilustrada por Castro, de que “lugares turísticos” não existem em si: são socialmente e historicamente criados conforme os contextos histórico-sociais. Isso, o autor demonstra ao avaliar, através de análise de guias turísticos, os lugares considerados dignos de serem visitados pelos turistas no Rio de Janeiro, na década de 1930 e na contemporaneidade: das praças, monumentos e prédios do centro da cidade nos anos 30 às praias e paisagens da Zona Sul na atualidade, o turista tem o seu destino indicado, estabelecido, arbitrado pelos valores hegemônicos da sociedade naqueles momentos. O reconhecimento dos lugares como “turístico”

é uma construção cultural – isto é, envolve a criação de um sistema integrado de significados através dos quais a realidade turística de um lugar é estabelecida, mantida e negociada. Esse processo tem como resultado o estabelecimento de narrativas a respeito do interesse da ‘atração’ a ser visitada. Essas narrativas associam determinados adjetivos a ‘pontos’ ou eventos turísticos’, antecipando o tipo de experiência que o turista deve ter (CASTRO, 1999, p.81).

Assim, sendo as trilhas um bem fácil, gratuito e de livre acesso na Ilha Grande, as agências de turismo receptivo (locais e externas), sob o viés do

*ecoturismo*¹⁸, passaram a comercializar a volta a pé na Ilha Grande como um produto turístico, e não mais apenas como um meio para se atingir determinados atrativos turísticos. Assim também, vários guias de turismo tornaram as trilhas seu “ganha-pão”, lugar de trabalho, conduzindo caminhantes que optam por uma caminhada mais segura, sem correr o risco de se perder pelo caminho. Grupos de caminhadas passaram a utilizar as trilhas para as suas atividades coletivas. As trilhas, portanto, foram transformadas em uma *commodity* e ressignificadas para atender ao mercado do ecoturismo, conforme define Irving (2008, p.2).

A volta a pé na Ilha Grande transfigurou-se também no desejo maior de mochileiros e aventureiros, incentivados cada vez mais pelos relatos na internet, em sites específicos de turismo mochileiro e caminhada, e redes sociais, o que contribui para sua divulgação e, conseqüentemente, para o aumento da demanda de caminhantes.

Diante disso, não há como ignorar a repercussão junto aos atores sociais mais referidos ao local, que é o caso dos moradores. Olhando de um lado para os caminhantes, e de outro lado, para os moradores, reproduzindo a clássica visão sobre visitantes-visitados nos estudos turísticos, as trilhas da Ilha Grande nos levam a um aspecto que chama a atenção em termos da realidade local, que é a relação entre as diferentes comunidades/praias da ilha.

Algo que, no desenrolar da pesquisa, muito surpreendia na minha conversa com os moradores era a restrição do conhecimento geográfico que eles possuem sobre as outras partes da Ilha Grande que não aquela em que vivem. Dos moradores aos quais tivemos acesso, sobretudo os nativos e menos jovens, poucos conheciam pessoalmente outras comunidades da Ilha Grande além da sua. As informações que eles possuíam das outras partes da ilha eram trazidas por outras pessoas e, nesse sentido, os caminhantes contribuíam bastante para a divulgação dessas informações. Ana, que fez a volta na ilha a pé em dezembro de 2020, me

¹⁸ O “viés do ecoturismo”, nesse contexto, refere-se à noção frequentemente associada ao ecoturismo como uma forma de utilização da natureza de forma sustentável e que proporciona o contato com a natureza e o despertar de uma consciência ambiental. Para Irving (2008, p. 4), “o ecoturismo é fenômeno social (...) e representa frequentemente a busca de contraponto com a realidade cotidiana, a oportunidade de experiência integral, de valor afetivo, a partir da interação do sujeito que se desloca para o meio natural, mas também em direção aos códigos culturais de um destino, tendo a natureza em sua forma ‘protegida’ como atrativo principal”.

relatou que essa falta de conhecimento dos ilhéus sobre a própria ilha era uma das coisas que a havia impressionado por ali:

Uma coisa que me surpreendeu um pouco foi que, tirando um ou outro mais aventureiro, a grande maioria deles [dos moradores locais], acho que 90% ou mais, acho que nunca fez a volta e, mais estranho ainda, por exemplo, lá no Sítio Forte, a gente tava lá com o [morador local], a gente perguntou pra ele o que tinha pra frente do Sítio Forte? Quanto tempo até a Lagoa Verde? Como que era o caminho? essas coisas... Daí ele respondeu assim: “Pra frente do Sítio Forte vocês vão passar por Tapera e Ubatubinha, daí tem um morro, assim, quase igual o morro que vocês vieram”. Daí a gente: “Mas, e depois?”, e ele: “Ah, depois eu não conheço”. Poxa, a gente chegou na Lagoa Verde em duas horas, com cargueira nas costas, e o morador lá nunca tinha ido. Sítio Forte é pequeno, não tem quase nada, e ele não conhece duas praias pra frente. Ele conhecia pra trás, que era Maguariqueçaba e conhecia uma praia pra frente. Ele mora lá não sei quantos anos, não sei se ele nasceu na ilha, mas ele mora muito tempo ali naquela casa e não conhece pra frente. (...) Então, é interessante isso, apesar do pessoal estar lá, eles não terem essa disposição. É engraçado, a gente não conhece o lugar onde a gente vive. A gente vai conhecer os outros lugares e não conhece o nosso direito. E vivem uma vida lá sem eles mesmos apreciarem o que eles têm em volta deles.

Essa visão da caminhante, que havia gastado suas férias, dinheiro e todo o esforço da caminhada para conhecer a Ilha Grande ao máximo possível, era conflitante com a do morador da ilha, que não tinha o mesmo interesse que ela pelo lugar. O que ela, etnocentricamente, vê quase como um absurdo produz um choque cultural. Também eu, durante as pesquisas de campo, pude constatar que muitos nativos aos quais tive acesso vivem “ilhados” em suas próprias comunidades e pouco conhecem do restante da ilha. Enquanto os caminhantes almejam explorá-la e tentar conhecer suas belezas naturais, muitas pessoas que moram ali desde que nasceram não se deslocam e só conhecem outras comunidades porque ouviram alguém falar como são. Esse não-caminhar dos nativos pelas trilhas, resulta também na falta de conhecimento dos mesmos sobre a totalidade da Ilha Grande, onde afinal vivem. E assim, não é à toa que costumam referir-se às respectivas comunidades/praias como “aqui na Ilha” (ver nota de rodapé 7).

O não deslocamento dos nativos pelas trilhas pode ser uma herança proveniente do sistema prisional, conforme já apresentado, ao qual a ilha esteve submetida por tantos anos. Mas também, é evidente que o uso das trilhas pelos nativos e pelos turistas obedece a lógicas inversas. Os lugares possuem significados

diferentes para seus “habitantes” (conforme Ingold, 2015): enquanto a trilha para o caminhante é lugar do lazer e do prazer, para o nativo é o lugar do trabalho e da vida fluindo. Através das trilhas os ilhéus acessavam suas plantações, extraíam itens na floresta, caçavam. A trilha para eles é o meio que os leva ao seu local de trabalho. Um exemplo disso pude constatar em uma das pesquisas de campo quando me instalei por alguns dias em uma casa alugada no Saco do Céu: ali percebi que há um fluxo diário de moradores desta comunidade que se desloca a pé pela trilha até Japariz para trabalhar nos restaurantes e atender ao turismo. Nessa perspectiva, as trilhas da Ilha Grande podem ser vistas conforme a lógica indicada por Brandão (1999) a propósito da vida camponesa:

(...) os nossos significados sobre eles são desiguais, porque o que vivemos ali é oposto. Por isso nem mesmo os nossos sentimentos podem ser os mesmos (...) os lugares de minha contemplação prazerosa e do meu passeio são os locais de seu trabalho sempre árduo, mesmo quando poetizado pelos que não o conhecem de dentro, vivido com os braços. São as trilhas de seus trajetos, nunca um passeio, entre um ponto e outro da geografia que a vida camponesa mapeia muito mais como referentes do exercício penoso sobre a natureza, do que como cenários de deleite provindos dos exageros dela (BRANDÃO, 1999, p. 34 *apud* NEIMAN & RABINOVIC, 2008, p.75).

Portanto, tal qual a ideia de Brandão (1999) e de Neiman & Rabinovic (2008), as trilhas para os moradores da ilha e para os caminhantes possuem significados divergentes, que merecem ser reconhecidos para a compreensão das várias situações vivenciadas na Ilha Grande ao longo do tempo e aquela na qual ela hoje se encontra.

Quanto aos caminhantes, além dos aspectos já apontados até aqui, sintetizados na atração que as trilhas exercem para esse tipo de turista, os objetivos e os significados da caminhada mostram-se bastante variados: há os que caminham para explorar a ilha e conhecer o máximo de lugares possíveis, sobretudo com a ideia de chegar a lugares onde o turista convencional comumente não vai, almejando uma experiência “mais autêntica”; há os que veem a caminhada como um esporte; e há os que querem desafiar seus limites físicos, como indica o relato uma caminhante entrevistada: “Eu gosto bastante do contato com a natureza e de me desafiar. (...) Eu fiz a volta na Ilha Grande justamente por isso, porque foi um

desafio. Eu sabia que ali era muito bonito, eu não imaginava tanto, que seria tão bonito assim” (Ana, 45 anos, fez a volta na ilha em dezembro de 2020).

Assim como Ana, vários caminhantes entrevistados nesta pesquisa, sobretudo os que fizeram a caminhada de forma guiada ou em grupos de caminhada, foram até a Ilha Grande motivados sobretudo pelas trilhas; e, somente pela caminhada, é que foram descobrindo a ilha e se surpreenderam. Enquanto os “caminhantes exploradores” mostraram-se bem mais abertos a relacionar-se com os ilhéus, os que objetivavam completar a volta na ilha como um desafio ou como um esporte, optavam, nos momentos de parada e de pernoite, pelo descanso e recuperação física. Uma caminhante, ao ser questionada sobre a interação com o morador local, respondeu que ela ocorria:

durante o caminho, em algum lugar que a gente parava pra tomar uma água, ou pessoas que a gente cruzava e nos cumprimentavam. Alguns moradores perguntavam “Vocês estão fazendo a travessia? Como é que tá indo?” (...) Na verdade, a gente chegava muito cansados nos lugares e não saía, enfim, andava só, comia e ia dormir (Maria, fez a volta à Ilha em novembro de 2020 - entrevista em 20 novembro de 2020).

Dinâmica oposta na condução da caminhada encontrei em outro caminhante entrevistado, Tom, que iniciou sua travessia no mesmo grupo de caminhada de Ana, que era composto inicialmente por 15 pessoas. Porém, logo nos primeiros dias, ele decidiu se desvincular e seguir sozinho, caminhando em um ritmo mais contemplativo do que esportivo, com mais paradas e buscando interagir mais com a população local e com a própria natureza da ilha, algo que o grupo de caminhada não fazia:

eu gosto muito de passar pelo local e conversar com as pessoas, saber as histórias, conhecer o cotidiano deles, o modo de vida. Então, onde eu passava eu fazia isso, era o que me encantava. Não me encantava chegar logo pros lugares, então, eu queria parar, ouvir o que tinham pra falar, se uma praia era bonita eu falava “é aqui que eu quero ficar”. Então, eu não tava no pega, na mesma vibe do pessoal que queria chegar o mais rápido possível (Tom, 40 anos, fez a volta a pé em dezembro de 2020 - entrevista em 22 de janeiro de 2021).

Assim, constatei que as motivações e os usos que os caminhantes fazem das trilhas influenciam diretamente na interação entre eles e moradores locais – os “nós” dos encontros dos habitantes dos fios vitais/trilhas e dos lugares, segundo Ingold (2007; 2012). Admite-se, portanto, que o fio vital de cada caminhante da Ilha Grande pode implicar mais ou menos “nós”, e que esses nós também podem variar em tamanho e complexidade, dado o objetivo e o significado de sua própria caminhada pelas trilhas.

3 O CAMINHANTE-MOCHILEIRO DA ILHA GRANDE

Na era do virtual, em que o exercício de todos os prazeres sensoriais parece passar pela tela do computador, sair de casa em busca de natureza ganha, incrivelmente, contornos de contracultura. Mas não há nada de novo sob o sol: tudo já existia há milhões de anos e aguardava, apenas, quem se dispusesse a se aventurar, procurar e contemplar. E esse nado de nômades modernos, que se encaminham para cenários intocados atrás de visões do paraíso, longe dos consagrados cartões-postais da civilização, criou uma nova forma de ver o mundo chamada ecoturismo. O que as pessoas fazem quando chegam lá? Além de admirar a paisagem, reinventam o mais antigo esporte criado pela Humanidade: caminham. (Jorge Tarquini, citado por Bernardo, 2005, p. 39)

3.1 Sobre viagens a pé

Caminhar é uma das formas mais básicas de mobilidade humana, porém a caminhada por longa distâncias por prazer e/ou lazer em meio à natureza é uma prática moderna. Antes da invenção, ascensão e popularização dos meios de transporte, a caminhada sempre fez parte do cotidiano das pessoas como necessidade, visto que não havia outra alternativa para o deslocamento. Com o avanço das rodas motorizadas, entretanto, o caminhante foi se transformando em um ser transportado, dispensando a necessidade de árduas caminhadas, “tanto que em algumas sociedades avançadas as pessoas dificilmente andavam, e foram perdendo todo contato com a natureza e com o ambiente natural” (KAUR, 1980, p.29).

Conforme argumenta Tim Ingold (2015, p. 70-94) em seu ensaio sobre a influência da mecanização da atividade dos pés sobre as viagens, tendo como base a Inglaterra, foi a partir do século XVIII que a caminhada foi distinguida da atividade de viajar. O caminhante não viajava, pois a atividade de caminhar era restrita a pequenas distâncias, sempre por necessidades da vida mundana, como ir ao trabalho, à igreja ou ao mercado; distâncias maiores eram percorridas em carruagens ou em cavalos. Viajar, portanto, era uma atividade estreitamente relacionada ao meio de transporte e, portanto, um privilégio dos abastados

(INGOLD, 2015, p.76). Os ricos não viajavam pela experiência da viagem, mas somente para chegar a um determinado destino; o deslocamento, “principalmente a pé, era considerado um mourejo - literalmente um *trabalho árduo*”, “se *tivessem* que andar, eles fariam o que lhes fosse possível para apagar a experiência de suas memórias, e removê-las de seus registros” (INGOLD, 2015, p.76-77, grifos do autor). Assim, grande parte dos registros de viagens da elite europeia nesta época foram escritos “como se não existissem pernas”, ou seja, o conhecimento adquirido na viagem era restrito à paisagem observada no destino final ou nos pontos de parada para descanso, nunca durante o trajeto (INGOLD, 2015, p.77).

Nas últimas décadas no século XVIII, Coverley (2014, p. 91) aponta que a evolução do ato de caminhar na Inglaterra, proporcionado pela melhoria nas estradas e nos transportes públicos, ocasionou a redescoberta da caminhada pelo homem, permitindo o desenvolvimento de viagens distintas, equivalentes a excursões realizadas em ambiente natural:

Nas últimas décadas do século XVIII, as atitudes populares com relação à caminhada passaram por uma profunda mudança. No intervalo de uma única geração, uma atividade que até então se considerava pouco mais que consequência da necessidade econômica tornou-se algo totalmente diferente: a caminhada passou a ser um prazer, e não uma tarefa adotada pelos pobres e também pelas classe ociosas (COVERLEY, 2014, p. 91).

Para Ingold (2015, p. 78), a melhoria e o aumento dos meios de transporte tiveram como consequência dois lados, que ele estabeleceu com base nos argumentos de Urry (2000) e Solnit (2001): o primeiro é que, com a facilidade de acesso do trabalhador ao transporte público, o caminhar tornou-se uma opção em vez de necessidade, e o de estigma da pobreza sobre o andar a pé desapareceu (URRY, 2000, p. 51); o segundo lado é que o meio de transporte “podia levar as pessoas aos lugares – o cenário – dentro e em torno dos quais eles queriam caminhar. Assim, a paisagem inteira tornou-se o destino a que se havia chegado a partir do exato momento em que se partia a pé” (SOLNIT, 2001, p.93 *apud* INGOLD, 2015, p.78).

Coverley (2014), nesse mesmo sentido, ressalta a mudança na percepção do homem sobre a paisagem, que antes era restrita ao destino e agora passaria a ser incorporada na viagem de forma contemplativa:

Essas mudanças se revelariam profundamente enraizadas, pois, por trás das flutuações superficiais da moda, a percepção comum da própria natureza estava passando por uma transição, com as paisagens até então consideradas insatisfatórias começando a ser vistas como espirituais e libertadoras (COVERLEY, 2014, p.78)

Entretanto, até o início do século XX, viajar era, ainda, um privilégio exclusivo da burguesia, que dispunha de tempo para o lazer e de renda elevada para usufruir dos meios de transporte, sobretudo das grandes companhias de transporte que emergiam pela Europa facilitando os deslocamentos coletivos; aos pobres e trabalhadores, as únicas justificativas socialmente aceitáveis para viagens de lazer eram na forma de romarias ou peregrinações por motivos religiosos, ou passeios a pé ou de bicicleta (SANTANA, 2009, p.28). Tal situação só mudaria após 1930, com a ascensão dos veículos motorizados (carros e motocicletas) e, sobretudo, a conquista de férias remuneradas pelos trabalhadores (SANTANA, 2009, p.29).

O avanço das cidades, das indústrias e dos meios de transporte proporcionou a redescoberta da natureza pelo homem urbano, que passou a enxergar no meio rural, ou natural, uma forma de fuga do seu cotidiano barulhento, reinventando a caminhada, antes laboriosa, como atividade de lazer e de aventura:

No século XX, os homens começaram a perceber que ansiavam por escapar de um ambiente de ruídos mecânicos, de vapores repugnantes e horríveis arranjos de tijolos e aço para a beleza e quietude do campo, para se transportar naturalmente sobre as pernas, não artificialmente sobre rodas, para ouvir o canto da Natureza, o pássaro, o riacho e a brisa no milharal, para olhar as coisas bonitas, flores, prados e topos de colinas, para viver por algum tempo simples e ritmicamente longe do mundo material. De todas as atividades ao ar livre, o trekking cativou a imaginação dos jovens. Talvez seja a atividade mais inócua para a juventude de hoje faminta por aventura (KAUR, 1980, p. 29, tradução própria).

Atualmente, a caminhada em meio a natureza é uma prática significativa no lazer e no turismo. Como uma atividade turística universal, faz a ponte entre o *turismo de aventura* e outras formas de turismo, e pode ser subdividida de várias

maneiras, com base em características, motivações e preferências de caminhada (Davies, 2016, p.17). Na literatura referente a atividades de caminhada, o termo em inglês *trekking*, citado por Kaur no trecho acima, se confunde por vezes com *hiking* e *backpacking*, que também conceituam estilos de caminhada ao ar livre. Entretanto, cada um deles possui particularidades específicas, que são também praticadas na Ilha Grande, conforme apresento a seguir.

3.1.1 Hiking (ou fazer trilha)

O termo *hiking*, em português, significa, basicamente, caminhada em ambiente natural. A Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) o define como:

a realização de percurso a pé, em ambientes naturais com pouca infraestrutura, com diferentes graus de dificuldade. Pode durar desde uma hora até um dia inteiro, mas o praticante retorna ao seu local de origem para pernoitar (ABETA, online).

De modo geral, aqui no Brasil o termo *hiking* é bastante técnico e pouco utilizado pela população em geral, ficando seu uso restrito a públicos especializados ou usos comerciais de marcas de produtos de esporte de aventura. Popularmente utilizamos a expressão “fazer trilha” como sinônimo de *hiking*.

Fazer trilha, na Ilha Grande, é uma das atividades mais comuns e procuradas pelos visitantes, tanto como atividade principal, quanto como uma forma de transporte ativo que interliga lugares e atrativos turísticos. De modo geral, fazer trilha é uma atividade comum aos visitantes na ilha, pois ali existem trilhas para todos os tipos de faixa etária e condicionamento físico. Um turista por exemplo, que se hospeda no Abraão, pode fazer vários *hikings* pela Ilha Grande durante sua estadia, iniciando a caminhada em sua pousada ou camping como forma de chegar a alguma praia ou cachoeira, retornando ao final do dia. Na Ilha Grande, muitas vezes, para atingir outras formas de lazer, o visitante que esteja no Abraão deve se envolver em trechos significativos de caminhada por trilha, como, por exemplo, para conhecer o

Ecomuseu da Ilha Grande, mantido pela UERJ na vila de Dois Rios, as ruínas do Lazareto, o Pico do Papagaio, alguma cachoeira em meio à floresta. Por ser a única forma de mobilidade terrestre na ilha, quem não é um trilheiro por gosto, ali se torna momentaneamente um. A integração entre uma caminhada por trilha e um atrativo turístico contribui subsequentemente para a experiência geral do turista (Davies, 2016).

3.1.2 Trekking (ou caminhada de longo percurso)

Já o trekking pode ser definido como uma caminhada de longo percurso e, segundo Kaur (1980, p.29) significa “viajar especialmente a pé, de forma lenta ou não, em contato com a natureza, com algum propósito ou apenas para prazer ou lazer”. Um site turístico da Islândia define, de forma bastante simples, o que seria a prática de um trekking: “é uma forma de atividade onde se vai do ponto A ao ponto B em um dia, e no dia seguinte a caminhada continua do ponto B ao ponto C e assim por diante” (DISCOVER ICELAND, 2018, online, tradução própria).

Para a Associação Brasileira de Esportes de Aventura (ABETA), a caminhada de longo percurso consiste:

... na realização de percurso a pé, em ambientes naturais com pouca infraestrutura, com diferentes graus de dificuldade (...) onde o praticante pernoitará em locais ao longo da trilha, pois o trecho percorrido excede o limite de um dia de viagem (ABETA, online).

Portanto, enquanto o *hiking* consiste apenas em fazer uma trilha de ida e volta, fazer a volta a pé na Ilha Grande consiste em fazer um *trekking*, ou seja, uma viagem pela ilha, utilizando a caminhada como um meio de transporte ativo.

3.1.3 Backpacking (ou “mochilar”)

Já o *backpacking* é um termo comumente utilizado na América do Norte para

designar um estilo de caminhada de longo percurso realizada de forma autônoma e econômica em meio à natureza, no qual o praticante carrega junto consigo todos os materiais necessários em mochilas nas costas e frequentemente acampa nos lugares de parada ou utiliza-se de meios de hospedagem alternativos e baratos. É esse conceito de backpacker - o mochileiro que caminha - que me dá suporte para identificar o caminhante da Ilha Grande de um modo geral como um mochileiro.

No contexto da volta na Ilha Grande o “trekking mochileiro” (backpacking trek), portanto, caracteriza a forma mais frequente de realizá-la, visto que todos os caminhantes pesquisados levam sua bagagem em mochilas nas costas, e a maioria opta por formas de hospedagem econômicas, como campings ou quartos alugados na casa de nativos; alimentam-se, sobretudo, de pratos feitos (PFs) ou levam seu próprio alimento na bagagem, preparando as refeições nos pontos de parada ou de pernoite.

Na literatura sobre turismo mochileiro, conforme suas características apresentadas na Introdução, o conceito é muito mais amplo e refere-se não somente a uma viagem realizada a pé, mas sobretudo a uma viagem econômica realizada de forma independente (backpacking trip), ou, “não-institucionalizada”, como conceitualizado por Cohen (1972).

Segundo Welk (2004, p. 79), no processo de evolução do mochileiro a viagem de mochilão se fragmentou em vários movimentos, tornando difícil para quem está de fora determinar seus limites em relação a outras formas de turismo. Os mochileiros atuais não são mais um segmento homogêneo com motivos semelhantes, mas vinculado a diversos segmentos turísticos, como o ecoturismo, turismo cultural, turismo religioso, turismo étnico, etc. Hoje, a ideia de mochileiros é que parecem estar mais unidos por suas práticas relacionadas à forma da viagem, como a independência, a duração maior e o fato de serem mais econômicos em suas escolhas (de hospedagem, meio de transporte, etc.), do que por suas origens ou motivações (KANNISTO, 2014). Neste contexto, ser um mochileiro é “tanto uma questão de autodefinição quanto de conformidade com uma descrição definida” (O'REILLY, 2006 citado por KANNISTO, 2014, p.15).

Como um exemplo dessa heterogeneidade motivacional da viagem do mochileiro contemporâneo, posso citar minha própria experiência como tal, tanto nos

100 quilômetros caminhados na volta na Ilha Grande, como também nos 342 quilômetros percorridos no Caminho da Fé (MG/SP), ambos percorridos em meados de 2017. Nos dois percursos, exceto pela diferenciação da paisagem, a dinâmica da caminhada foi semelhante: caminhava durante o dia, levava tudo na mochila nas costas, hospedava-me em casas de moradores locais ou pousadas baratas encontradas pelo caminho, onde também fazias as refeições. Entretanto, a motivação em percorrer os dois caminhos é diferente. Enquanto observei que no Caminho da Fé a religiosidade e a espiritualidade eram a motivação principal dos companheiros caminhantes, na volta na Ilha Grande o motivo principal para a maioria era o lazer ou o esporte em meio à natureza.

Com relação à faixa etária dos mochileiros, se originalmente, eles eram enquadrados apenas como jovens viajantes, Veríssimo e Costa (2018) colocam que os novos mochileiros não possuem mais uma idade definida e enfatizam o importante papel da tecnologia na composição do seu perfil atual:

Para os novos mochileiros, a idade parece ser medida pelo estado de espírito, também encaram a viagem como um estilo de vida / forma de viver, dando ao turismo uma importância cada vez maior. Os mochileiros contemporâneos parecem viajar com e dentro de seus *smartphones*, mas não separam as interações reais. Além disso, quando viajam, procuram experiências significativas que impactam suas vidas (VERÍSSIMO & COSTA, 2018, p.17).

De fato, hoje não se pode desconsiderar o papel da tecnologia no preparo, durante e após a realização das viagens mochileiras. Isso fica bem claro nos relatos de volta na ilha disponíveis na internet, sobretudo nos sites específicos e blogs sobre turismo mochileiro, cujas experiências vivenciadas e fotografias disponibilizados influenciam e estimulam outros caminhantes a fazerem o mesmo tipo de viagem, contribuindo significativamente para a divulgação do destino.

Em relação ao trekking de volta na Ilha Grande, como ele pode ser feito também de forma guiada, identificar todos os caminhantes apenas como mochileiros seria um equívoco conceitual, e poderia levar ao entendimento de que todos os caminhantes seriam os do tipo “exploradores” ou “independentes”. O caminhante que faz a volta de modo guiado (isso com base em minha própria experiência do

grupo de caminhantes quiados) perde, de certo modo, uma das características principais atribuídas ao mochileiro da literatura: a autonomia da viagem e a liberdade de fazer suas próprias escolhas. Porém, por outro lado, ele se beneficia no quesito segurança, o que nos tempos atuais é um fator importante e foi o mais citado pelos entrevistados quando questionados sobre o porquê de fazerem a volta de forma guiada e não autônoma. Como pude observar em minha própria incursão no grupo de caminhantes guiados, foi o guia de turismo quem estruturou todo o roteiro da viagem pela Ilha, definiu os pontos de paradas, hospedagem e alimentação, e contabilizava o tempo que o grupo poderia despender em cada lugar para que o roteiro fosse seguido como planejado por ele. Já em relação aos caminhantes independentes, dos quinze relatos encontrados no site mochileiros.com, somente em um deles utilizou o serviço de um guia de turismo, confirmando que a autonomia é uma característica presente nos caminhantes que se reconhecem como mochileiros.

Com relação aos caminhantes da volta na Ilha Grande, seja de modo guiado ou independente, eles carregam características do mochileiro da literatura, e, portanto, denominei-os como “caminhantes-mochileiros” (sobre a auto classificação, ver adiante item 3.3). Dentre essas características, nota-se que o deslocamento é parte significativa da experiência da viagem e não um meio para se atingir um destino específico, como um viajante ou um turista. Outro aspecto importante é que, semelhante ao mochileiro moderno – e isso também com base também na minha própria experiência – o caminhante da ilha também almeja conhecer o máximo possível de lugares durante o tempo de sua viagem. Eduardo, o rapaz que fazia parte do grupo guiado de volta à Ilha no qual me inseri, estava fazendo a volta na ilha pela terceira vez. Questionei-o por que estava fazendo com o guia, visto que o custo era alto e ele já conhecia muito bem o caminho. Ele me respondeu, primeiro, que buscava companhia, já que no mês de agosto nenhum amigo estava de férias e ele gostava de interagir com outras pessoas. E segundo, que ele queria conhecer os lugares secretos da Ilha Grande que só o guia de turismo conhecia. De fato, o guia faz a propaganda de seus serviços nas redes sociais com frases atraentes como “Quer conhecer lugares secretos da Ilha Grande? Vem comigo!” ou chamadas como “volta completíssima” e “conheça lugares secretíssimos”. Durante a caminhada

descobri que os lugares secretos eram alguns mirantes de médio ou difícil acesso, que possibilitavam avistar belas paisagens das praias e da baía da Ilha Grande (Figuras 14 e 15). Mesmo já conhecendo essas praias, observá-las por um outro ponto de vista era uma “novidade” que atraiu o Eduardo a estar ali naquele grupo. Um desses mirantes, localizado na praia de Parnaioca, já é popularmente conhecido como “mirante do João”, em referência ao nome do próprio guia que “descobriu” o acesso (Figura 15).

Figura 14. Mirante de Lopes Mendes, um dos “lugares secretos” comercializados pelo guia.



Fonte: A autora, 2017.

Figura 15- Vista da praia de Parnaiooca a partir do Mirante do João.



Fonte: A autora, 2017.

3.2 Sobre as trilhas, botas e mochilas

Não é difícil distinguir quem está apenas “fazendo uma trilha” ou está fazendo a caminhada de volta na Ilha Grande. A identidade visual do caminhante de volta na Ilha Grande é bem expressiva e está relacionada à sua vestimenta, tipo de calçado e, sobretudo, à mochila que carrega, normalmente uma cargueira, que precisa ter tamanho suficiente para comportar roupas, alimentos, barraca e equipamentos necessários para todo o período da atividade (Figuras 16 e 17).

Esses elementos são parte da identidade visual do caminhante da ilha e, por causa deles não é difícil identificar quem pelas trilhas é um mochileiro de volta à Ilha ou está apenas fazendo uma trilha. Isso fica evidente no depoimento de uma das

caminhantes entrevistadas, ao ser questionada se havia visto outras pessoas fazendo a volta na Ilha Grande durante a sua caminhada, ela me respondeu:

Não vimos ninguém fazendo a volta à Ilha, mas vimos muitos jovens fazendo trilha, e morrendo de inveja, né? Porque a gente de bota, camisa de manga comprida, chapéu e toda cheia de tralhas, e os meninos de chinelinho de dedo, descalços, subindo de biquinho. Nada como ser jovem, né?! (Bia, 60 anos, fez a volta à Ilha de forma guiada em outubro de 2020)

Figura 16 - Grupo de amigas que fizeram a volta na Ilha em outubro de 2020: botas, mochilas, cajados, as coisas que dão vida ao caminhante-mochileiro da Ilha Grande.



Foto: João Pontes, 2020.

De certo modo, apenas pela análise visual, Bia fez uma distinção entre um caminhante de volta na Ilha e um turista que está apenas fazendo uma trilha, visitante comum na Ilha Grande que utiliza as trilhas como acesso entre as praias e

atrativos. Tal situação foi similarmente apontada por Davies (2016) em sua pesquisa sobre caminhantes recreativos, na qual verificou que há dentro desse grupo uma subcultura identitária que os divide entre “caminhantes sérios” e “caminhantes casuais”, em parte baseada nos trajes que eles utilizavam. Os interlocutores da pesquisa de Davies (2016, p. 12) referiram que a identidade de um “caminhante sério” estava diretamente ligada às suas vestimentas e equipamentos, como roupas de alta especialidade e mochilas desgastadas pelo uso frequente, que representariam uma espécie de “uniforme” no sentido de distingui-lo de um caminhante casual. Um dos entrevistados de Davies (2016, p. 14), por exemplo, relata o caso de um mochileiro novato que, ao comprar uma mochila nova ele propositalmente a suja e a desgasta antes mesmo de utilizá-la pela primeira vez, para não ser confundido com um caminhante casual e parecer aos outros pouco experiente.

Os trajes e os acessórios, mais do que identificar os caminhantes, permitem que a volta na ilha seja mais prazerosa e menos penosa. Uma mochila com tamanho adequado ao corpo, ou um calçado macio e antiderrapante, por exemplo, trazem mais conforto e segurança em terrenos tão acidentados como as trilhas da Ilha Grande. Sem eles, a caminhada por tantos dias e quilômetros seria quase impossível de ser completada. Tom, outro caminhante entrevistado, me relatou que gostaria de fazer a volta na Ilha Grande novamente com uma mochila mais adequada e equipamentos mais leves, pois na volta realizada ele havia sofrido bastante com o peso da mochila nas costas, o que tornou sua atividade menos agradável do que deveria ser:

Eu fui com uma mochila muito pesada e isso me dificultou muito, então eu já cheguei aqui [interior de São Paulo] e investi um pouco mais em uns equipamentos mais leves, porque isso faz diferença. Como eu fiquei o ano passado praticamente todo sem fazer nenhum trekking, eu tinha esquecido de coisas básicas, que pra quem tá acostumado seriam impensáveis. (Tom, fez a volta à Ilha em dezembro de 2020 - entrevista em 25 de janeiro de 2021).

Para Ingold (2012), a cognição e locomoção estão em sintonia. Sendo assim, por exemplo, se os pés doem, a percepção sobre o ambiente fica prejudicada. Assim, portanto, é que os caminhantes-mochileiros se distinguem dos demais

caminhantes por seus trajes e acessórios. Quanto mais conforto tiverem, mais prazerosa é a volta na ilha.

Figura 17 - Os caminhantes-mochileiros e os aparatos: botas, mochilas, cajados.



Fonte: a autora, 2017.

3.3 “Aqui não tem mochileiro, não!”

A “mochila cargueira” é, visualmente, um dos elementos principais de identificação visual do caminhante da Ilha Grande. Ela é o símbolo do mochileiro e, também por conta dela, a associação do caminhante com o mochileiro é inevitável. Todavia, poucas vezes escutei um caminhante entrevistado referir-se a si mesmo como um mochileiro, emergindo a questão de como eles se auto identificavam e como eram denominados pelos moradores da Ilha Grande. Deparei-me com várias

denominações ao longo da minha jornada de pesquisa: turistas, ecoturistas, caminhantes, *trekkers*, trilheiros, esportistas, andantes.

O fato é que, desde a concepção do projeto de doutorado, eu identificava os caminhantes da Ilha Grande como mochileiros, não somente pelo uso da mochila, mas dada a minha própria percepção, experiências anteriores e conhecimento teórico sobre a temática. Entretanto, em campo, essa certeza conceitual tomou novos rumos. A pesquisa etnográfica foi essencial para entender que há por uma parte dos ilhéus aos quais tive acesso, uma representação do tipo de turista que *eles* denominam como mochileiro que pode ser vista por estes como preconceito. Esse “preconceito” não se apresenta em relação aos que designam como “caminhante”, conforme se evidencia no trecho de uma entrevista realizada com a proprietária de um camping na praia de Araçatiba:

Moradora de Araçatiba: A sua pesquisa é sobre o que?

P: Minha pesquisa é sobre o turismo mochileiro na Ilha Grande. Bom, eu não sei o nome ao certo ainda, é sobre as pessoas que dão a volta na ilha a pé, essa atividade que estou fazendo agora...

Moradora de Araçatiba: Mas... os caminhantes é que você tá falando, né? São os caminhantes do turismo!

(Trecho de entrevista realizada em agosto de 2017, com a proprietária de um camping na praia de Araçatiba)

O trecho da entrevista acima com essa dona de camping não mostra, infelizmente, sua cara de espanto quando disse que minha pesquisa era sobre turismo mochileiro, o que logo na sequência tratei de justificar. Ela, de forma apressada, quis esclarecer que a minha pesquisa não era sobre isso, mas sim sobre o turista caminhante, ou, como ela mesmo designou, sobre “os caminhantes do turismo”. A entrevista ocorreu no final da noite do meu segundo dia de caminhada de volta à Ilha, e logo percebi que, para ela, mochileiro era “uma outra coisa” e não o que eu estava pesquisando. Intrigada sobre o ela entendia ser um mochileiro, fui direta e perguntei: “o que seria então um mochileiro aqui na ilha?”, e a resposta veio na forma de um exemplo que, nesse caso, fazia referência aos argentinos:

Olha... ninguém é argentino aqui não, né? Oooo turistinha brabo. É um turista que vem pro nosso país e fica pechinchando o tempo todo. Chegou

duas meninas na semana passada aqui e disse “No, no, eu vou pagar dez reales!”. Eu disse: “Não minha filha, aqui não é dez reales não (...) Aí disseram que ficou lá no Aventureiro, ficou impondo lá na casa de um pescador lá. Pagou só dez reais e ficou lá quase um mês no quintal do senhorzinho. Esse é o turista que é o predatório, que vem e que não traz benefício nenhum pra comunidade. Deixa a imundice. Detona.

Nas palavras dessa proprietária do camping na praia de Araçatiba, os mochileiros “exploram e não trazem benefícios”, barganham em excesso, o que ela denomina como um turismo predatório. Ela aí se aproxima das concepções oficiais, segundo as quais o turismo predatório refere-se ao oposto do que seria um turismo sustentável, ou seja, um tipo de turismo onde não há compatibilidade nem respeito do desenvolvimento turístico à conservação dos recursos utilizados ou às comunidades receptoras.

Atenta ao fato de que sua percepção poderia se estender também aos habitantes de outras comunidades da ilha, quando alguém questionava o foco de minha pesquisa por ali eu apenas me referia que ela era sobre “as pessoas que davam a volta a pé na Ilha Grande” e, assim, passei a atentar à denominação dada por outros interlocutores. Conforme a caminhada avançava, fui confirmando essa situação.

Dois dias de caminhada depois da conversa em Araçatiba, cheguei à praia do Aventureiro e pude constatar que mochileiro ali também era um termo pejorativo. Por parte dos nativos havia sempre uma associação do mochileiro à sua ideia de *hippie*, também pejorativa. Durante a entrevista com a dona do quarto alugado onde passamos a noite, ela me relatou:

O turismo aqui ocorre desde sempre, desde quando eu era novinha, mas antes só vinham aqui os hippies, os mochileiros. Aí o pessoal acampava na praia. Na época não tinha ainda a FEEMA. Hoje é bastante diferente, vem gente idosa, vem casal, vem família, pessoal que coleta o lixo, paga direitinho... Antes era só bagunça. (moradora do Aventureiro - entrevista realizada em agosto de 2017.)

Essa reação à ideia de mochileiro, bem como a associação ao *hippie*, é um dado amplamente apontado nas pesquisas sobre o tema realizadas em diversos locais do mundo. As primeiras definições do que seria o mochileiro – o *drifter* de

Cohen (1972) – associavam esses viajantes com ideais da contracultura, que utilizam a viagem sem itinerário definido para lugares longe da sua cultura familiar, como um rito de passagem, prioritariamente jovens da classe média/alta (Cohen, 2016, p. 271).

Uma pesquisa sobre o perfil dos mochileiros e suas motivações, comportamento e experiência em diferentes contextos foi realizada Richards & Wilson (2004). Os autores pesquisaram cerca de 2.300 mochileiros, a maioria jovens estudantes, provenientes de oito países diferentes. Os participantes faziam parte de um grupo de viajantes cadastrado em uma agência especializada e foram contactados via mala direta por e-mail. Em uma parte do questionário, os mochileiros deveriam concordar ou discordar, em uma escala de pontos, com algumas frases, dentre as quais encontrava-se: “mochileiros são todos iguais” e “todos os mochileiros são *hippies*”. Como resultado, houve uma forte reação contra a imagem tradicional dos mochileiros como *hippies*, ideia muitas vezes reforçada pelo estereótipo de que os mochileiros, assim como *hippies*, nunca tomam banho. Também houve uma forte rejeição da ideia de que os mochileiros são todos iguais. “Parece que as pessoas acham que a imagem do mochileiro não apenas mudou desde os primeiros anos do movimento *hippie*, mas também que os mochileiros se tornaram mais diversificados” (Richards & Wilson, 2004, p.37).

Essa mesma pesquisa de Richards & Wilson (2004) também questionava a autoidentificação do mochileiro. Em uma das perguntas, os pesquisados deveriam escolher dentre três opções de resposta à qual mais se identificava: turista, viajante ou mochileiro. Na análise das respostas, os autores chegaram às seguintes conclusões: a) mais da metade se identificou como viajante, um terço como mochileiro e um quinto como turista; b) quanto mais viagens a pessoa havia feito, menos “turista” ela se sentia e a autoidentificação como “mochileiro” ou “viajante” aumentava; c) os entrevistados mais velhos eram mais propensos a se intitularem “viajantes”, enquanto o rótulo “turista” era mais popular entre os entrevistados com menos de 20 anos de idade; d) os mais jovens estavam muito mais dispostos a aceitar o rótulo de mochileiro do que as pessoas mais velhas; e) a autodenominação variou entre os pesquisados de cada país. Segundo Cohen (2010), como as primeiras definições sobre turismo mochileiro eram focados nos jovens viajantes, foi

criada, de certo modo, uma resistência que ainda hoje se evidencia a que viajantes mais velhos se identifiquem como mochileiros. De modo geral, a conclusão a que os autores da pesquisa chegaram é que “as fronteiras entre ‘mochileiros’, ‘viajantes’ e ‘turistas’ estão longe de ser claras” (Richards & Wilson, 2004, p. 39) e que se fosse levada em consideração a definição de Pearce (1990), comumente usada para definir o mochileiro na literatura acadêmica, a grande maioria dos entrevistados seria classificada desta maneira; porém, a maioria não se identificou assim. Isso indica que a definição de mochileiros no senso comum é divergente do conceito utilizado na literatura.

Do mesmo modo, nesse sentido, identifiquei similaridade com os caminhantes entrevistados na Ilha Grande: em nenhum momento da pesquisa eles se identificaram como mochileiros. Entretanto, diferente do morador da ilha que vê o termo como pejorativo, para o caminhante “ser mochileiro” pode não ser uma “categoria habitada” nos termos de Almeida e Cunha (2009)¹⁹, mas vivida naquele momento e naquela situação específica. Como também afirma Sorensen (2003), levando em conta a atual diversidade desse segmento turístico, o termo mochileiro é uma categoria socialmente construída e, portanto, flexível e negociável, sendo difícil agrupar todos os mochileiros sob um conceito único. “Se fossem identificados por meio de uma definição rígida, isso eliminaria muitos indivíduos que se enxergam como tais, ou seria necessária uma definição de tão longo alcance que seria destituída de habilidade explicativa” (Sorensen, 2003, p. 862).

3.4 Ninguém quer ser apenas um turista

Ao longo da pesquisa, pude encontrar diferenças de vivência e de classificação em torno de a volta na Ilha Grande “ser uma atividade turística ou não”

¹⁹ “Categoria habitada” é uma concepção de Almeida & Cunha (2009) para referir-se aos povos tradicionais que se apossaram de termos criados pelos outros para referir-se a eles, “convertendo termos carregados de preconceitos em bandeiras mobilizadoras”. Cabe a ideia, nesse sentido, de que os mochileiros não habitam a categoria “mochileiro”, mas apenas a vivenciam momentaneamente enquanto a caminhada acontece.

pelos que a praticam. Assim como o termo mochileiro mostrou-se pejorativo para os habitantes da ilha e pouco utilizado também pelos caminhantes, a maioria dos entrevistados não se sentia confortável ao ser identificado como “turista”; não gostavam de ser confundidos com um, ou não sentiam que o que faziam era turismo.

Em um vídeo de volta à Ilha disponível no Youtube, duas jovens mochileiras, uma argentina e uma chilena, que faziam a volta no sentido horário, sentadas em um banco em frente à igreja evangélica da praia de Provetá, relatam suas experiências:

Fizemos tudo com muita calma, descansando, desfrutando cada lugar. Gostamos muito de conhecer as pessoas que habitam a ilha. **Não ser um turista, tratar de sair desse papel de turista e poder falar e compartilhar algo um pouco mais profundo do lugar, das pessoas, dos costumes... Isso é o que mais nos preenche, é o que nos motiva a seguir.** Não apenas passar pelos lugares, mas também reservar tempo para conhecê-lo bem, ficar ali por um período, e depois seguir. Isso nos permite entender e entrar em sintonia com o lugar. Onde está, qual caminho ir, até aonde... E também o esforço pessoal para chegar a um lugar, de alcançá-lo, é muito satisfatório (17m05s do vídeo “A Volta em Ilha Grande”, Caracol Trilhas)²⁰.

Nota-se que a visão sobre “ser turista” que as duas mulheres tinham não se enquadrava na prática com sua viagem a pé pela ilha. Ao almejam sair do papel de turistas e buscarem “algo mais profundo do lugar”, consideram que o turismo é uma atividade superficial. De acordo com MacCannell (2001), não ser (apenas) um turista é algo que muitos turistas almejam:

Eu poderia resumir a descoberta central de todas as pesquisas que fiz sobre turistas da seguinte maneira: o próprio ato de fazer passeios turísticos se organiza em torno de um núcleo de resistência às limitações do olhar do turista. O indício mais forte dessa resistência é o desejo de ir além da representação turística. Este é um desejo que quase todos os turistas manifestarão se tiverem oportunidade (MacCannell, 2001, p. 31, tradução própria).

Em outro relato, um casal de caminhantes explica logo na introdução do seu relato de viagem a motivação que os levara a percorrer a Ilha Grande caminhando:

²⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BkZEsAUhvns&t=396s> . Acessado 22 de dezembro de 2020.

Resolvemos dar a volta na Ilha Grande, para conhecer o que ela tem de bom e de ruim, invés de ficarmos hospedados em Abraão fazendo pequenos passeios, pudemos conhecer e conviver um pouco com as pessoas que vivem lá, ver de perto como é o cotidiano, seus hábitos e costumes, além da aventura de cruzar o mangue, cachoeiras, trilhas (algumas em péssimas condições, mas tão belas quanto as outras), pudemos sentir a **energia real do lugar**, que é incrível. (Fernanda e Pablo, relato de volta à Ilha disponível no site mochileiros.com)

Para o casal, “a energia real do lugar” seria encontrada em lugares não turistificados da ilha, onde eles também poderiam conhecer seu lado “mais autêntico”, não somente o lado bom, mas também o lado ruim. Essa busca pela “autenticidade” da ilha pelos caminhantes-mochileiros, vai ao encontro da visão de Cohen (1982), ao argumentar que ela pode se refletir na atitude para com a natureza – particularmente a ênfase na “pureza” e repulsa por lugares “lotados” e “turísticos”.

Segundo Welk (2004), ser um anti-turista faz parte da construção da identidade de um mochileiro. Foi baseada nessa afirmação, e querendo compreender se ela se aplicava também aos caminhantes-mochileiros da Ilha Grande, que incorporei ao roteiro de entrevistas a seguinte questão: “Você acha que o que você fez é turismo?”. Essa pergunta, que também é baseada na autoidentificação, mostrou-se bastante complexa aos entrevistados.

Beatriz respondeu afirmativamente à questão, porém fez ressalvas de que a volta na ilha não era apenas de turismo, “mas sim turismo aliado a conhecimento, aliado a saúde, aliado a prazer, por estar em contato com a natureza”.

Já Ana, quando questionada se considerava turismo a atividade de volta na ilha, me respondeu negativamente:

Nossa, eu nunca parei para pensar nessa distinção, se é turismo ou não... Eu acho que o dia que eu fiquei em Abraão, depois (da volta a pé), eu acho que seria mais turismo. **Eu acho que eu não considero como turismo uma volta à Ilha.** Eu acho que eu considero mais como uma atividade, um desafio, um percurso, mas não turismo. Eu sinto que é turismo quando eu vou para uma praia, fico hospedada e vou conhecer os lugares daquele canto, vai num barzinho, vai conhecer o que tem, uma cachoeira, um monumento, uma coisa nesse sentido. Por exemplo, quando eu vou para uma montanha, quando a gente faz uma travessia, eu não considero que vou fazer turismo na montanha. Então eu considero esse mesmo sentido, eu fui fazer uma travessia, uma volta, eu fui fazer uma atividade física, eu fui estar em contato com a natureza, porque eu não fui pra usufruir a princípio dos pontos turísticos da cidade, apesar de lá em Ilha Grande as praias

serem também os pontos turísticos, mas é que eu não fui com esse intuito, fui com o intuito de curtir a natureza, de andar, de conhecer um lugar novo, mas... nesse sentido assim, de integração, de desafio. Eu acho que se um dia eu fosse lá com minha mãe, com minha filha, e ficasse numa pousada e pegasse um barco, ou andasse apenas uma trilhazinha pra ir a uma praia e voltasse, isso seria turismo. **Não me senti como turista nesse momento, vamos dizer assim.** Se a gente pensar pelo lado de que a gente utilizou os recursos, nos hospedamos, estávamos lá nas praias, eles nos veem como turistas e, realmente, para algum órgão competente, nós somos turistas. **Mas assim, o sentimento não é de ser turista ali naquele momento.** (ênfases minhas)

De acordo com o depoimento da Ana, ela não se sentia uma turista na volta à Ilha, porque as características que ela observa em um turista são muito diferentes das suas enquanto praticante do trekking. Ela fazia parte de um grupo de caminhada de São Paulo. Para ela (e talvez todo o seu grupo) o motivador principal da ida à Ilha Grande foi o circuito de trilhas existentes, que permitia a prática da caminhada de longo percurso, atividade que ela não considera como “fazer turismo”, mas sim realizar uma atividade física, um esporte com fruição da natureza. Assim também, por não ter utilizado serviços turísticos, como pousadas ou passeios de barco, Ana não se sentia turista.

Wagner, que fez a volta na ilha em junho de 2021, possuía mais intimidade com o conceito de turismo, pois meses antes de fazer a volta à Ilha, havia trabalhado por um período em um hostel no Abraão. Quando o questionei sobre a volta à Ilha ser uma atividade turística, ele respondeu afirmativamente, mas, assim como Ana, também fez ressalvas em relação ao seu sentimento em ser comparado a um turista:

Sim, eu fiz turismo, com certeza. Mas eu não me acho com a cara do turista *mainstream*. Mas tem várias pessoas que fazem o mesmo turismo que eu. Mas é turismo, com certeza. Eu não sou local, eu não sei a vivência deles completa, eu só vi partes, parte da história, por enquanto. Agora, quando eu tava no Abraão na primeira vez eu já tava no ponto de me sentir local, não era turismo mais. Mas ali na volta na ilha, passando um dia, ou dois ou três nos lugares é turismo, não tem como não ser (Wagner, fez a volta à Ilha em junho de 2021 - entrevista em 3 de setembro de 2021).

Para Tom, outro caminhante entrevistado, o conceito de turismo era muito amplo para enquadrar o trekking de volta à Ilha no mesmo nível dos demais tipos de

turismo de massa que ali ocorrem: “Olha, depois que eu fiz [a volta na ilha], eu acho que trekking é um tipo de turismo, mas não dá pra gente colocar nesse mesmo patamar desse turismo comercial que tem por aí”.

Tom, durante a entrevista, já havia demonstrado indignação com os barcos de passeio turístico com o som extremamente alto que atracavam nas praias da ilha, com turistas consumindo bebida alcoólica, falando alto e, em suas palavras, “fazendo farofada na praia”. Para ele, esse tipo de turismo nada tinha a ver com o ambiente da Ilha Grande. De certo modo, a experiência vivenciada por ele e pelos turistas dos barcos naquele lugar e naquele momento era divergente do que ele faz, e o incomodava.

Um dos lugares onde esse conflito ficou mais evidente foi na Freguesia de Santana, a praia da ilha mais próxima do continente e ao lado da Lagoa Azul, um dos principais atrativos turísticos da Ilha Grande. É nesta praia que atracam várias embarcações turísticas provenientes de Angra dos Reis e Mangaratiba (Figura 18). São vários os relatos que apontam para o conflito entre o barulho do turista e a calmaria do caminhante nesse lugar, como este abaixo:

Se no passado este lugar foi o mais povoado da ilha, hoje é um dos mais disputados pelos turistas. Um pequeno cais serve de entrada e saída de dezenas de barcos com toda a diversidade possível. Para nós que estávamos andando a mais de 5hs na calmaria das trilhas esse foi um choque de realidade. (Tiago, fez a volta na ilha em 2017, relato disponível no blog Trilhar e Mochilar).

Tive experiências similares às dos relatos durante minha própria caminhada de volta à Ilha e durante os trabalhos de campo posteriores. Encontrei na Freguesia de Santana os mesmos tipos de escunas com música em som elevado, turistas aparentemente alcoolizados e modos de usufruir da praia que em nada se assemelham aos dos caminhantes. Pra quem chega na praia vindo da trilha, que é quieta e pouco movimentada, é uma situação bem contrastante (Figura 18).

Assim como na Freguesia de Santana, presenciei também na Lagoa Verde situação parecida. Durante minha caminhada, cheguei à Lagoa Verde por volta das 16 horas de um sábado com o céu parcialmente nublado e não havia ninguém (Figura 19). Eu já havia estado naquele lugar anteriormente por duas vezes,

chegando via barco, e nunca a havia visto assim, completamente vazia. A felicidade em ter aquele pedaço de paraíso só para mim e para os demais integrantes do grupo durou muito pouco, pois cerca de meia hora depois uma escuna repleta de adolescentes – talvez uma excursão de ensino médio – atracou, com música alta e muito alvoroço, espantando todos os pássaros que cantavam ao redor e quebrando todo o clima de harmonia com a natureza em que nos encontrávamos naquele fim de tarde. Uma frase de Cohen (1982, p. 210) parece se aplicar muito bem a este contexto: *“Solitude (...) has become an attraction in a crowded world”* (a solidão tornou-se uma atração em um mundo lotado). A impressão que tivemos com a chegada dos adolescentes alvoroçados naquele dia foi a de falta de respeito com o ambiente da Ilha Grande, como se aquele pedaço da ilha não merecesse esse tipo de turismo.

Figura 18 - Escunas e turistas na praia da Freguesia de Santana



Fonte: Marcos Tristão / Agência O Globo, 2014. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/com-excesso-de-turistas-ilha-grande-tera-tarifa-de-barcas-mais-alta-estuda-controle-da-visitacao-13652150>. Acesso em 09 out 2020.

Aqui recorro novamente à perspectiva do caminhante de Ingold (2008, 2015) e faço uma analogia aos seus conceitos de *wayfaring* (caminhada), para me referir aos caminhantes de volta à Ilha, e *transport* (transporte ou transportado), para designar os turistas de barco²¹. Utilizo esses conceitos para tentar explicar a tensão que se origina por parte do caminhante, quando os dois se encontram nos lugares que são pontos de paradas para ambos.

Figura 19 - Chegando na Lagoa Verde, em um sábado à tarde, sem nenhum turista.



Fonte: Mariana Almeida, 2017.

Conforme já explicado no capítulo anterior, na teoria de Ingold cada caminhante, metaforicamente, deixa uma trilha por onde passa, construindo uma linha de vida contínua que se entrelaça (conhece e interage) com as coisas e outras pessoas pelo caminho, construindo sua própria percepção sobre o ambiente.

²¹ As agências de turismo receptivo localizadas na vila do Abraão comercializam dois principais passeios de barco pela ilha: a “meia volta na ilha”, no qual o trajeto do barco segue sentido oeste e navega apenas em águas abrigadas, parando em praias e pontos turísticos localizados nesta parte da ilha, e a “volta na Ilha Grande”, cujo trajeto circunda a ilha toda e só é realizado em dias em que o mar aberto não está revolto.

Projetando essa concepção para o que se vê na Ilha Grande, os caminhantes *habitam* as trilhas, e conseqüentemente toda a ilha, visto que a caminhada de volta na ilha é contínua e tudo está interligado.

Figura 20 - Trajetória do caminhante: linha contínua.



Fonte: Ingold (2007, p. 101)

Já o turista de barco não caminha. Ele é um ser *transportado* ponto-a-ponto, e ocupa, na ilha, apenas o lugar de parada do passeio turístico, que é uma praia ou um dos já consagrados pontos turísticos conhecidos como a Lagoa Verde ou a Lagoa Azul. Sua trajetória é, portanto, não uma linha contínua, mas um traçado pontilhado.

Figura 21 - Trajetória do turista de barco: traçado ponto-a-ponto.



Fonte: Ingold (2007, p. 101)

Os caminhantes da Ilha Grande, sujeitos em movimento, pausam sua trajetória nas praias para descanso, alimentação ou pernoite. Nos pontos de paradas, os dois grupos podem se encontrar, porém, utilizam o lugar de maneiras

diferentes, pois suas percepções, sentimentos e desejos sobre ele são contrastantes.

Quando você está fazendo uma *trip* deste tipo você está em outra sintonia que os demais viajantes que chegaram ao local de barco, irão permanecer por ali mais alguns dias e irão embora de barco. Se você está fazendo a travessia geralmente chega cansado, curte um pouco o lugar come algo e lá pras 10 da noite vai dormir porque sabe que no dia seguinte terá mais um dia exaustivo pela frente (André, fez a volta na ilha em julho de 2008 - blog guiadoviajante.com).

Os turistas dos passeios de barco, por sua vez, são fixos aos pontos de atracagem dos barcos e seus movimentos são restritos a fronteiras geográficas desse lugar. Ele não se move, ao contrário, ele é movido, tornando-se um passageiro em seu próprio corpo (INGOLD, 2007, p.78). E sendo assim, não deixa rastro, não constrói uma linha de vida, não interage com o ambiente, não tem a noção do todo. Enquanto o caminhante, em seu movimento, *habita* a ilha toda, formando uma malha, os turistas de barco *ocupam* os pontos momentaneamente e se vão. “Entre os locais, ele mal olha a superfície do mundo, não deixando vestígios de ter passado ou mesmo qualquer lembrança da jornada” (INGOLD, 2015, p.221). Para eles, os lugares de parada são a *Ilha Grande*.

As visões, sons e sentimentos que o abordam durante a passagem não têm absolutamente nenhum peso no movimento que o leva adiante. Apenas na chegada a cada parada, e quando o meio de transporte é interrompido, ele começa a se mover. Assim, os locais onde o caminhante faz uma pausa para descanso são, para o transportado, locais de atividade (INGOLD, 2007, p. 78).

O “nó” da malha do caminhante, nesse ponto de encontro, apresenta relações ambíguas sobre o mesmo lugar. Conforme apresentado o item anterior deste capítulo, vários caminhantes se incomodaram com o modo como os turistas de barco usufruem da praia, utilizando adjetivos para designá-los como “farofeiros” e “barulhentos” e que deixam os “lugares insuportáveis. Um desses momentos de tensão pode ser exemplificado em um trecho do relato de Luis, que descreve seu encontro com os turistas de barco na Freguesia de Santana, no qual seu grupo optou por seguir adiante e não fazer ali sua pausa para descanso:

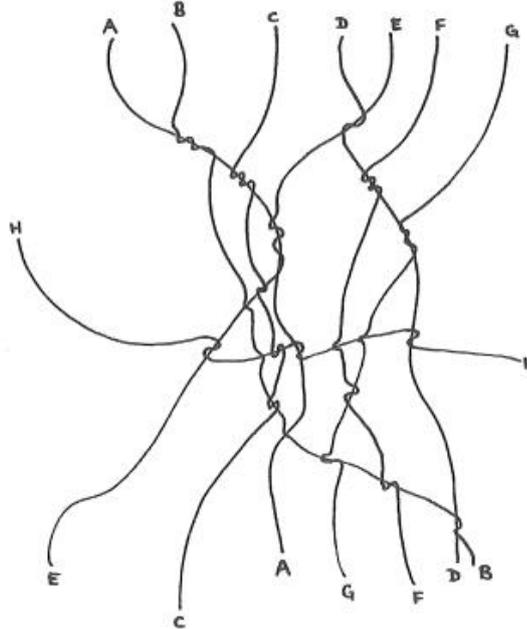
Fomos em frente com o tempo ainda nublado e ótimo para caminhar. Passamos por Guaxuma, Japariz e passamos correndo pela Freguesia pois tinham 3 escunas para perturbar nossa tranquilidade. Entramos direto na Igreja e paramos uns 15 minutos para descanso. Seguimos direto até a enseada do Bananal. (Luis, fez a volta na ilha em 2011 - site mochileiros.com)

Enquanto os caminhantes vivenciam uma experiência de percepção ambiental profunda com a ilha através da caminhada, os turistas dos barcos desfrutam da praia como se a ilha fosse apenas aquele lugar, sem ter preocupações com os efeitos de suas atitudes sobre o ambiente todo da ilha, que não conhecem. Pra Ingold (2007, 2015), locomoção e percepção andam em sintonia. O turista de barco não desenvolve um vínculo tão íntimo com o lugar quanto o caminhante, pois como argumenta Ingold (2007, p. 91) é no movimento de lugar para lugar que o conhecimento é integrado. Pelo uso do transporte, os turistas dos barcos são privados do desenvolvimento cognitivo que somente os caminhantes adquirem enquanto passam pelas trilhas. “A caminhada produz uma compreensão prática do mundo da vida longitudinalmente integrada” (INGOLD, 2015, p. 228), um conhecimento por ele designado como “malhado”, ou seja, que é construído por meio de uma malha de relações sociais (Figura 22). Assim, o turista de barco conhece pontos da ilha, enquanto o caminhante constrói seu conhecimento na trilha, conforme passa pelos lugares, interagindo e observando, formando uma malha. A malha não é conectora de pontos, “suas linhas são o caminho ao longo das quais a vida é vivida” (INGOLD, 2015, p. 224).

Um dos caminhantes entrevistados, após fazer o trekking de volta na ilha, comprou um passeio turístico de volta na ilha de barco, e relatou:

Depois que eu fiz o trekking eu paguei pra dar uma volta na ilha [de barco], pra ter uma visão panorâmica dos lugares que passei. Aí achei tudo tão bobinho, tudo tão sem graça comparado com o que foi. É até legal, né? Mas é uma coisa muito gourmet, eu prefiro ir mais pro raiz. É um tipo de turismo, mas não dá pra gente classificar no mesmo nível daqueles farofeiros lá que ouvem música e, do jeito que tava ali...teve alguns lugares que tavam insuportáveis, não dá pra por tudo no mesmo nível (Tom, fez a volta na ilha em dezembro de 2020 - entrevista em 25 de janeiro de 2021).

Figura 22 - Malha de relações sociais formada pela caminhada.



Fonte: Ingold (2007, p.82)

A superficialidade do turista de barco para com a ilha em contraste com a compreensão da totalidade do ambiente pelo caminhante, me leva novamente ao fato de os caminhantes de volta a Ilha não se perceberem como os turistas que não querem ser, por oposição do que observam em outros. Embora alguns caminhantes reconheçam que, operacionalmente, o que fazem é turismo, ser considerado um turista é algo que não desejam e em princípio não reconhecem.

Situações de contraste de comportamento colaboram para que o caminhante não se sinta confortável em ser enquadrado com um turista na Ilha Grande. O conceito de turismo é muito amplo e é por isso que existem várias categorias para distinguir as diversas formas de fazer turismo, cada qual com suas características, como ecoturismo, turismo de aventura, turismo de massa, turismo de sol e praia, etc. De modo geral, há um desconforto em ser considerado “apenas mais um turista”, ou seja, ser classificado na mesma categoria que o turista de lazer ou de massa, ou aquele que busca o prazer hedonista no destino turístico, sem criar uma conexão mais profunda com o lugar.

De modo geral, as respostas à minha pergunta sobre a volta à Ilha ser ou não ser turismo variaram de acordo com experiências anteriores dos entrevistados, e não pela definição conceitual de turismo/turista, geralmente utilizada pelos órgãos gestores ou expressos na literatura acadêmica, aos quais eles pouco ou nunca tiveram acesso. Alguns concordaram sobre a volta na ilha ser turismo, porém a maior parte rejeitou a atribuição do rótulo de turista a si. Segundo Welk (2004), o anti-turismo permite a construção de uma identidade distinta mesmo que a realidade possa ser contraditória. Essa aversão à autoidentificação como turista é reflexo, em parte, da percepção em relação ao comportamento dos turistas de modo geral, muitas vezes considerado “inadequado” pelos caminhantes.

4 A VOLTA A PÉ NA ILHA GRANDE E SUAS IMPLICAÇÕES

Caminhar, nosso meio de transporte mais comum, é uma das maneiras mais populares pelas quais os turistas podem ver um destino de perto e ser ativos durante sua visita. O turismo de caminhada permite que os visitantes vivenciem de forma direta e profunda um destino por meio de seus cinco sentidos. Também promove interações significativas com a população local, a natureza e a cultura (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2019, tradução própria).

4.1 Particularidades do turismo de volta à Ilha

Conforme já colocado, após 1994, quando as atividades carcerárias foram encerradas na Ilha Grande, o avanço do turismo ocorreu de forma bastante intensa, principalmente na vila do Abraão, por ser o principal porto de entrada. A ascensão rápida do turismo em territórios insulares, tal qual aconteceu na Ilha Grande após a desativação do presídio, é uma realidade de diversas ilhas espalhadas pelo mundo, já que, devido à beleza cênica e à natureza considerada exótica, elas atraem visitantes de maneira quase espontânea e não planejada. Segundo Briguglio *et al.* (1996), as ilhas possuem uma vantagem competitiva com relação ao turismo se comparadas a outros destinos e, por disso, tendem a se tornar economicamente mais dependentes do turismo do que outros territórios. Essa dependência é, muitas vezes, incentivada pelos seus governantes, que, ao perceberem na atividade uma forma de desenvolver e potencializar a economia, desconsideram aspectos como valores das culturas locais ou leis ambientais e de uso do solo para permitir o investimento externo na implantação de empreendimentos turísticos que promovam cada vez mais o aumento do fluxo turístico e da arrecadação, tais como meios de hospedagem de massa, aumento do fluxo náutico, etc. (BRIGUGLIO *et al.*, 1996, p.62).

Estudos realizados por Scheyvens & Momsen (2008; 2008a) indicam que o crescimento da economia proveniente do turismo em territórios insulares não é, de modo algum, sinônimo de redução da pobreza e, em diversos casos, ele contribui

para aumentar as desigualdades sociais existentes. Ao incentivar turismo de massa, os governantes não associam que a mesma natureza que atrai os visitantes corresponde a um território vulnerável com componentes naturais limitados e ecossistemas muitas vezes delicados. No contexto global, na maioria das ilhas turisticamente desenvolvidas, o tipo de turismo que prevalece é o de *sol e praia*²², embora o potencial do *turismo ecológico* seja grande e, em muitas delas, as comunidades locais preservem tradições e culturas vivas que também são de grande interesse para um certo tipo de visitante (FOTIOU *et al.* 2002). Situação similar ocorre na Ilha Grande, onde o potencial do *turismo de natureza* é alto, mas o *turismo de massa*²³ é bastante expressivo. Trata-se de um tipo de turismo que pode ser bastante impactante ambientalmente e visualmente, e muitas vezes indesejado às comunidades tradicionais de lugares onde a natureza tem o destaque maior como atrativo. Na Ilha Grande, como já apontado, o território é protegido pelas quatro unidades de conservação da natureza ali existentes e que são extremamente importantes tanto para sua preservação quanto para atração de visitantes. Suas comunidades tradicionais, por sua vez, têm atuado cada vez mais na luta pela manutenção de seu território e de seus direitos enquanto população caiçara, se organizando e enfrentando projetos de leis que frequentemente emergem e podem comprometer seu modo de vida, como a proposta de implantação de uma PPP e o “Projeto Cancun” já apontados na Introdução.

Como forma de minimizar os efeitos negativos do turismo, vários projetos e planos já foram desenvolvidos para a Ilha Grande por organizações não-governamentais, pela academia ou pelo próprio poder público, visando estimular o uso consciente do território sob o discurso do *ecoturismo* e da *sustentabilidade ambiental*. A maior parte deles, entretanto, por não levar em consideração as características culturais, sociais e ambientais da própria ilha e de seus habitantes, nunca foi totalmente implantada ou seguiu adiante. A maioria desses projetos/planos

²² “Turismo de sol e praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (BRASIL, 2006).

²³ No turismo de massa a exploração turística do território segue a lei da mais-valia conforme a lógica capitalista, buscando o lucro máximo para os empresários do setor e pouco se preocupando com os prejuízos ambientais e culturais decorrentes.

chega até a população de cima para baixo, como algo desconhecido que lhes cai sobre a cabeça. Não há, na maioria deles, a participação popular na concepção das ideias e, portanto, quando são apresentados são envoltos por desconfiança pela população. Especificamente, esses projetos/planos ignoram o potencial dos moradores para traçar seus próprios caminhos, e colocam-nos quase sempre numa posição passiva, de alguém que precisa ser ajudado ou ensinado o tempo todo.

Nessa linha, as próprias leis ambientais referentes à Ilha Grande ao longo dos anos, ao considerar a preservação exclusiva da natureza, desprezam as populações locais como parte desse mesmo ambiente e ignoram sua história e modo de vida. Um exemplo disso, já muito discutido no meio acadêmico, refere-se à implantação das unidades de conservação da ilha que proibiram atividades tradicionais de agricultura e pesca, atividades humanas já culturalmente enraizadas pelos caiçaras, sob penalidade de multa. Assim, os moradores se encontram sempre receosos quando chega alguma “boa novidade” com o propósito da “sustentabilidade” ambiental.

Hoje, as restrições ambientais deixam a população da ilha, direta ou indiretamente, dependente do dinheiro proveniente do turismo, sendo ele a atividade econômica “mais aceitável e menos impactante” a um território protegido do ponto de vista ambiental. Segundo Britton & Clarke (1987 apud CARLSEN & BUTLER, 2011, p. 2), o turismo em territórios insulares é hoje visto como uma nova forma de monocultura, “que em muitas ilhas substituiu as atividades agrícolas tradicionais do passado, sem aliviar o risco, a vulnerabilidade e a incerteza sazonal que caracterizou muitas economias insulares durante décadas”. Do ponto de vista social, em muitas ilhas turísticas, os que promovem o turismo podem ser enquadrados nos moldes dos neocolonialistas, responsáveis pela exploração e destruição das frágeis culturas vivas e dos modos de vida tradicionais (CARLSEN & BUTLER, 2011, p. 2).

Devido às características da Ilha Grande, o ecoturismo é apontado como “uma excelente alternativa para a consolidação do turismo, sendo uma opção adequada em função da fragilidade do ambiente onde se encontram unidades de conservação” (BASTOS *et al.*, 2009, p. 379). O ecoturismo é uma forma de turismo norteada pelos princípios da sustentabilidade, de mínimos impactos ambientais e benefícios econômicos às sociedades envolvidas. É conceituado pela EMBRATUR

(2006) como um "segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas". Dentro dessa concepção, trata-se de uma atividade pautada em três pilares essenciais: os elementos naturais (físicos e paisagísticos), a educação ambiental e a inclusão social.

Dentre as práticas ecoturísticas consideradas sustentáveis e de baixo impacto ambiental em áreas de unidades de conservação, encontram-se as caminhadas em meio à natureza, atividade física, esportiva e de lazer que vem crescendo em adeptos a cada ano. A caminhada de volta na Ilha Grande tem como o principal chamariz a interação homem-natureza. Sem a floresta preservada, a caminhada não seria tão atraente, já que é nela que a maior parte do circuito ocorre. Uma pesquisa desenvolvida por Wunder (2006) focaliza o potencial do *turismo de natureza* para a geração de renda local na ilha, defendendo que a cobertura vegetal preservada é uma vantagem vital da Ilha Grande em relação a destinos turísticos concorrentes: "se a floresta tivesse sido extremamente fragmentada, poder-se-ia esperar que ela recebesse muito menos turistas e a renda proveniente dessa atividade seria muito menor" (WUNDER, 2006, p. 138).

Devido à importância e crescimento do *turismo de caminhada* no cenário turístico mundial, no ano de 2019, a Organização Mundial do Turismo (OMT/UNWTO) lançou a publicação *Walking Tourism: Promoting Regional Development* (Turismo de caminhada: promovendo o desenvolvimento regional), um relatório técnico que apresenta diversos efeitos benéficos e estudos de casos do turismo de caminhada para os destinos turísticos, para os turistas e para as comunidades receptoras. Embora o turismo de caminhada não seja uma atividade exclusiva de ambientes naturais, muitas características apontadas no relatório da OMT (2019) – as quais abordarei ao longo deste capítulo – são condizentes também com as características básicas do ecoturismo e do *turismo mochileiro*, e se mostram presentes na caminhada de volta na Ilha Grande.

Neste capítulo apresento como o turismo mochileiro de volta à Ilha Grande é uma alternativa socioeconômica sustentável ao território, e que a atividade colabora com a redução da sazonalidade turística e com uma melhor distribuição do turismo e

da renda proveniente dele para a ilha. Nessa perspectiva, também acredito que esta atividade seja um instrumento de fortalecimento ao *ecoturismo de base comunitária*, este conceituado como o que é protagonizado pelas comunidades envolvidas, trazendo benefícios socioeconômicos e a possibilidade de inserção no mercado do turismo (MITRAUD, 2003).²⁴

4.2 Sobre o turismo de caminhada na Ilha Grande

O turismo de caminhada, segundo a OMT (2019), além de ser uma das formas mais básicas de se conhecer um destino turístico, permite que os turistas se envolvam mais com a população local, a natureza e a cultura, e também atende às necessidades dos viajantes que almejam realizar atividades físicas e saudáveis durante a viagem. “As demandas por ‘experimentar’ um destino de maneira autêntica e a popularidade crescente do turismo ativo tornam o turismo a pé cada vez mais relevante para destinos e viajantes” (OMT, 2009, p. 5). Observe-se que o aspecto da “autenticidade”, tão focalizado e objeto de debate na literatura sobre turismo (MACCANNEL, 1973; COHEN, 1988), é aqui acionado na direção de atribuir a esse tipo de turismo o fato de permitir ao turista uma “experiência autêntica” do destino.

De acordo com a OMT (2009), o turismo de caminhada, além de atividade de lazer e recreação, pode ser enquadrado também como um *esporte*, e um dos efeitos benéficos do seu incentivo nos destinos turísticos é que, em comparação com outros

²⁴ O turismo de base comunitária (TBC) é o tipo de turismo no qual a comunidade se organiza para prestar serviços para os visitantes, como por exemplo, oferecer hospedagem, alimentação, serviços de transporte, trabalhar como ‘guia local’ etc. (MOURÃO, 2009, p. 5). Uma pesquisa realizada por Mendonça *et al.* (2016, p. 238) apontou que as discussões sobre TBC no meio acadêmico são estruturadas em cinco eixos interpretativos principais: “1) Protagonismo político e participação comunitária no planejamento, organização e gestão do turismo; 2) Relação dialógica entre turistas e anfitriões e promoção de encontros e intercâmbios culturais; 3) Geração de benefícios econômicos, culturais e sociais diretos do turismo para a população local; 4) Valorização da cultura local e respeito às tradições e modos de vida; 5) Sustentabilidade social, cultural e ambiental”. Além disso, ainda segundo Mendonça *et al.* (2016), os debates sobre o TBC também se referem “à **resistência e à luta pelo direito à posse da terra, aos recursos e ao direito ao local herdado**, o que exprime uma realidade comum aos territórios periféricos, onde as populações tradicionais se veem ameaçadas pelos processos de apropriação de território pelo capital hegemônico, inclusive pelo turismo”.

tipos de turismo esportivo, não requer grandes investimentos financeiros, mas apenas um investimento modesto para o circuito tornar-se atraente, visto que não há necessidade de construir uma instalação específica para receber os praticantes, como um estádio, uma pista, um complexo esportivo, por exemplo.

Alguns entrevistados realmente enfatizaram que fazer a caminhada de volta à Ilha para eles não era considerado como uma atividade turística, mas sim esporte:

(...) a gente fazendo trilha, com um propósito, um objetivo de caminhar, de focar em fazer uma caminhada e finalizar essa caminhada, então eu não considero que eu estou fazendo turismo. Eu considero que eu estou fazendo uma atividade física mesmo, um esporte (Daniela, fez a volta à Ilha em dezembro de 2020 - entrevista em 21 de janeiro de 2021).

Eu gosto bastante do contato com a natureza e de me desafiar. Eu não gosto sempre das coisas monótonas e repetidas, então eu gosto de conhecer lugares novos, de fazer coisas diferentes e eu gosto de, assim, apesar de não ser assíduas em nenhum, eu gosto de fazer esportes (...). Eu fiz a volta na Ilha Grande justamente por isso, por que foi um desafio, né? (Ana, fez a volta à Ilha em dezembro de 2020 - entrevista em 27 de janeiro de 2021).

Nesse sentido, as trilhas são também lugares de atração de esportistas, porém, diferente de destinos esportivos, sem necessidade de organização de eventos periódicos, o que faz com que a volta a pé na ilha Grande, estruturalmente, possa ser praticada em qualquer época do ano. Assim também, as trilhas requerem um custo de manutenção substancialmente menor se comparado a uma instalação esportiva (OMT, 2019).

Em relação aos aspectos econômicos, a OMT (2019) coloca que o turismo de caminhada tem vantagens competitivas importantes no universo turístico, conforme listo algumas abaixo:

- É relativamente fácil de desenvolver com um investimento relativamente baixo;
- Não requer ativos especiais;
- Possui alto potencial de mercado;
- Complementa outros recursos turísticos;
- É sustentável se desenvolvido e gerenciado adequadamente;

- Tem alto potencial para criar benefícios econômicos locais; e
- Tem potencial para promover o bem-estar dos residentes.

No quadro abaixo, aponto os efeitos benéficos do turismo de caminhada, segundo a OMT (2019), para o destino turístico, para as comunidades locais e para os próprios turistas:

Quadro 3 - Quadro-resumo dos benefícios do turismo de caminhada, segundo a OMT (2019).

Beneficiários	Benefícios
Destino turístico	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo esportivo de baixo investimento e baixo custo de manutenção • Distribuição do turismo e da renda proveniente • Redução da sazonalidade turística • Baixo impacto ambiental • Contribuição para a preservação ambiental • Tempo maior de permanência do visitante do que o de um turista comum
Comunidades locais	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção no turismo com baixo ou nenhum investimento • Fortalecimento da cultura local
Turistas	<ul style="list-style-type: none"> • Maior contato com a natureza e a cultura local • Melhora na saúde física e mental • Maior consciência ambiental • Melhor compreensão da cultura local, da paisagem e do patrimônio • Vivência de experiências consideradas mais autênticas

4.3 Efeitos do turismo de caminhada para a Ilha Grande

A OMT (2019) aponta que os benefícios do turismo de caminhada não se limitam ao desenvolvimento do turismo nos destinos receptores, mas ajuda a

melhorar a qualidade de vida de seus moradores, uma vez que pode ser desenvolvido como *produto turístico de base comunitária* e apoiar a economia local. Segundo a OMT (2019), quando os residentes das comunidades localizadas ao longo de uma rota de caminhada, bem como outras partes interessadas, estão engajados em seu desenvolvimento, o turismo a pé tem o potencial de trazer uma variedade de benefícios sociais e econômicos, assim como ajuda a promover a dispersão da demanda turística dos principais centros receptivos – que no caso da Ilha Grande é a vila do Abraão – para áreas e regiões menos visitadas e nas épocas fora de pico, isto é, as demais praias/comunidades. Na literatura acadêmica, esses efeitos positivos são também características frequentemente relacionadas aos mochileiros, que buscam vivenciar experiências mais “autênticas” nos destinos e, por isso, tentam fugir da rota tradicional do turismo de massa.

A visão sobre a presença dos mochileiros na Ilha Grande é controversa. Empresários do turismo em geral acreditam que eles não trazem reais benefícios econômicos, já que ficam muito tempo e consomem pouco da infraestrutura turística, trazendo mais malefícios que benefícios à ilha – um “turismo predatório” em suas visões – conforme já apontei no capítulo anterior. Ambientalistas, por sua vez, julgam que atividades humanas em meio à floresta podem prejudicar o meio ambiente. Wunder (2006) se contrapõe às opiniões desses ambientalistas e empresários, defendendo que a atividade desenvolvida pelos mochileiros na Ilha Grande ocasiona mínimos impactos ambientais, além de ser um dos principais meios de oferecer aos nativos a possibilidade de participação no processo do turismo.

Todavia, casos de caminhantes-mochileiros que fazem a volta sem dinheiro suficiente e ficam barganhando nas comunidades, ou fazem camping selvagem para economizar com hospedagem, colaboram para que estas premissas negativas se fortaleçam. A funcionária de um camping em Parnaioca, a praia mais isolada da Ilha Grande, me relatou vários episódios de jovens, sobretudo estrangeiros²⁵, que fazem

²⁵ Sobre os mochileiros estrangeiros, relato semelhante foi apresentado pela proprietária do camping na praia de Araçatiba, como já apresentado no item 3.4 do capítulo anterior.

a volta à Ilha desinformados sobre as condições estruturais de cada praia, o nível de dificuldade das trilhas ou dos custos envolvidos na atividade:

Alguns jovens vêm pra cá sem dinheiro, sem nada, nada mesmo, sem comida. Não sei como fazem isso, a gente fica abismada com a situação. Ficam pedindo comida de graça... a gente dá, fica com dó! Vem com três reais no bolso e fala que tá dando a volta na ilha.

Entretanto, após relatar estas situações desagradáveis, ela enfatizou a importância dos caminhantes para o desenvolvimento do turismo nessa praia: “a maioria dos que chegam aqui na Parnaioca chegam pela trilha, a pé. Eles aparecem, quase ninguém faz reserva não, só em temporada. (...) Sem vocês aqui não teria nada nessa época²⁶”. Segundo a funcionária do camping, fora de temporada, quem movimenta o turismo nessa praia são os caminhantes de volta à Ilha ou os jovens que chegam pela trilha e acampam vindos, a maioria, do Abraão. A instabilidade do mar, a falta de transporte regular e de barqueiros locais, e o isolamento geográfico da praia de Parnaioca – localizada entre a Reserva Biológica da Praia do Sul e a cerca de três horas de caminhada por trilha da praia de Dois Rios, onde não existem meios de hospedagem para turistas – fazem com que a sazonalidade turística seja mais significativa nessa praia que nas demais da Ilha Grande.

Durante minha volta à Ilha, questionei o guia de turismo se ele tinha noção da importância de seu trabalho para as comunidades da Ilha Grande, e sua resposta abordou justamente a redução da sazonalidade e a distribuição da renda proveniente do turismo:

Tenho bastante, porque, por exemplo, eu sou um dos poucos que ando sempre no entorno da ilha levando gente, levando clientes. Não tenho baixa temporada, eu ando o ano todo. A referência maior é o Grilo e o Nêgo, tem que ver, cara, eu chego lá e eles sempre me dão alguma coisa, é banana, é cacau, peixe. Um dia eles tavam comendo peixe e me deram, eles sempre querem me dar alguma coisa, agradar, porque vocês tão comigo. Imagina eu chegar lá, no inverno, o cara sem um dinheiro no bolso, eu levo 20, 40, 60, 80 reais, entendeu?! (João Pontes, guia de turismo - entrevista realizada em agosto de 2017)

²⁶ Entrevista concedida em agosto de 2017, considerado um período de baixa temporada para o turismo.

Grilo e Nêgo, referidos pelo guia, são os apelidos de Valdecir e Valmir, proprietários e moradores do terreno onde se encontra a gruta do Acaiá, localizada no extremo oeste da Ilha Grande onde o acesso somente é possível por barco ou pela trilha T07, que se inicia em Araçatiba com trajeto de 10.400 metros ida e volta. Diferente de outros atrativos da ilha que são gratuitos e os barqueiros atracam gratuitamente com seus clientes, os proprietários do terreno onde está a gruta cobram uma taxa de visitação na propriedade no valor de vinte reais por visitante²⁷. Grilo me contou que fora de temporada poucas agências inserem a visita à gruta em seus roteiros turísticos, e muitas evitam o local por não quererem pagar a taxa de visitação. Segundo os proprietários, a taxa contribui para a limpeza do local e manutenção da infraestrutura que eles construíram para atender ao turismo deixando a visitação mais segura, como escada e cordas. Fora da temporada de verão, portanto, a renda proveniente do turismo diminui significativamente para essa família.

Não apenas nas praias e lugares mais isolados geograficamente, mas todas as comunidades atravessadas pelas trilhas se beneficiam com o fluxo do turismo de caminhada fora da alta temporada. Na praia de Araçatiba, por exemplo, a proprietária do camping afirmou que em apenas dois feriados no ano seu empreendimento atingia a lotação máxima: no réveillon e no carnaval. E sobre os caminhantes em especial, relatou em entrevista realizada em agosto de 2017, que não há baixa temporada nesse segmento turístico e que o fluxo vem aumentando ano após ano:

P: O pessoal que está dando a volta a pé sempre aparece por aqui?

Proprietária do camping em Araçatiba: Muito. Esse ano veio muito, esse ano veio mais que o ano passado. Olha, essa semana mesmo passou oito pessoas, semana passada passou também. Julho foi bem movimentado. (...) Não tem baixa temporada. Todo mês tem gente dando a volta. Todo mês tem o pessoal caminhando aí (entrevista realizada em agosto de 2017).

É evidente que caminhar em estações mais frescas do ano e com menor possibilidade de chuvas torna a caminhada mais agradável. O criador do grupo de caminhada de São Paulo, por exemplo, que já havia feito a volta à Ilha dez vezes,

²⁷ Valor cobrado em agosto de 2017.

me contou que considerava os meses de julho ou agosto os melhores para caminhar pela ilha com seu grupo, fora de temporada de verão, pois a temperatura é mais amena, as chuvas mais escassas e os preços das pousadas, campings e alimentos são menos elevados. Em feriados ou na alta temporada, muitos meios de hospedagem não conseguem atender a grupos grandes, pois optam por comercializar pacotes de hospedagem ao invés de negociarem apenas um pernoite.

Retomando à questão socioeconômica, a literatura aponta que hoje que uma das principais características negativas associada ao mochileiro moderno é o fato de serem bastante econômicos em seus gastos, o que faz com que sejam taxados frequentemente como egoístas ou sovinas pelas comunidades receptoras. Na Ilha Grande, observei que esse orçamento econômico está diretamente relacionado a dois aspectos principais: a duração maior da viagem e o fato de buscarem experiências “menos turísticas” e “mais reais”. O tempo necessário para se fazer a volta completa a pé na Ilha Grande é, na média dos caminhantes pesquisados, de 8 a 10 dias, e por isso, eles tendem a gastar menos por dia, distribuindo o orçamento da viagem ao longo desse período. No geral, esses gastos referem-se apenas a pernoite e alimentação, composta basicamente por um prato feito (PF) consumido normalmente no final da caminhada e lanches e bebidas pelo trajeto. O segundo aspecto relaciona-se diretamente ao fato de o caminhante não querer ser um turista (conforme abordado no capítulo anterior) e, portanto, ele não quer também consumir como um turista, pagar o que um turista paga. Isso faz com que optem por utilizar o comércio local voltado para atender aos próprios moradores ao invés de empreendimentos turísticos. Sempre que possível, ele compra suas bebidas ou lanches nos bares e mercearias que atendem à população local por ser mais barato.

Um dos exemplos de economia mais comum apontado pelos caminhantes-mochileiros é com relação ao abastecimento de água pelo caminho. A maioria leva seu próprio cantil ou garrafa com água; e tentam abastecer gratuitamente nos pontos comerciais localizados ao longo da trilha, algo que não é muito bem visto e até rejeitado em algumas comunidades, como me relatou Daniela: “O problema é ter que comprar água. Você compra refrigerante e pede pra encher a garrafa de água e a história é sempre a mesma: ‘a gente pega da chuva ou tá vindo lamacentá’”.

Nas entrevistas e nos relatos analisados, ficou evidente que há por parte dos mochileiros, sobretudo os mais jovens, um orgulho em “aproveitar muito e gastar pouco”. Eles se gabam de pagarem pouco ou nada, de pechinchar preços, de ganhar coisas dos moradores locais (frutas, peixes, lugar no quintal para acampar de graça, carona no barco da escola) e, ao publicarem seus relatos na internet, acabam por influenciar outros a buscarem o mesmo. Um exemplo dessa situação encontra-se no relato de Renan (fez a volta à Ilha em novembro de 2016 - relato publicado no blog *A Mochila e o Mundo*), que pechinhou a entrada na gruta do Acaiá, conseguiu o desconto e compartilhou o feito no relato da internet: “O Seu Almir, responsável pela gruta, é bastante gente boa. Falou que estava cobrando R\$ 20 por pessoa, mas depois de um choro, fez por R\$ 12”.

Esse poder de barganha é bem menos evidente nos caminhantes que contratam o serviço do guia de turismo, pois nesse caso, a volta a pé guiada é um produto turístico comercializado pelo guia e comprado pelo caminhante. Tendo em vista minha própria experiência, ao adquirir esse produto, o guia previamente pontuou a média das despesas com pernoite e alimentação, não havendo surpresas pelo caminho, fazendo com que o grupo estivesse financeiramente preparado para cobrir os gastos.

A afirmação de que os mochileiros são econômicos é válida, pois, como já mencionado, por ficarem mais tempo na Ilha Grande que um turista convencional, eles tentam economizar por dia, e o fato de estarem em constante deslocamento faz com que seus gastos sejam pulverizados pelo caminho conforme a caminhada prossegue. Assim também, em concordância com os benefícios apontados pela OMT (2019), por não se fixarem em um único local, os caminhantes conhecem mais lugares da ilha e têm mais contato com a cultura nativa nas comunidades, além de distribuírem de forma mais equânime os seus gastos. Onde o turismo convencional não chega, os caminhantes chegam. Essa dispersão geográfica do turismo proporcionada pela caminhada de volta na ilha, faz com que os efeitos sociais e econômicos do turismo beneficiem as praias/comunidades mais afastadas do Abraão.

Um exemplo disso é apontado por Costa (2008), em sua análise sobre as mudanças sociais e econômicas ocorridas na praia do Aventureiro com o advento do

turismo. Ele mostra que foram justamente os mochileiros, que pioneiramente chegaram pelas trilhas após a desativação do presídio, os responsáveis pela ascensão desta praia como destino turístico consolidado atualmente. Foi o mochileiro, portanto, que abriu o caminho para a leva posterior de visitantes:

... uma primeira leva de turistas acampou no local, que ainda não contava com infraestrutura e divulgou, em um primeiro momento no chamado boca-a-boca e progressivamente, a partir dos contatos pessoais, o Aventureiro foi sendo inserido nos roteiros turísticos tanto nacional quanto internacionalmente (COSTA, 2008, p.262).

A partir de então, de forma espontânea e percebendo que o lucro com o turismo era maior que o obtido com a pesca, que já se encontrava em declínio, “os moradores do Aventureiro passaram a viver do turismo, abandonando algumas práticas como as roças de subsistência, e principalmente, por parte dos homens, o trabalho na pesca embarcada assalariada” (COSTA, 2008, p. 37).

O primeiro trabalho publicado sobre a relevância econômica dos mochileiros na Ilha Grande foi desenvolvido por Wunder (2006). Nele, o autor destaca que o turismo mochileiro proporcionou uma transferência de renda significativa para os ilhéus, contribuindo pra a melhoria de vida, e que embora os mochileiros gastem pouco, esse montante é bem maior que a renda que os moradores obtinham com outras atividades econômicas:

A hipótese de que os mochileiros não geram renda é rejeitada. Embora gastem pouco por pessoa, em locais onde o número de visitantes é grande a renda do turismo é muito alta, se comparada com qualquer atividade produtiva tradicional, o que reduz consideravelmente a pobreza local. O volume de dinheiro movimentado com o turismo na região foi utilizado para construção de residências, compra de bens duráveis e para o tempo de lazer adicional (WUNDER, 2006, p. 135-136).

Esta hipótese de que mochileiros não geram renda para os destinos receptores é associada ao fato de que eles são um tipo de viajante econômico, e, portanto, se comparado a outros tipos de turismo, gastam menos por dia. Muitos governantes de países do cone sul global (também considerados países do terceiro mundo) baseados exclusivamente nesta premissa, optam por não desenvolver o turismo mochileiro como uma prioridade, concentrando-se, ao contrário, no

desenvolvimento do turismo de luxo. Pesquisas de Schevens (2002, 2006), Hampton (1998), Wilson (1997) e Visser (2004) demonstram a importância do turismo mochileiro para destinos turísticos localizados em países do terceiro mundo, destacando o quanto os mochileiros contribuem para que a própria comunidade seja protagonista do processo e não investidores e empresários vindos de fora.

Visser (2004) destaca o quanto o turismo mochileiro foi importante para o desenvolvimento local na África do Sul, apesar de todos os esforços governamentais estarem focados no incentivo ao turismo de luxo e de massa. Quando o governo sul-africano pós-apartheid identificou o turismo como um setor econômico-chave para o desenvolvimento nacional, ele investiu em infraestrutura turística que servia, principalmente, ao turista de alto poder aquisitivo. Pouca atenção foi dada ao setor de turismo econômico, apesar da proliferação e crescimento do turismo de mochileiros na África do Sul (VISSER, 2004). Situação semelhante ocorreu em Goa, onde o Diretor de Turismo certa vez declarou: "O turismo de luxo é o melhor caminho a seguir. *Hippies* e mochileiros não trazem dinheiro suficiente" (WILSON, 1997, p. 68, citado por SCHEYVENS, 2006, p.75). Tanto na África do Sul, quanto em Goa, os pesquisadores argumentam que a ênfase dada ao turismo de luxo e de massa pelos governantes representa o perigo de que o controle do turismo seja transferido das mãos da própria comunidade para a propriedade de multinacionais (proprietários de hotéis e resorts de luxo), que são menos sensíveis às questões socioculturais e ambientais locais.

Segundo Scheyvens (2006), em parte, esses governos foram influenciados pela visão de que o turismo de luxo apresenta um cenário onde todos ganham, baseado no pressuposto de que os lucros do turismo permanecerão altos mesmo atraindo um menor número de turistas, levando a menos impactos sociais e ambientais negativos. Contudo, Ioannides & Holcomb (2003, p.39) afirmam que esse ponto de vista é totalmente equivocado, pois não reconhece que o turismo de luxo exige instalações e acomodações prejudiciais no ponto de vista ambiental, como, por exemplo, "aparelhos de ar condicionado, piscinas aquecidas que exigem grandes quantidades de produtos químicos e exercem uma enorme pressão sobre as fontes locais de água" (SCHEYVENS, 2006, p.75). Os argumentos econômicos para priorizar esse público específico também são falhos, pois, além de

desconsiderar que os turistas de luxo constituem apenas uma pequena proporção do mercado global do turismo, ele exige, frequentemente, investimento externo e os lucros, conseqüentemente, não ficam nos destinos receptores. Na maioria das vezes, as comunidades locais não estão profissionalmente preparadas para atender turistas de luxo, e a mão-de-obra é importada, deixando a comunidade local às margens do processo. “É um tipo de turismo fortemente dependente de bens importados, minimizando assim os efeitos multiplicadores provenientes do turismo” (IOANNIDES & HOLCOMB, 2003 citado por SCHEYVENS, 2006).

Há quase 40 anos atrás, Cohen (1982) já indicava que um tipo de turismo alternativo, como, por exemplo, o dos mochileiros (que ele conceituava como “*drifter-tourism*”), seria uma necessidade cada vez mais importante em um futuro próximo, fazendo com que tanto os turistas quanto os destinos anfitriões, desiludidos com a indústria do turismo de massa baseada em grandes hotéis de propriedade internacional, buscassem novas abordagens para o turismo. Uma pesquisa de Scheyvens (2006) realizada nas ilhas da Samoa, evidencia o quanto o turismo “alternativo” feito pelos mochileiros é importante para que a renda do turismo fique nas mãos dos moradores locais, já que eles preferem experiências “mais autênticas” e buscam vivenciar a cultura local. Nesse sentido, Cohen (1982, p. 191) acrescenta que esse tipo de turismo, ao priorizar a “autenticidade” do lugar, penetra mais profundamente na comunidade anfitriã do que os turistas de massa, trazendo efeitos mais benéficos.

De volta ao contexto da Ilha Grande, aspectos significativos da importância do dos caminhantes-mochileiros nas praias onde passei e/ou pernoitei são condizentes com os benefícios apontados em relação ao ecoturismo de base comunitária, ao turismo de caminhada e ao turismo mochileiro: traduzidos na possibilidade de que comunidades mais isoladas, sem realizar grandes investimentos, possam também participar da atividade turística e receber seus benefícios econômicos.

Embora não exista uma articulação social integrada das comunidades para incentivar o turismo de caminhada de volta à Ilha, observei que, assim como ocorreu no Aventureiro, os moradores das outras praias também têm tomado iniciativas para se beneficiar economicamente desse fluxo de turismo. Assim também me relatou o

caminhante-mochileiro Wagner, que se surpreendeu com o suporte encontrado nas comunidades quando fez a volta à Ilha:

Todos os lugares tem uma vilazinha, um lugar pra acampar, um quintal, uma barraca pra alugar, uma casinha pequena que dá pra ficar. Por mais que seja pequeno, acha um lugar. A gente mesmo, nossa intenção, por não planejar nada, era fazer camping selvagem o tempo todo e não precisou de nada disso. Eu acho que gastei um valor bem de boa, nada fora do normal. (Wagner, fez a volta à Ilha em junho de 2021 com um amigo – entrevista realizada em 3 de setembro de 2021).

Logo no primeiro dia de minha caminhada de volta na ilha, pude perceber como esta atividade vem estimulando iniciativas de turismo de base comunitária. Na praia de Matariz, o dono de um bar, ao perceber que a praia não possuía infraestrutura para atender os caminhantes, tomou a iniciativa de construir duas quitinetes na parte de cima do seu comércio como modo de diversificar sua fonte de renda (Figura 23). E assim me relatou:

Como aqui não tem uma área de camping, eles não param muito aqui. Eles preferem passar direto, porque eles sabem que lá pra frente tem área de camping onde eles podem ficar. Mas, se Deus quiser, daqui pra frente, a gente vai fazer com que eles parem mais aqui (...) Eu tenho essas duas quitinetes agora, a que vocês ficaram e uma tá pra ficar pronta, e tenho uma casa também que dá pra alugar. Aí o [guia de turismo] me deu ideia de botar uns beliches lá na casa. Se eu botar uns quatro beliches em cada quarto, como tem um banheiro em cada quarto, vai dar pra botar mais gente. (Morador de Matariz)

A respeito da recepção dos caminhantes, foram vários exemplos encontrados entre as comunidades. No segundo dia de caminhada passei pela praia da Longa. Aparentemente não consegui identificar qualquer infraestrutura turística, e em todos os relatos e entrevistas analisados, nenhum caminhante havia feito dessa praia seu local de pernoite. Constatei que os turistas ali são “os que passam”. Paramos para descansar do lado de fora de um bar que se encontrava fechado, porém, ao perceber nossa presença, o proprietário prontamente abriu as portas para nos atender. Compramos quase todo o estoque de amendoins, biscoitos e salgadinhos do bar, fizemos estoque para o dia seguinte da caminhada, e compramos também bebidas, cerveja, refrigerante e água. Um morador se aproximou do grupo, puxou

conversa sobre a caminhada e ofereceu seu quintal para acamparmos. Não aceitamos, pois ninguém do grupo levava barracas e o planejamento do dia era caminhar até Araçatiba.

Figura 23 - Quitinetes construídas acima do bar para atender turistas na praia de Matariz.



Fonte: a autora, 2017.

Outra comunidade onde o turismo é ainda pouco presente é Provetá, a segunda maior da Ilha Grande; mas por possuir uma boa infraestrutura comercial, com mercearias e uma boa padaria, é frequentemente apontada pelos caminhantes como um lugar-chave para abastecimento de mantimentos e lanches de trilha. Embora existam algumas pousadas e campings, em sua maior parte, o fluxo turístico nesta praia é composto por conhecidos ou parentes de moradores locais. As trilhas que chegam/partem de Provetá em conexão a Araçatiba ou ao Aventureiro são

bastante exaustivas, abertas, com desníveis muito acentuados, subidas e descidas íngremes. Em situações de cansaço e/ou quando a chuva surpreende o caminhante, alguns optam por parar e hospedar-se em Provetá, esperando que o mau tempo passe para seguir a trilha em segurança no dia seguinte. Nos relatos colhidos nas entrevistas, todos os caminhantes que pernoveram em Provetá foram motivados por situações de imprevisto, modificando o roteiro originalmente planejado. Tom foi um deles. Sua ideia inicial era seguir direto de Araçatiba para Aventureiro, porém, uma tempestade fez com que ele precisasse fazer uma pausa e continuar a caminhada no dia seguinte: “(...) quando rolou a tempestade, eu ainda tava em Provetá, daí eu decidi ficar. Achei Provetá muito chato, apesar de ser muito bem tratado ali na pousada que eu fiquei, mas a vila em si não me encantou”.

Antes de conhecer Provetá pessoalmente, todas as histórias que escutei sobre esta praia durante a caminhada foram no sentido generalizado de que sua população tinha aversão ao turismo, pois devido a sua maioria ser formada por evangélicos da Assembleia de Deus, enxergavam apenas o aspecto mundano da atividade refletida nas outras praias, e não queriam ser como elas. Entretanto, em minha passagem, não notei qualquer hostilidade por parte dos moradores que encontrei pelo caminho. Pelo contrário, o atendente da mercearia local, um jovem de 18 anos e nome bíblico, demonstrou estar atento à importância econômica que o turismo poderia ter para a comunidade; me disse que gostava dos caminhantes porque eles sempre paravam e compravam alguma coisa no mercadinho, e complementou: “As pessoas só passam aqui, não param. Se ficassem entraria mais dinheiro pra gente”.

Uma das vantagens econômicas do turismo mochileiro frequentemente apontadas na literatura é a de que seus benefícios econômicos podem ser amplamente difundidos em comunidades em que mesmo indivíduos com pouco capital ou treinamento possam fornecer serviços e produtos procurados (AOQUI, 2005). Tanto na praia da Longa como em Provetá, ficou claro que o comércio local se beneficia pela passagem dos caminhantes mesmo que não exista uma infraestrutura específica para atendê-los. Já em Matariz, houve o reconhecimento por parte do morador de uma demanda potencial para investir em um novo negócio e, assim, também receber os bônus financeiros advindos desse tipo de turismo. A

exemplo do observado nessas três comunidades, onde o fluxo do turismo é ainda baixo, é que através dos caminhantes-mochileiros, eles têm a possibilidade de inserirem-se na atividade turística sem que haja investimentos financeiros elevados, já que os ecoturistas têm preferência por lugares menos turísticos, rústicos, com paisagens naturais e ambientes menos impactados. Assim, admite-se que o turismo de volta à Ilha favorece economicamente as comunidades locais, pois, corroborando o que diz Scheyvens (1999, 2002), elas têm a simplicidade e a natureza a seu favor, mas geralmente não têm as habilidades, experiência ou recursos para prestar serviços para os turistas de massa ou de luxo.

Nas entrevistas aplicadas, questionei os caminhantes entrevistados como eles achavam que a caminhada de volta na ilha se refletia nas comunidades da Ilha Grande. Todos eles mostraram-se conscientes da importância desse tipo de turismo como fonte adicional de renda e para a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais.

Eu acredito que se houver um turismo consciente, responsável, todos ganharão, tanto quem está indo como o turista, como aquelas pessoas que vivem lá, que podem ter nisso daí, em receber pessoas, uma fonte adicional de renda, que lhes proporcionem uma qualidade de vida melhores. Eu tenho muito medo dessa forma de turismo, como o guia de turismo disse que tentaram fazer, de fazer resort, condomínios, e ficar alguma coisa assim, invasiva, que você altere a paisagem que é um presente de Deus. Eu acho que enquanto puder ser preservada essa forma de vida, das pessoas que lá vivem, dentro daquele espaço, com aquela natureza, todos ganharão. O mundo ganhará. Nós, seres humanos, ganharemos. (Beatriz, 68 anos, fez a volta à Ilha em novembro de 2020 - entrevista em 12 de janeiro de 2021).

Uma das preocupações frequentemente demonstradas pelos caminhantes-mochileiros foi em relação à descaracterização que um fluxo mais intenso de turistas poderia ocasionar sobre o ambiente da Ilha Grande, como aponta Wagner:

Eu acho que a galera ali já tá meio que acostumada a ver gente e até tem uma coisinha ou outra pra oferecer. A atividade pode gerar renda pra essa galera, e já gera. Eu acho que ainda não descaracterizou as peculiaridades de cada vila, o que é interessante também. É legal pensar em crescer, em ampliar, em difundir a ideia, ficar mais famoso, mas também, como vai fazer isso sem descaracterizar o que eles fazem? (Wagner, fez a volta à Ilha em junho de 2021 com um amigo - entrevista em 3 de setembro de 2021).

Com relação à descaracterização das comunidades ou mesmo o seu oposto, o fortalecimento da cultura local - apontada como um benefício do turismo de caminhada, do turismo mochileiro e do TBC -, são necessários maiores estudos de campo para afirmar se ou como o turismo de caminhada pode refletir nessas comunidades. Sobre este aspecto, recorro novamente à pesquisa de Wunder (2006) realizada na praia do Aventureiro. Segundo o autor, mudanças culturais significativas ocorreram após a chegada do turismo, mas elas não foram geradas pelo contato direto com o turista, mas pelo incremento da renda proporcionada pelo turismo, que alterou hábitos culturais caixaras com a chegada da televisão e de outros eletrodomésticos, e mudanças alimentares com a troca da agricultura de subsistência por produtos industrializados.

O que observei é que na volta à Ilha a interação entre caminhante e morador - “o visitante e o visitado” – ocorre, na maioria das vezes, de forma muito breve, visto que os caminhantes somente passam pela maioria dos lugares e, quando ficam, chegam no meio ou no final da tarde e já partem no outro dia pela manhã. O contato ocorre, portanto, por necessidade - de ambos - nos locais de consumo (alimentação, hospedagem) e, mesmo nessas ocasiões, apesar de haver a possibilidade de interagir com o “outro”, isso não significa que eles estejam dispostos em realizá-la o tempo todo, sobretudo nas comunidades menos turísticas, onde as pessoas tem sua própria rotina diária. Notei também que os caminhantes autônomos interagem bem mais com os locais do que os caminhantes guiados, pois o guia de turismo, por conhecer os lugares, as pessoas e a própria organização social das praias, frequentemente age como um intermediador/atravessador na relação, e não gera no caminhante a necessidade de relacionar-se com o morador local.

4.4 Transformando problema ambiental em turismo sustentável

Algumas atitudes durante a volta na ilha fazem com que os caminhantes-mochileiros sejam questionados sobre serem ou não “ambientalmente corretos”, devido a ações que vão contra as leis ambientais impostas pelas unidades de

conservação da ilha. Dentre as mais expressivas observadas encontram-se a travessia da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul sem autorização do INEA e a prática do camping selvagem pelos caminhantes-mochileiros. Enquanto a primeira foi “resolvida” por parte do INEA, como se pode ver no item a seguir, para o camping selvagem apresento no item 4.4.2 uma sugestão de mitigação deste problema ambiental em relação exclusivamente ao turismo de volta à Ilha.

4.4.1 A travessia da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul

A REBIO da Praia do Sul é uma unidade de conservação de proteção integral localizada entre as praias do Aventureiro e de Parnaioca, englobando em seus limites as praias do Sul e do Leste. Segundo o SNUC (Lei 9.985/2000), a reserva biológica é uma das unidades de conservação mais restritivas quanto a atividades humanas, sendo turismo e lazer atividades proibidas, pois a legislação admite apenas a visitação pública quando houver algum objetivo educacional.

Na volta na Ilha Grande, a travessia das praias “selvagens” do Sul e do Leste compreende uma caminhada de aproximadamente duas horas e meia, é um dos trechos mais almejados e valorizados pelos caminhantes, pois sendo o acesso proibido, é um território pouco conhecido pela maior parte dos visitantes da ilha. Considerado o trecho mais “autêntico” em termos de natureza na volta na Ilha Grande, atravessar a REBIO a pé é considerado um “privilegio para os que caminham”. “O mais marcante pra mim foi atravessar a reserva. Acho que era um dos meus intuitos quando eu dei a volta”, relatou Mariana, que fazia parte do grupo de caminhada no qual me inseri em agosto de 2017. É também um dos trechos que traz maior preocupação ao caminhante, primeiro porque na fronteira entre a REBIO e a RDS do Aventureiro está o “temido” Costão do Demo, trecho de caminhada sobre rochas considerado um dos mais perigosos da travessia, intransponível em dias de chuva ou de maré alta, pois a água ao molhar a rocha coberta por limo a torna bastante escorregadia, podendo ocasionar graves acidentes (Figura 24). O segundo motivo é que adentrar a REBIO sem autorização do INEA, como já dito,

configura uma infração ambiental. Apesar de tudo, os relatos e entrevistas analisados indicam que atravessar a REBIO é um risco que a maioria dos caminhantes está disposto a correr.

Figura 24 - Travessia do Costão do Demo em dia de sol e maré baixa.



Fonte: Mariana Almeida, 2017.

O relato abaixo apresenta o receio de dois caminhantes quando, já no meio da travessia da REBIO no sentido Aventureiro-Parnaioca, foram informados que havia fiscais do INEA na praia:

Depois de atravessado a região do manguezal, chegamos na Praia do Leste que é um pouco menor, mas no final da praia tivemos uma notícia desagradável: um grupo de 3 garotos estava voltando de Parnaioca e dizia

que tinham sido barrados por um fiscal do IF que estava no começo da Praia de Parnaiooca e com isso ficamos decidindo o que fazer.

Já que estávamos ali, nem valeria a pena voltar para Aventureiro para pegar um barco em direção a Parnaiooca.

Se continuássemos pela trilha e ao chegar na Praia, o que o fiscal poderia fazer com a gente? Fazer a gente voltar? Talvez sim ou talvez não.

Paramos para pensar e então decidimos esperar um pouco mais e chegar no final da tarde na praia.

De repente chegam 2 garotos de mochilas cargueiras que tinham vindo de Parnaiooca e estavam fazendo a volta da ilha também, mas no sentido inverso ao nosso.

Perguntamos a eles sobre o fiscal e disseram que não tinham encontrado ninguém e pensamos se o fiscal não tinha ido tomar um café, ao banheiro ou tinha ido embora mesmo.

Com essa dúvida saímos da Praia do Leste as 17:00 hrs em direção a Parnaiooca; estávamos inseguros, mas não tínhamos opção. Por volta das 18:00 hrs, quando chegamos na praia, não encontramos nenhum fiscal.

(relato de Augusto, fez a volta à Ilha em 2008 - site mochileiros.com)

Burlar a fiscalização é a forma mais utilizada para que a caminhada de volta à Ilha não seja interrompida nesse trecho. Iniciar a travessia bem cedo, antes do nascer do sol, e/ou evitar a passagem aos finais de semana e feriados são as atitudes mais adotadas por eles. “Se você for fazer o trecho Aventureiro-Parnaiooca no final de semana, poderá encontrar fiscais, portanto esquematize para passar este trecho no meio da semana. Foi o que fizemos” (relato de Luis, site mochileiros.com). Com medo da fiscalização, Wagner e seu colega de caminhada acordaram às 5 horas da manhã para atravessar a REBIO: “saímos cedão e passamos voado. Deu pra parar, tirar foto, mas foi muito rápido, não aproveitamos a praia”.

Cabe salientar que o número de funcionários do INEA é muito pequeno. No início de dezembro de 2018, durante pesquisa de campo, havia apenas uma guarda-parque trabalhando na sede do INEA no Aventureiro, responsável pela fiscalização de toda a área da RDS do Aventureiro e da REBIO da Praia do Sul. Segundo ela, somente aos finais de semana e feriados costumavam vir mais funcionários para ajudá-la, e do réveillon até o carnaval, época de grande fluxo turístico na ilha, o monitoramento seria intensificado com a chegada de uma equipe temporária de guarda-parques.

A alternativa legal à caminhada pela REBIO é fazer esse trecho pelo mar contratando algum barqueiro do Aventureiro, ao custo de 200 reais pelo barco com

capacidade de transporte de 4 passageiros²⁸, e só possível de ser realizado quando o mar “não está virado”. De todos os relatos de volta à Ilha analisados nesta pesquisa, em apenas um deles um grupo de caminhantes (composto por quatro pessoas) utilizou o transporte de barco para seguir do Aventureiro até Parnaioca evitando a passagem pela REBIO, e somente assim fizeram não por “consciência ambiental”, mas porque foram impedidos pelos fiscais do INEA:

De frente para esta praia estão a Praia do Leste e do Sul, por onde deveria continuar o nosso caminho, mas infelizmente não nos deixaram passar e disseram se insistíssemos seríamos multados, porque ali era uma área de preservação ambiental e que somente naquele dia, quinze pessoas já haviam sido autuadas. Mais essa agora. Tivemos que mudar nossos planos e conseguir um barquinho para nos deixar do outro lado da reserva, na praia de Parnaioca (Divanei, fez a volta na ilha durante o carnaval de 2010 - site mochileiros.com).

Há também os desinformados. É muito comum que os caminhantes iniciem a caminhada de volta à Ilha sem muito conhecimento sobre o território da Ilha Grande, a existência e os limites de suas unidades de conservação e regras de uso público de cada uma delas. Assim, frequentemente, atravessam a REBIO sem saber que estão cometendo uma infração ambiental:

Olha, eu só fiquei sabendo que precisava de autorização para passar ali depois que eu já tinha passado e me perguntaram como que eu fiz pra passar sem ter sido pego por autoridade. Então, eu realmente não sabia, acho que isso tinha que ser esclarecido e melhorado (Tom fez a volta à Ilha em dezembro de 2020 - entrevista em 25 de janeiro de 2021).

A autorização a que Tom se refere é uma medida que vem sendo adotada pelo INEA desde 2017 como forma de mitigar os efeitos da passagem dos caminhantes pela REBIO. Ela é fornecida apenas para os caminhantes da volta à Ilha, e deve ser solicitada previamente ao INEA por e-mail²⁹. Em contrapartida, para

²⁸ Valor informado por uma moradora do Aventureiro durante o trabalho de campo realizado em dezembro de 2018.

²⁹ Segundo informações fornecidas pelo INEA por e-mail em 02/12/2021, estar realizando o trajeto de volta na Ilha Grande é a condição básica para conseguir a autorização de passagem. É necessário que sejam encaminhados para o e-mail da secretaria do PEIG (secretaria.peig@gmail.com) os documentos RG e CPF de todos os caminhantes do grupo. Além disso, o caminhante precisa enviar

adquirir a licença, os caminhantes devem se comprometer a recolher uma determinada quantidade de lixo nas praias do Sul e Leste, armazená-lo em sacos de lixo e deixá-los no canto direito da praia do Sul, no Ilhote, em um patamar superior onde a maré alta não os atinja. Foi desta maneira que, durante a volta a Ilha, o grupo no qual eu estava inserida passou legalmente pela REBIO. Diferentemente dos caminhantes autônomos, todos os caminhantes guiados entrevistados nesta pesquisa possuíam autorização de passagem, solicitada previamente pelo guia de turismo antes do início da caminhada.

A quantidade de lixo trazido pela maré depositado nas praias da reserva biológica é enorme e assusta (Figura 25). É composto em sua maioria por embalagens e garrafas plásticas. Em quatro pessoas, não demoramos nem quinze minutos para encher dez sacos de lixo com capacidade de cem litros cada, e ao final, ainda nos sentimos desapontados por não termos mais sacos para continuar a coleta.

Diferente das outras praias da ilha onde há limpeza por parte da prefeitura e dos próprios moradores, mas que também estão inseridas em áreas de unidade de conservação, na REBIO isso não ocorre, visto que não é uma praia habitada nem turística. De modo geral, o contraste entre o cenário encontrado na REBIO (suja) e nas outras praias (limpas) faz com que alguns caminhantes, olhando apenas por este lado, questionem o papel preservacionista do lugar, relacionando a poluição da praia ao fato de não haver turismo:

Ao longo das duas praias é muito lixo. Não sei se você vai me perguntar se eu tenho alguma sugestão, mas eu acho que aquele negócio de ficar isolado de tudo é pior do que ter uma parada mais sustentável. (...) Eu só acho que se tivesse alguém ali usando o espaço sempre, iria cuidar melhor e não teria tanto lixo que vem da maré (Wagner, fez a volta à Ilha em junho de 2021 com um amigo - entrevista em 3 de setembro de 2021).

também o comprovante de vacinação de febre amarela e o detalhamento do roteiro, com a data prevista de passagem no trecho da REBIO. A autorização deve ser solicitada preferencialmente com sete dias de antecedência para a análise, podendo a autorização de passagem ser emitida ou não (pessoas com processos administrativos no INEA, tendo cometido alguma infração ambiental é um dos critérios de análise e indeferimento, por exemplo).

Figura 25 - Coleta do lixo trazido pela maré na Praia do Sul.



Fonte: A - a autora, 2017; B - João Pontes, 2020.

Tom, o caminhante desinformado, também fez suas considerações nesse sentido. Para ele, a travessia da reserva não causa impacto e, liberá-la, seria uma forma de colaborar com a limpeza das praias.

É uma das regiões mais bonitas. Eu acho que ela não deveria ser fechada, mas claro, proibir camping selvagem lá, isso sim, mas a travessia pra lá eu acho que não causaria impacto. Inclusive, se cada pessoa que passar lá recolher um saquinho de lixo ali que seja, ajudaria a manter mais limpa a praia, que tá bem suja, não tá sendo bem cuidada não. Foi uma decepção ver a praia do Sul e a praia do Leste toda suja do jeito que tava. Tá certo, teve tempestade, mas tinha muito plástico (Tom, fez a volta à Ilha em dezembro de 2020 - entrevista em 25 de janeiro de 2021).

Durante a travessia da REBIO também fiquei surpresa com a enorme quantidade de lixo nessas praias, cenário que contrasta com a minha ideia de um “paraíso preservado”. Após atravessar a UC e chegar em Parnaiooca, local de parada do grupo, a experiência vivenciada na travessia rendeu muita conversa. Todo aquele lixo não foi gerado naquela praia, talvez nem na Ilha Grande ou proximidades, já que que muitos rótulos das embalagens plásticas eram escritos em idiomas estrangeiros, o que fez com que refletíssemos sobre como ações humanas irresponsáveis afetam o meio ambiente de alguma forma. Pela minha própria experiência, considero

bastante positiva a iniciativa do órgão ambiental na concessão da licença aos caminhantes de volta à Ilha em contrapartida ao recolhimento do lixo, resolvendo a situação para ambas as partes. Do lado da REBIO, que possui poucos funcionários para monitorar a área em tempo integral, transforma um problema ambiental, que é a visita ilegal a uma área protegida, em uma ação de educação ambiental, atividade permitida nessa categoria de unidade de conservação. Do lado dos caminhantes, transforma o turismo e o lazer em um instrumento pedagógico e, certamente os ajuda no despertar de uma consciência preservacionista, indo ao encontro dos ideais do ecoturismo e da sustentabilidade ambiental.

Atravessar a REBIO mediante autorização e recolhendo do lixo de maré é uma norma já reconhecida pelos caminhantes de volta à Ilha. Com exceção de Tom, todos os outros caminhantes autônomos entrevistados após o ano de 2020 conheciam essa regra. Ana, que fazia parte do já referido grupo de caminhada de São Paulo, relatou que seu grupo passou recolhendo o lixo da praia mesmo não conseguindo a licença, pois sabia da contrapartida:

Nesse dia a gente também saiu muito cedinho, passamos por aquele costão molhado, muito medo, porque um escorregão lá, já era. E a gente passou na praia do Leste (...) e a gente não tinha autorização. A nossa amiga, mandou e-mail, mas acabou não dando certo. (...) Mas a gente aproveitou e recolheu o lixo, porque quem tem autorização precisa recolher o lixo. Mesmo sem a autorização a gente passou recolhendo o lixo da praia, deixamos lá no final (Ana, fez a volta à Ilha em dezembro de 2020 - entrevista em 27 de janeiro de 2021).

Ana não soube informar por que a autorização “não deu certo”, mas seu relato mostra que a coleta de lixo na REBIO é uma atividade de educação ambiental que nos últimos anos vem sendo incorporada como algo inerente a esta parte da volta à Ilha. Proibir os caminhantes de atravessar a REBIO seria retirar deles uma das experiências mais significativas na caminhada, visto que, na volta à Ilha, a busca pela assim considerada “autenticidade” está relacionada ao contato com o ambiente natural “mais preservado e menos turístico”. Considerando que a caminhada de volta à Ilha não se trata de turismo de massa e a quantidade de caminhantes é muito

pequena se comparado ao fluxo total do turismo da ilha, a transformação dessa parte da caminhada em uma experiência educativa é algo bastante positivo.

Segundo o ICMBio (2017, p. 10-11), o Brasil não possui dados estatísticos sobre a quantidade de pessoas que fazem trilhas de curto ou longo percurso, porém pesquisas realizadas nos Estados Unidos, Nova Zelândia e Chile, indicam que são as travessias os principais formadores de grupos de apoio à conservação no seio da sociedade civil, e são as trilhas de longo percurso que melhor funcionam como ferramentas de conservação, pois, ao conectar áreas como parques e reservas, elas também agem como conectores de paisagem, o que permite o fluxo genético entre as espécies de fauna e flora. O trekking de volta à Ilha permite ao caminhante não somente percorrer suas quatro unidades de conservação, mas também perceber o ambiente insular como um todo, uma unidade, e tirar suas próprias conclusões quanto aos efeitos da presença humana sobre a natureza nos diferentes cenários que atravessa.

A questão do lixo, quando questionei os caminhantes entrevistados sobre o que mais os havia surpreendido na volta à Ilha, foi a mais citada no quesito “surpresa desagradável”, como relata Wagner:

Eu achei a ilha bem preservada, bem cuidada. Alguns lugares surpreenderam porque destoaram por causa do lixo, que foram Provetá e as praias proibidas. Mas a natureza é impressionante, ali é muito bonito. Eu não vi muito animal, além de pássaros. Vi um quati, não ouvi bugios, não sei nem se tem ainda, não vi cobras. A geologia, as praias, massa! O que pega mesmo é a questão do lixo que não tem jeito, tem que tirar! ((Wagner, fez a volta à Ilha em junho de 2021 com um amigo - entrevista em 3 de setembro de 2021)).

Cabe aqui informar que, embora os caminhantes façam sua parte, a retirada dos sacos coletados por eles na REBIO nem sempre é fácil. A responsabilidade pelo recolhimento é do INEA, mas, infelizmente, não ocorre em um intervalo periodicamente estabelecido devido a diversas complicações estruturais e ambientais. Uma delas é a insuficiência de mão-de-obra disponível para realizar a atividade, visto que a equipe responsável tanto pela RDS Aventureiro quanto pela REBIO da Praia do Sul é muito pequena, composta atualmente por 3 a 5 membros,

entre guarda-parques e colaboradores. Entretanto, mais do que a disponibilidade de pessoas, vários outros fatores dificultam a retirada dos sacos. O principal deles refere-se às condições do mar, sempre bastante agitado, que dificulta tanto a chegada quanto a saída da embarcação (um bote) do ilhote, local onde os sacos normalmente ficam depositados até serem recolhidos. Além disso, a cota de combustível da embarcação nem sempre é suficiente para a fazer a coleta, às vezes até inexistente mesmo para o uso de rotina nas UCs da Ilha Grande, e o bote do INEA nem sempre se encontra em funcionamento (no mês de dezembro de 2021, fui informada que o bote estava sem motor havia quatro meses). Somente quando todos esses fatores se encontram alinhados (mão-de-obra suficiente, mar calmo, bote funcionando e combustível disponível) é que a retirada dos sacos de lixo é possível ³⁰.

4.4.2. Camping selvagem: uma possível solução

Praticamente todos os caminhantes-mochileiros pesquisados transportaram barracas e utilizaram o camping como a principal forma de pernoite durante a volta à Ilha. Eles utilizaram áreas de campings, acamparam em quintais na casa de moradores locais, ou também fizeram o chamado “camping selvagem”, que consiste em montar acampamento nas praias ou em trechos próximos à trilha. Trata-se de uma prática ilegal, visto que na Ilha Grande a prática do camping é somente permitida em estabelecimentos autorizados.

³⁰ Além da coleta de lixo pelos caminhantes, o INEA informa que a equipe da REBIO, durante monitoramento regular da área e dentro do possível, realiza a coleta de lixo nas praias do Sul, do Leste e no manguezal. São também realizados mutirões de limpeza de praias, associados sempre com outra atividade de educação ambiental envolvendo mais pessoas, sobretudo adolescentes e jovens do Aventureiro, voluntários e parceiros. Em 2021 foram realizados três mutirões. Desde agosto de 2021 todo o lixo retirado da REBIO é separado pela equipe e, mais recentemente, também por dois brigadistas da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande. Os recicláveis são entregues em Angra a uma família de catadores que trabalha com isso há muitos anos (atualmente não existe nenhuma cooperativa de catadores em Angra). Além dos recicláveis da REBIO, desde julho de 2021, tem sido feita a coleta seletiva na comunidade do Aventureiro, cujo processo de separação pelos moradores está se consolidando aos poucos. O lixo não aproveitável da REBIO é levado para Angra dos Reis pelo barco de coleta de lixo da prefeitura, que vem quinzenalmente ao Aventureiro.

Os relatos disponíveis na internet e as entrevistas mostraram que o camping selvagem é comum em vários trechos do percurso, porém ele ocorre com mais incidência na praia do Caxadaço, onde essa prática é até mesmo normalizada pelos próprios caminhantes “por não haver outra opção no roteiro”. Esta pequena praia está localizada a cerca de 13.550 metros de distância de Parnaioca (junção das trilhas T16 e T15), e 9.000 metros da Praia Grande das Palmas, as duas com estrutura para pernoite mais próximas, conforme apresentado na Figura 26.

Figura 26 - Mapa temático: trecho de caminhada Parnaioca - Palmas, ou vice-versa.



Fonte: Adaptado de <https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/parnaioca-palmas-43300126>. Acesso em 08 nov 2021.

Atualmente, a única opção para quem faz a volta completa na ilha é seguir direto de Parnaioca para Palmas (ou vice-versa) em uma caminhada longa e extenuante de 19.550 metros de extensão, que pode aumentar algumas dezenas de

metros caso o caminhante queira também visitar as praias de Lopes Mendes e Santo Antônio, fazendo um pequeno desvio na trilha.

O trecho Palmas-Parnaioca da volta à Ilha é extremamente exaustivo e demanda praticamente o dia todo de caminhada, sem muitas paradas para descanso ou usufruto da paisagem, dos atrativos histórico-culturais e das praias ao longo do caminho. É também um trajeto que demanda bastante atenção por parte do caminhante, já que não existe uma trilha oficialmente estabelecida pelo PEIG interligando as praias de Santo Antônio e Caxadaço e, portanto, não existem placas indicativas no caminho. A sinalização é feita de maneira informal, por marcações nas árvores com fitinhas ou ranhuras feitas pelos próprios caminhantes.

Os caminhantes alegam que acampam ilegalmente no Caxadaço pela ausência de um meio de hospedagem nesse trecho da volta à Ilha, pois, pelo seu tamanho e dificuldade, é exaustiva de ser percorrida em apenas um dia de caminhada. Segundo Bernardo (2005), se o destino do caminhante for Parnaioca e ele chegar no Caxadaço pela tarde, é melhor acampar ali do que correr o risco de caminhar à noite, já que o trecho Caxadaço-Parnaioca demanda, no mínimo, seis horas para ser percorrido entre caminhada e paradas para descanso. O mesmo ocorre no sentido inverso. Entretanto, o autor deixa claro em seu guia que esta é uma prática ilegal e só deve ser realizada em caso de extrema necessidade, por segurança do caminhante.

A opção por utilizar o Caxadaço como local de pernoite “ilegal” refere-se ao fato de ser uma praia bem pequena, ter um ponto de água doce nas proximidades e, sobretudo, ser “escondida” da visão dos barcos de fiscalização do INEA (Figura 27). “Para aumentar a área livre para a montagem de barraca, parte da vegetação nativa é retirada, pedras são removidas e o solo é remexido” (CADEI et al., 2009, p. 519). Mas os problemas ambientais relacionados ao camping selvagem não são referentes somente à montagem da barraca. Muitos fazem fogueiras para cozinhar alimentos ou espantar animais, utilizando para isso partes da flora local, como troncos e galhos secos, e acarretando risco de incêndio florestal. Durante minha passagem pelo Caxadaço vi muito lixo, vestígios de fogueiras, peças de roupas e utensílios de camping (panela, talheres) que foram ali abandonados ou esquecidos

(Figura 28). Entretanto, não é possível afirmar se todos esses vestígios foram gerados por caminhantes-mochileiros da volta à Ilha.

CADEI *et al* (2009) apontam para os prejuízos que os campings selvagens na região de Dois Rios geram também para as fontes de água locais:

Em acampamentos “clandestinos” muitos visitantes tomam seus banhos nos cursos d’água da Ilha utilizando-se de produtos de higiene pessoal, como xampus e sabonetes. Também é comum o uso de detergentes e sabão em barra para a lavagem de roupas e panelas. Estes materiais poluem o ambiente, pois alteram o pH da água. Podem ocasionar mortes de animais, vegetais e micro-organismos aquáticos e dos solos (CADEI *et al*, 2009, p. 517).

Figura 27 - Praia do Caxadaço.



Fonte: A autora, 2017.

Figura 28 - Clareira e vestígios de camping selvagem no Caxadaço.



Fonte: A autora, 2017.

Uma “possível” solução para mitigar o problema do camping selvagem, apresentada pelos próprios interlocutores dessa pesquisa, seria o estabelecimento de um ponto de pernoite legal na vila Dois Rios sob a administração da UERJ, que é a mais estruturada desse trecho, com comércio estabelecido (bar, cantina e mercearia), mas que não possui atualmente qualquer meio de hospedagem voltado para turistas, apenas para pesquisadores.

A situação da vila Dois Rios nesse sentido é complexa. Com a desativação do presídio, o território correspondente, até então sob a administração do estado, foi cedido à UERJ por 50 anos (a partir de 1996), que ali mantém um campus, incluindo o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS/UERJ) e o EcoMuseu Ilha Grande, e ao mesmo tempo, integrando o Parque Estadual da Ilha Grande. A visita de turistas só é permitida até as 18 horas. As casas existentes

na localidade pertencem ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e estão sob administração da UERJ. Os moradores locais têm um termo de cessão de uso dos imóveis que os impede de alugar, sob pena de perderem o direito ao uso (CADEI et al, 2009, p. 494).

Assim como o INEA, ao conceder autorizações de passagem para os caminhantes na REBIO da Praia do Sul, transformou um problema ambiental em uma atitude sustentável no turismo de volta à Ilha, o estabelecimento de um meio de hospedagem (camping ou alojamento) voltado exclusivamente para esses mesmos caminhantes na praia de Dois Rios seria uma solução no sentido de ajudar a reduzir boa parte dos problemas ambientais associados ao camping selvagem. Como sugestão, essa ação deveria ser estabelecida de forma conjunta entre INEA, UERJ e os moradores da vila, e as normas para que os caminhantes possam pernoitar em Dois Rios poderiam ser semelhantes às já utilizadas pela equipe do INEA na travessia da REBIO (ver nota 29), com envio de documentos, solicitação realizada com antecedência e, nesse caso, observando o limite de capacidade de carga turística do local de hospedagem.

Em adição, esta atitude também poderia beneficiar economicamente os moradores da vila, já que movimentaria mais o comércio local com a venda de refeições, lanches e bebidas, sobretudo em épocas de baixa temporada ou à noite, quando os turistas não estão e a vila fica praticamente deserta. Os caminhantes, por sua vez, passariam a usufruir mais dessa praia, considerada uma das mais bonitas da Ilha Grande, e de seus atrativos histórico-culturais, como o Ecomuseu Ilha Grande ali situado. Por experiência em minha própria caminhada, em Dois Rios, nosso grupo não teve tempo suficiente para visitar nenhum lugar da praia ou da vila, a não ser a Cantina da Tereza, na qual paramos para descansar e almoçar, e rapidamente seguir adiante. Mesmo assim, chegamos na praia do Pouso já bem próximo ao anoitecer. Além de tornar o trekking de volta à Ilha uma atividade mais sustentável, outro aspecto positivo seria dar mais oportunidade para que pessoas com mais idade ou menos preparo físico possam também fazer a volta completa na ilha, popularizando a atividade.

4.5 A percepção dos caminhantes sobre o ambiente da Ilha Grande

Para arrematar este capítulo, apresento como os caminhantes entrevistados percebem os efeitos dessa atividade para o ambiente da Ilha Grande através do seu deslocamento por ela. Cabe salientar que a percepção trata de um julgamento de valor sobre o que é adequado ou aceitável e depende das expectativas dos visitantes, o que é função de vários fatores, incluindo experiências anteriores (TAKAHASHI, 2004).

Questionei aos caminhantes como eles acham que a volta na ilha se reflete nas suas diversas comunidades. A maioria das respostas apontou para os benefícios econômicos que a atividade proporciona aos ilhéus, “que entraria um dinheirinho a mais pra eles”. Outro aspecto positivo levantado foi a circulação da informação e o contato do ilhéu com o “mundo externo”, pois os caminhantes trazem informações de fora: “Olha, tem um lado bastante positivo que essas pessoas ficam antenadas com o que acontece no mundo, conhecem pessoas de vários países, de vários lugares”, afirma Tom.

Com relação aos aspectos negativos, o lixo e a sujeira foram os mais comentados. Todavia, para os caminhantes, esse lixo não é gerado por eles, mas pelas comunidades ou pelos turistas (os predatórios), e, portanto, o aumento desse fluxo de turismo poderia piorar a situação e deveria ser controlado:

Negativo tem o problema da sujeira, eu entendo o lado das pessoas da comunidade, eles querem dinheiro, querem arrecadar, ainda mais com aquele custo de vida, mas eu acho que tem que ser planejado pra não ter esse desespero assim por dinheiro, porque acaba tendo pessoas ali que vão acabar fazendo turismo predatório, turismo que não respeita a natureza (Tom, fez a volta à Ilha em dezembro de 2020 - entrevista em 25 de janeiro de 2021).

Cabe, nesse sentido, uma colocação de Wunder (2006) sobre o Aventureiro, que pode também se aplicar a outras comunidades da ilha. O autor defende que, mais do que controlar o número de visitantes, o melhor seria se todos os que se beneficiam do turismo concordassem em usar parte de seus lucros para reduzir suas

externalidades ambientais, como a questão do lixo e do esgoto, por exemplo, mantendo o ambiente íntegro.

Nas respostas dos caminhantes, o termo “turismo sustentável” foi mencionado por diversas vezes em referência ao turismo de volta à Ilha. Também questionei uma moradora da ilha se ela considerava a volta a pé um tipo de turismo sustentável. Sua resposta:

Totalmente! Eu acho que, número um, você não pegar os “barcos de linha” dez mil vezes para as praias já é uma coisa muito legal, tem a opção de caminhar. Eu acho que as pessoas tinham que passar por essa experiência e, bom, tem toda essa questão do lixo, de catar o lixo em áreas que pra você passar, tem essa condição. Mas eu acho que também, no meio do caminho todo você acaba fazendo isso (...). Outra, você conhece lugarzinhos especiais que, de repente, estão mais esquecidos e tira um pouco dos centros, faz a ilha toda se mover, porque muitas vezes os lugarzinhos mais especiais são mais carentes economicamente. Acho que ajuda muito. É positivo! (Moradora de Itaoca - entrevista em 11 de agosto de 2017).

Tanto nos relatos disponíveis na internet como nas entrevistas, os caminhantes mostraram-se conscientes da importância da preservação da floresta, demonstram preocupação com a natureza e se incomodaram com a quantidade de lixo encontrado ao longo das trilhas, mesmo que às vezes possam cometer alguma infração ambiental “por não ter outra opção”, como o camping selvagem apontado no item anterior, ou por achar que não causa impacto ou “tanto impacto assim” quando comparado ao turismo predatório. No geral, eles consideram que o turismo de caminhada é um turismo positivo e sustentável e o melhor para a Ilha Grande, pois as pessoas são “ambientalmente corretas” e geram muito menos impacto ambiental que os turistas convencionais.

Eu acredito que traz benefícios, porque é um turismo sustentável. A gente não usa veículos, enfim, nossa bagagem é a mais simples possível, a gente usa o mínimo necessário. Eu acho que é benéfico. Lógico que o ganho financeiramente é bem menor que um hotel cheio, mas ecologicamente o ganho é maior, é menos lixo que a gente produz (Rosi, fez a volta à Ilha em outubro de 2020 - entrevista em 12 de janeiro de 2021).

Tom considera o comportamento dos caminhantes diferente dos “outros turistas” da ilha, sobretudo os de barco, pois, em oposição a eles, são respeitosos com o ambiente:

Pessoas que fazem trilhas, em geral, são as pessoas mais respeitadas que tem. É raro ver alguém fazendo trilha e largando lixo pra trás, jogando coisas na mata, eu nunca conheci. Deve ter. Mas aquele povo que chega lá naqueles navios, com aquele som alto, aqueles barcos, aquilo é muito chato, eu acho que isso é um aspecto muito negativo (Tom, fez a volta à Ilha em dezembro de 2020 - entrevista em 25 de janeiro de 2021).

Além do próprio comportamento do caminhante que faz questão de se distinguir do turista do barco, é observável que efeitos negativos do turismo de volta à Ilha nas comunidades são bem menores que o do turista de massa, primeiro porque a quantidade de pessoas é significativamente menor, e também porque a maior parte da experiência turística dos caminhantes ocorre no deslocamento, ou seja, eles ficam muito pouco pelos lugares para prejudicá-los de forma tão profunda.

Para concluir, demonstro aqui minha posição com relação ao turismo de caminhada dada a minha própria experiência como uma caminhante-mochileira de volta à Ilha e tudo que vivenciei ao longo desta pesquisa de doutorado. Utilizarei para isso o relato de um interlocutor que vai ao encontro de minha posição, pois concorda que o poder público deveria “olhar com mais carinho” para o turismo de volta à Ilha, incentivar o uso das trilhas, estimulando esse tipo de “turismo do bem” dados os seus benefícios já apontados ao longo da tese. Ele assim coloca:

Acho que podia ter uma coisa mais pra incentivar o uso das trilhas, estimular esse tipo de turismo, porque no geral, as pessoas que fazem trilhas são pessoas que não agredem a natureza, não são pessoas que deixam lixo, e isso devia ser estimulado. Só que eles lá estimulam exatamente o contrário, estimulam quem vai lá e ficam tomando cerveja, ouvindo música alta, depois joga a latinha na praia, joga plástico. Então eu acho que era preciso olhar para isso com mais carinho. (Tom, fez a volta à Ilha em dezembro de 2020 - entrevista em 25 de janeiro de 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é extremamente extraordinário perceber que desde que os homens passaram a andar, ninguém jamais perguntou por que eles andam, como andam, se podem andar melhor, o que o caminhar lhes permite realizar, se eles podem ter os meios de regular, mudar, analisar o seu andar: perguntas que dizem respeito a todos os sistemas de filosofia, psicologia e política com que o mundo se preocupa? (Honoré de Balzac, 1833, *Teoria do caminhar*)

As trilhas da Ilha Grande, como foi mostrado nesta tese, se constituíram e têm sido ao longo do tempo utilizadas por diferentes usuários em diversas circunstâncias e, sendo assim, diversos sentidos lhes têm sido atribuídos pelos atores sociais a elas relacionados: moradores das diversas comunidades da ilha, caminhantes, turistas, guias de turismo, agentes e outros empresários de turismo. Na atualidade é o “turismo dos caminhantes-mochileiros” que responde pelos significados hegemônicos desses sentidos atribuídos às trilhas da ilha – tanto por nativos como por turistas. Entendo que, seguindo a concepção de Mendonça (2010), que viu e caracterizou uma Ilha Grande “turismizada”, também as trilhas da ilha podem ser vistas como turismizadas, ou como mais um exemplo da “turismização da Ilha Grande”. Em referência a esse trabalho original de Mendonça sobre a Ilha Grande, Mendonça & Prado (no prelo) aprofundam e esclarecem o conceito de *turismização* – inspirado nas concepções de Norbert Elias (1993) sobre o “processo civilizador” e de José Sérgio Leite Lopes (2006) sobre o “processo de ambientalização” – como aplicável a situações de ocorrência e repercussões do turismo, o que julgo ser o caso das trilhas por mim aqui considerado. Trata-se de

inserir a trajetória do turismo na Ilha Grande na mesma linha de entendimento do processo civilizador de Norbert Elias, no sentido de que este produz alterações na conduta e nos sentimentos humanos orientados para alguma direção. [...] A ideia de “turismização” proposta é inspirada na mesma perspectiva de Lopes (2006, p. 34), sobre a “ambientalização” como ‘um neologismo semelhante a alguns outros usados nas Ciências Sociais, para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo’. Ao ser adicionado o sufixo “zação” ao turismo, assinala-se, como no uso do termo ambientalização, que a turismização é um processo histórico de construção de um fenômeno associado a um processo de interiorização das diferentes facetas do turismo

pelos grupos e pelas pessoas, que transforma e influencia nas relações e no modo de vida de um determinado lugar (MENDONÇA & PRADO, no prelo).

Considero que aí se inclui o caso das trilhas da Ilha Grande, que pode ser visto como mais um exemplo da turismização da ilha, entre aqueles apresentados por Mendonça & Prado (no prelo). Na história das trilhas da Ilha Grande há vários marcos importantes que atuaram, direta ou indiretamente, na construção do território enquanto um destino de caminhada. Projetos de lei, decretos e projetos financiados por instituições públicas e privadas dotaram as vias da Ilha de estruturas que permitiram seu uso recreativo. Placas de sinalização e informativas, deram a possibilidade para que “pessoas comuns” e não mais apenas “exímios aventureiros” pudessem usufruir desse território insular de forma segura. Assim é que as trilhas da Ilha Grande *vieram a tornar-se turísticas* em referência a significados alimentados, de um lado, pela frequência intensificada dos caminhantes-mochileiros e, de outro lado, pela repercussão disso entre os moradores e outros atores sociais locais relacionados a esse tipo de turismo.

Para o caminhante-mochileiro, o circuito de trilhas já estruturado e bastante divulgado na internet, em sites turísticos e redes sociais, é um fator de atração à Ilha Grande, aliado à sua beleza natural que torna a caminhada ainda mais prazerosa. É importante ressaltar o papel das unidades de conservação locais que colaboram para a preservação da floresta atraindo visitantes, já que é em meio à mata que as trilhas ocorrem na maior parte do circuito.

Reforço aqui a perspectiva de Tim Ingold (2007, 2012, 2015), com os conceitos de “malha”, dos “fios vitais”, dos “habitantes” e dos “nós” – que me deu suporte para reconhecer e compreender os caminhantes-mochileiros e os moradores da Ilha Grande como “habitantes das trilhas” perfazendo seus fios vitais e cruzando-se nos “nós” dos seus encontros. Dessa perspectiva processual/vital de Ingold, entendo a malha – viva – operante em torno das trilhas na ilha, hoje sob a égide de um turismo que por sua vez ocorre ali conduzido pela vivência dessa malha.

Nessa vivência, cabe reconhecer que esse tipo de turismo converge, ou tende, para aquele considerado como “de base comunitária”, ou “comunitário”, no sentido de que implica um protagonismo das comunidades locais que não tem chance de ocorrer em relação ao turismo de massa que é hegemônico na Ilha Grande.

Seria o turismo de volta à Ilha Grande um “turismo do bem”? Embora a indagação sobre a prática da caminhada feita por Honoré de Balzac tenha sido feita há quase dois séculos, e vários trabalhos sobre essa prática já tenham sido publicados, ela foi para mim um gatilho para uma questão em nível local: por que a caminhada de volta à Ilha, atividade que vem crescendo desde a implosão do presídio, não foi objeto de estudo que pudesse gerar pelo menos algum dado estatístico? Por que os órgãos ambientais ou turísticos, de esfera estadual ou municipal, nunca se preocuparam em pesquisar o “turismo dos caminhantes-mochileiros” e seus efeitos sobre a Ilha Grande? Talvez, como o número de caminhantes é significativamente menor que o dos turistas de massa, e conseqüentemente também seus efeitos econômicos, não há esta preocupação. Porém, como apontei nesta tese, ele é um segmento importante para Ilha Grande, pois faz com que mais comunidades/praias da ilha se beneficiem da renda proveniente do turismo e colabora para a redução da sazonalidade turística. Por suas características e efeitos sobre o ambiente da Ilha Grande, considero que o trekking de volta à Ilha é um “turismo do bem” – convergindo com outros tipos de turismo igualmente “classificáveis”, como o ecoturismo e o turismo de base comunitária –, na medida em que tudo que o que é “bom” dentro do turismo vai no sentido da sustentabilidade, incluindo o envolvimento das populações locais; por oposição a um “turismo do mal” que seria o turismo predatório, associado ao turismo de massa, no qual predominam os malefícios socioambientais.

Dentro desse contexto, algumas atitudes com relação à caminhada precisam ser repensadas para que o “ecologicamente correto” seja de fato uma condição aplicável em sua totalidade. Essas atitudes envolvem tanto os caminhantes-mochileiros, que precisam entender que a Ilha Grande é um território plural tomado por unidades de conservação, cada qual com suas regras de uso, quanto aqueles que fazem as políticas públicas de turismo e meio ambiente na ilha, no sentido de

compreender como de fato esse trekking acontece e repercute, e por que algumas ações consideradas equivocadas ambientalmente são adotadas pelos caminhantes-mochileiros (sobretudo a questão do camping selvagem, que se concentra em grande parte no trecho mais longo do percurso, o trajeto entre Palmas e Parnaioca).

Conhecer o perfil dos caminhantes-mochileiros é essencial para a formulação e o monitoramento da execução de planos turísticos, bem como para o desenvolvimento de projetos de uso público dentro das unidades de conservação. Nesta tese, mostrei como o praticante do trekking de volta à Ilha é aquele que se desloca pelas trilhas de modo contínuo, por diversos dias, parando nas praias/comunidades para pernoite, descanso e alimentação, explorando a ilha no sentido de apreciar o maior número possível de lugares, e tentando obter experiências que, para ele, são muito mais “autênticas” do que aquelas do turista convencional – ao visitar partes da ilha que ainda não foram tão contaminadas pelo turismo, “lugares menos turísticos” onde apenas o caminhante chega, ou locais onde a natureza encontra-se mais íntegra e preservada.

A busca de autenticidade pelos caminhantes-mochileiros pode torná-los aliados na luta das comunidades locais para manter sua identidade e preservar seu ambiente social e cultural, como já é assumido, por exemplo, na praia do Aventureiro, onde os mochileiros chegaram pioneiramente pelas trilhas e possibilitaram àquela comunidade vislumbrar no turismo uma nova atividade econômica, hoje já consolidada. Nesse sentido, o turismo de volta à Ilha é um incentivador ao turismo de base comunitária, corroborando Mendonça *et al.* (2016) que entendem que o TBC é um movimento político-social, que tem sua concepção e implementação, principalmente, “em lugares com grande riqueza ecossistêmica, mas em situação de maior desigualdade socioeconômica”. Iniciativas observadas durante os trabalhos de campo indicam que algumas comunidades já perceberam o potencial econômico do turismo de volta na ilha para o lugar em que moram, mobilizando iniciativas para atender a esses visitantes.

Com esta demonstração/interpretação, espero que o reconhecimento da situação das trilhas, do perfil dos caminhantes-mochileiros e dos efeitos do trekking de volta à Ilha sobre o ambiente da Ilha Grande seja útil para compreender a

realidade atual da própria Ilha Grande, sobretudo nas propostas de planos e programas voltados ao turismo e que se pretendem em seu benefício.

REFERÊNCIAS

ABETA & MINISTÉRIO DO TURISMO. Manual de boas práticas de caminhada e caminhada de longo curso. Belo Horizonte: Ed. dos autores, 2009. 136 p.

AOQUI, C. Desenvolvimento do segmento backpacker no Brasil sob a ótica do marketing de turismo. 2005. 217f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração). Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2005.

ANGRA DOS REIS (Município). Decreto n.2003, de 10 de maio de 2000. Institui a servidão pública nas trilhas da Ilha Grande. Disponível em < https://www.angra.rj.gov.br/downloads/SMA/leis/decreto_2003.pdf >. Acesso em 12 dez. 2020.

ANGRA DOS REIS (Município). Lei Municipal n.2088, de 23 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande, de acordo com o artigo 15 da Lei 1.754 de 21 de dezembro de 2006. Disponível em < https://www.angra.rj.gov.br/downloads/SMA/leis/lei_2088.pdf >. Acesso em 12 dez. 2020.

BACKPACKING. In: Cambridge Dictionary Online. Cambridge University Press, 2021. Disponível em <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/backpacking> . Acesso em: 15 fev 2021.

BASTOS, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais: uma introdução ao estudo da narrativa. *Calidoscópico*. v. 3, n. 2. Ed. Unisinos, p. 74-87, 2005.

BASTOS, M. *et al.* Estruturas econômicas e organização sociocultural e política. In: BASTOS, M.; CALLADO, C.H. (Orgs.). *O ambiente da Ilha Grande*. Rio de Janeiro: UERJ/CEADS, p. 317-470, 2009,

BASTOS, M.; CALLADO, C.H. (orgs.) *O ambiente da Ilha Grande*. Rio de Janeiro: UERJ/CEADS. 2009, 562 p.

BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: SENAC, 2002.

BERNARDO, J. *Caminhos e Trilhas da Ilha Grande*. Rio de Janeiro: Enelivros, 2005, 392p.

BINDER, J. The whole point of backpacking: anthropological perspectives on the characteristics of backpacking. In: RICHARDS, G.; WILSON, J. (eds) *The Global Nomad: backpacker tourism in theory and practice*. Channel View Publication, p. 92-108.

BMEIG, Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande. Relatório de Atividades 2007. Disponível em: <http://brigadamirim.org.br/wp-content/uploads/2016/01/rel-2007-auditoria.pdf>. Acesso em: 18 mar 2020.

BRANDÃO, C. R. O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da Serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas/SP: UNICAMP. 1999, 175p.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm >. Acesso em: 20 dez 2018.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Segmentação do turismo: marcos conceituais*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil*. Turismo e Sustentabilidade. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

BRIGUGLIO, L., ARCHER, B., JAFARI, J.; WALL, G. (orgs). *Sustainable Tourism in Islands and Small States: Issues and Policies*. Londres: Cassell/Pinter, 1996, 226p.

BRIGUGLIO, L.; BRIGUGLIO, M. Sustainable tourism in small islands. In: BRIGUGLIO, L., ARCHER, B., JAFARI, J.; WALL, G. *Sustainable Tourism in Islands and Small States: Issues and Policies*. Londres: Cassell/Pinter, 1996.

BRITO, F. D. *Estudo das transformações socioambientais da Ilha Grande/RJ: uma abordagem sobre o turismo*. 2001. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2001.

BRITTON, S. G.; CLARKE, W. Ambiguous alternative: Tourism in Small Developing Countries. Institute of Pacific Studies, University of the South Pacific, Suva, Fiji. 1987.

BRUNER, E. M. The ethnographer/tourist in Indonesia. In: ALLCOCK, J.; BRUNER, E. M.; LANFANT, M-F. (Orgs.). *International tourism: identity and change*. Londres: Sage Publications, 1995.

BUYS, R. *Contos da Ilha Grande*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. 180p.

CADEI, M. S.; PEREIRA, J. B. M.; MOURA, N. C. Educação Ambiental In: BASTOS, M.; CALLADO, C.H. (orgs.) *O ambiente da Ilha Grande*. Rio de Janeiro: UERJ/CEADS, p. 471-537, 2009.

CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CARSEN, J.; BUTLER, R. (Eds.). *Island tourism: sustainable perspectives*. Londres: CAB International, 2011, 249p.

CASTRO, C. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: VELHO, G. (Org.). *Antropologia urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 80-87, 1999.

COHEN, E. Toward a sociology of international tourism. *Social Research* 39:164-182, 1972.

_____. Nomads from affluence: notes on the phenomenon of drifter-tourism. *International Journal of Comparative Sociology* 14:89-103, 1973.

_____. Marginal paradises: bungalow tourism on the islands of Southern Thailand. *Annals of Tourism Research*, 9 (2), 189–228, 1982.

_____. Authenticity and commoditization in tourism. *Annals of Tourism Research*, vol. 15, 1988, p. 371-386.

_____. Backpacking: diversity and change. In: RICHARDS, G.; WILSON, J. (Eds). *The Global Nomad: Backpacker Travel in Theory and Practice*. Clevedon: Channel View Publications, p. 43-59, 2004.

COHEN, S. Re-conceptualising lifestyle travellers: contemporary drifters. In K. HANNAM, K.; DIEKMANN, A. (eds.), *Beyond Backpacker Tourism: Mobilities and Experiences*. Channel View Publications, Clevedon, p. 64-84, 2010.

_____. Lifestyle travelers: backpacking as a way of life. *Annals of Tourism Research* 38:1535-1555, 2011.

_____. Drifter. In: JAFARI, J.; XIAO, H. *Encyclopedia of Tourism*. Suíça: Springer International Publishings, p. 271-271, 2016.

COSTA, G. V. L. *O Aventureiro, Ilha Grande-RJ: uma análise de mudança social*. 2008. 313 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2008.

COVERLEY, M. *A arte de caminhar: o escritor como caminhante*. São Paulo: Martins Fontes. 2014, 216p.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. *Populações tradicionais e conservação ambiental*

DAVIES, N. J. Who walks, where and why? Practitioners' observations and perspectives on recreational walkers at UK tourist destinations. *Annals of Leisure Research*, 21(5):1-22, 2016.

DAVIES, N. J.; LUMSDON, L. M.; WESTON, R. Developing recreational trails: motivations for recreational walking. *Tourism Planning & Development*, volume 9 (1), p. 77-88, 2012.

ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. 1, 1993.

GOMES; J. M. A. A. Os avanços da gestão privada em unidades de conservação: as estratégias do Fórum Contra a Privatização em relação à proposta de parceria público-privada na Ilha Grande - RJ. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, XIII, 2019, São Paulo. *Anais*. Disponível em: http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1561561568_ARQUIVO_johana_enanpege.pdf . Acesso em: 15 set 2020.

FERREIRA, H. C. H. *A dinâmica da participação na construção de territórios sociais e do patrimônio ambiental da Ilha Grande-RJ*. 2010. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2010.

FOTIOU, S.; BUHALIS, D.; VERECZI, G. Sustainable development of ecotourism in small islands developing states (SIDS) and other small islands. *Tourism and Hospitality Research*, vol. 4, n. 1, 2002, p. 79-88.

GEERTZ, C. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

HAMPTON, M. P. Backpacker tourism and economic development. *Annals of Tourism Research*, v. 25, n. 3, p. 639-660, 1998.

HANNAM, K.; ATELJEVIC, I. (Org.). *Backpacker Tourism: concepts and profiles*. Channel View Publications, Clevedon, 2008, 284p.

INEA, Instituto Estadual do Ambiente. *Parque Estadual da Ilha Grande: plano de manejo (fase 2)*. Rio de Janeiro: INEA, 2011.

INGOLD, T. *The perception of the environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge. 2000.

_____. *Lines: a brief history*. London: Routledge, 2007. 179p.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: UFRGS, ano 18, n.37, 2012.

_____. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 390p.

_____. O Dédalo e o Labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. *Horizontes Antropológicos*, ano 21, n. 44, p. 21-36, 2015b.

IRVING, M. A. Ecoturismo em áreas protegidas: da natureza ao fenômeno social. In: COSTA, N. M. C.; NEIMAN, Z.; COSTA, V. C. (Orgs). *Pelas trilhas do ecoturismo*. São Carlos: RiMa, 2008, 320p.

IOANNIDES, D.; HOLCOMB, B. Misguided policy initiatives in small-island destinations: why do up-market tourism policies fail? *Tourism Geographies*, v.5, n.1, p. 39-48, 2003.

JAFARI, J.; XIAO, H. *Encyclopedia of Tourism*. Suíça: Springer International Publishings. 2016.

KANNISTO, P. E. *Global Nomads: challenges of mobility in the sedentary world*. Tese de Doutorado. Tiburg, Finlândia: Tiburg University, 2014, 279p.

KAUR, J. Thrills of trekking. *Tourism Recreation Research*, v.5, n.2, p.29-30, 1980.

LOCKER-MURPHY, L.; PEARCE, P.L. Young Budget Travelers: Backpackers in Australia. *Annals of Tourism Research*, v.22, n.4, p.819-843, 1995.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: UFRGS, ano 12, n.25, 2006.

MACCANNELL, D. Staged authenticity: arrangements of social space in tourist settings. *American Journal of Sociology*, 79(3), 1973, p. 589-603.

_____. Tourist agency. *Tourist Studies*, Sage Publications, v.1(1), p. 23-37, 2001.

MACHADO, R. S. Entre Foucault e a Antropologia: “verdade” e “relação” em dialogia com o pós-estruturalismo antropológico. *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n.22, p.138-159, jul/dez. 2016. Disponível em < <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17412/8798> >. Acesso em 20 nov 2020.

MELLO, C. E. H. V. *Apontamentos para servir à história fluminense (Ilha Grande/Angra dos Reis)*. Rio de Janeiro: Edição Conselho Municipal de Cultura de Angra dos Reis, 1987.

MENDONÇA, T. C. M. *Que paraíso é esse?: A turismização da Ilha Grande*. 2010. 314 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. (Orgs.) *O povo do Aventureiro e o turismo de base comunitária: experiências vivenciadas na vila do Aventureiro - Ilha Grande/RJ*. Seropédica/RJ: UFFRJ, 2011. 222 p.

MENDONÇA, T. C. M.; PRADO, R. M. Turismo e o Processo Civilizador: a turismização da Ilha Grande. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, 2021 (no prelo).

MENEZES, P. C. O Brasil no caminho das trilhas de longo percurso. O Eco online, 2017. Disponível em: < <https://www.oeco.org.br/colunas/o-brasil-no-caminho-das-trilhas-de-longo-curso/> >. Acesso em 20 abr. 2020.

MITRAUD, S. (Org.) Manual do ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF-BRASIL, 2003, 470p.

MONTEIRO, L. C. R. Angra dos Reis não é (nem deveria ser) Cancún: contradições de um território em disputa. In: Grupo de Estudos da Baía da Ilha Grande – GEBIG, UFF: EIAR, texto de apoio, n. 04, 2020.

MOURÃO, R. M. F. (Org.) *Manual caiçara de ecoturismo de base comunitária*. Instituto Bioatlântica, 2009.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. Trilhas na natureza e sensibilização ambiental. In: COSTA, N. M. C.; NEIMAN, Z.; COSTA, V. C. (Orgs). *Pelas trilhas do ecoturismo*. São Carlos: RiMa, p. 73-86, 2008.

OLIVEIRA, L. F. *Ecoturismo no Parque Estadual da Ilha Grande/RJ: refletindo o contexto atual a partir do olhar dos “badjecos”*. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia / Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), 2008.

OMT, Organização Mundial do Turismo. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Roca, 2001. 371p.

_____. *Walking tourism: promoting regional development*. Executive Summary, Madrid, 2019.

O'REILLY, C. From drifter to gap year tourist: mainstreaming backpacker travel. *Annals of Tourism Research*, v. 33, n. 4, p. 998-1017, 2006.

OSTANELLO, M. C. P.; PRADO, R. M. A trilha como o lugar da coisa toda: as trilhas da Ilha Grande como lugares turísticos. *Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR*, Penedo, v. 11, Dossiê Especial, p.191-216, 2021.

PEARCE, P. L. *The Backpacker Phenomem: preliminary answers to basic questions*. Townsville: Department of Tourism, James Cook University. 1990.

PEARCE, P.L.; LOCKER-MURPHY, L. Young budget travellers: backpackers in Australia. *Annals of Tourism Research*, vol. 22, n. 4, p. 819-843, 1995.

PMAR, Prefeitura Municipal de Angra Dos Reis. Revitalização das Trilhas da Ilha Grande. Disponível em: < https://angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid_noticia=42392&Index%20Sigla=imp >. Acesso em 20 nov 2020.

PRADO, R. M. Tensão no paraíso: aspectos da intensificação do turismo na Ilha Grande. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro/RJ, v. 3, n. 1. 2003.

- PRADO, R. M. As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre. Ano 9, n.20, 2003b.
- PRADO, R. M. Uma foto que eles não pediram: turismo e ecologia na Ilha Grande. In: BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.; BADIN, L. (org). *Turismo e Sustentabilidade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 267-284.
- PRADO, R. M. (Org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, 288p.
- RAMUZ, P.F. Os caminhos do turismo na Ilha Grande. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 111-120, 1998.
- RICKLY-BOYLD, J. M.; KNUDSEN, D. C.; BRAVERMAN, L. C.; METRO-ROLAND, M. M. *Tourism, performance, and place: a geographic perspective*. Routledge, 2016. 180p.
- RILEY, P. J. Road culture of international long-term budget travelers. *Annals of Tourism Research*, v. 15, p. 313-328, 1986.
- RICHARDS, G.; WILSON, J. (Orgs). *The Global Nomad: backpacker travel in theory and practice*. Clevedon: Channel View Publications, 2004, 310p.
- RICHARDS, G; WILSON, J. *The Global Nomad: motivations and behaviour of independent travellers worldwide*. In: RICHARD, G.; WILSON, J. (Orgs.). *Backpacker travel in theory and practice*. Clevedon: Channel View Publications, 2004, p. 14-39.
- RUCHKYS, U.A. *Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO*. 2007. 211f. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- SANTANA, A. *Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações*. São Paulo: Aleph, 2009.
- SANTIAGO, A. M. A. *et al.* História da Ilha Grande e patrimônio cultural e material e imaterial. In: BASTOS, M.; CALLADO, C. H. (Orgs.). *O ambiente da Ilha Grande*. Rio de Janeiro: UERJ/CEADS. P. 299-370, 2009.
- SANTIAGO, A. M. A. *De “caldeirão do diabo” a “paraíso ecológico”: a conversão da Ilha Grande*. 2010. 262 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- SANTOS, M. S. História e Memória: o caso do Ferrugem. *Revista Brasileira de História*: São Paulo, v.23, n.46, pp. 271-295, 2003.
- SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul/dez. 2009.

SORENSEN, A. Backpacker ethnography. *Annals of Tourism Research*, v. 30, n. 4, p. 847-867, 2003.

STEIL, C. A. Antropologia do turismo: comunidade e desterritorialização. Recife: 22^a RBA, 2004.

STEIL, C. A.; TONIOL, R. Ecologia, corpo e espiritualidade: uma etnografia das experiências de caminhada ecológica em um grupo de ecoturistas. *Caderno CRH*, v. 24, n. 61, p. 29-49, 2011.

SCHEYVENS, R. Ecotourism and the empowerment of local communities. *Tourism Management*, v.20, p.245-249, 1999.

_____. Backpacker tourism and Third World Development. *Annals of Tourism Research*, v.29, n.1, p.144-164, 2002.

_____. Sun, sand and beach fare: benefiting from backpackers - the Samoan way. *Tourism Recreation Research*, v. 31, n. 3, p.75-86, 2006.

SCHEYVENS, R.; MOMSEN, J. H. Tourism in small island states: from vulnerability to strengths. *Journal of Sustainable Tourism*, vol. 16, n. 5, p.491-510, 2008.

SCHEYVENS R.; MOMSEN J. H. Tourism and poverty reduction: issues for small island states. *Tourism Geographies*, v. 10, n. 1, p. 22-41, 2008.

SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, L. P. et. al. *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1988.

SOLNIT, R. *Wanderlust: a history of walking*. Londres: Verso. 2001.

TAKAHASHI, L. Uso público em unidades de conservação. Cadernos de Conservação, Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, ano 2, n. 2, 2004.

TARTAGLIA, C. Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande: 30 anos. São Paulo: Chermont Editora, 2019. 183p.

TENÓRIO, M. C. Povoamento histórico da Ilha Grande. In: PRADO, R. M. (Org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 19-37, 2006.

TREKKING. In: Cambridge Dictionary Online. Cambridge University Press, 2021. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/trekking>. Acesso em: 15 fev 2021.

UFRRJ/IEF/PRO-NATURA. Plano Diretor do Parque Estadual da Ilha Grande. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1993. 247p.

- URRY, J. *Sociology beyond societies: mobilities for the twenty-first century*. Londres: Routledge, 2000.
- VERÍSSIMO, M.; COSTA, C. Understanding the new backpackers: a literature review. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, n. 29, p. 7-19, 2018.
- VISSER, G. The developmental impacts of backpacker tourism in South Africa. *GeoJournal*, n. 60, p. 283-299, 2004.
- VOGT, J. W. Wandering: youth and travel behavior. *Annals of Tourism Research*, v. 4, n. 1, p. 25-41, 1976.
- WALL, G.; LONG, V. Balinese Homestays: an Indigenous response to tourism opportunities. In: BUTLER, R.; HINCH, T. (Orgs.). *Tourism and Indigenous Peoples*. London: International Thomson Business Press, p. 27-48. 1996.
- WELK, P. The beaten track: anti-tourism as an element of backpacker identity construction. In: WILSON, J.; RICHARDS, G. (Orgs.). *The Global Nomad: backpacker travel in theory and practice*. Channel View Publications, p. 77-91. 2004.
- _____. The Lonely Planet Myth: backpacker bible and travel survivor kit. In: HANNAM, K.; ATELJEVIC, I (eds.). *Backpacker tourism: concepts and profiles*. Channel View Publications, p.82-94, 2008.
- WILSON, D. Paradoxes of tourism in Goa. *Annals of Tourism Research*, n. 24(1), p. 52-75, 1997.
- WILSON, J.; RICHARDS, G. Suspending reality: an exploration of enclaves and the backpackers experience. In: HANNAM, K.; ATELJEVIC, I (eds.) *Backpacker tourism: concepts and profiles*. Channel View Publication, p. 9-25, 2008.
- WUNDER, S. Modelos de turismo, florestas e rendas locais. In PRADO, R. M. (Org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: Garamond: EDUERJ, 2006. p.133-191.
- ZANATTA, R. M. *Abraão e Aventureiro: pensando o turismo de camping na Ilha Grande*. Dissertação de mestrado. UERJ, 2010, 101p.

APÊNDICE A - Roteiros de entrevistas

GUIA DE TURISMO

Identificação: nome, idade, sexo

1. Como é a sua ligação com a Ilha Grande?
2. O que você fazia antes de trabalhar como guia aqui na ilha?
3. O que significa isto para você?
4. Você tem ideia da quantidade de pessoas que fazem a volta à Ilha?
5. O que você acha que essa atividade significa para as pessoas do lugar?
6. Você acha que dá para caracterizar as pessoas que dão a volta à Ilha Grande?

MORADORES LOCAIS

Identificação: nome, idade, sexo, ocupação

1. Mora na Ilha há quanto tempo?
2. Como você enxerga esse pessoal que visita a Ilha Grande? Tem algum benefício para você? E para a Ilha Grande?
3. O que você acha que tem de positivo e de negativo nos caminhantes?
4. Você tem ideia da quantidade de pessoas que passam por aqui caminhando?

CAMINHANTES-MOCHILEIROS

Identificação: nome, idade, sexo, local de residência, ocupação.

1. Qual sua ligação com a Ilha Grande?
2. Por que você fez a volta na Ilha Grande?
3. O que isso significa para você?
4. Como foi sua volta na ilha?
4. O que você achou das trilhas?

5. Nos lugares por onde passou, qual foi o seu relacionamento com o local?
6. O que você acha que essa atividade significa para as pessoas do lugar?
7. Em termos econômicos, como você vê essa prática?
8. Em relação à segurança, qual a sua opinião?
9. Você faria de novo? Se sim, o que mudaria?
10. Você acha que o que você fez é turismo?
11. O que mais te surpreendeu?

APÊNDICE B - Lista de interlocutores**Moradores da Ilha Grande e profissionais do turismo**

Data da entrevista	Nome Fantasia	Local de moradia	Idade	Descrição
03/08/2017	Dico	Abraão	42	Proprietário de pousada e ex-guia de turismo
03/08/2017	Renato	Abraão	-	Ex-guia de turismo
04/08/2017	Maria	Saco do Céu	18	Atendente de bar
04/08/2017	Natalia	Bananal	-	Moradora da praia de Bananal
04/08/2017	Vadinho	Matariz	58	Dono de bar, pescador
05/08/2017	Rosana	Matariz	-	Atendente do bar
05/08/2017	Sebastião	Longa	-	Ex-pescador
06/08/2017	Valdecir	Gruta do Acaiá	-	Proprietário do terreno onde encontra-se a gruta do Acaiá
08/08/2017	Nice	Araçatiba	52	Dona de camping / pousada
08/08/2017	Miquéas	Provetá	18	Atendente da mercearia

08/08/2017	Rosangela	Aventureiro	46	Dona de camping / pousada / restaurante
09/08/2017	Sabrina	Parnaioaca	35	Funcionária do camping
09/08/2017	Rodrigo	Abraão	34	Guia de turismo
11/08/2017	Michelle	Itaoca	36	Moradora de Itaoca
11/08/2017	João Pontes	Palmas	59	Guia de turismo

Caminhantes entrevistados pessoalmente ou via Whats App

Nome Fantasia	Data da volta na Ilha	Duração	Tipo de caminhante	Local de residência	Idade	Ocupação
Eduardo	Agosto de 2017	8 dias	Guiado	Niterói/RJ	35	Técnico em computação
Mariana	Agosto de 2017	8 dias	Guiado	Angra dos Reis/RJ	32	Bióloga, funcionária pública
Anselmo	Dezembro de 2018	9 dias	Guiado	Rio de Janeiro/RJ	56	Engenheiro
Bernadete	Outubro de 2020	9 dias	Guiado	Maringá/PR	68	Professora universitária aposentada
Bia	30/11 a 08/12/2020	9 dias	Guiado	Franca/SP	68	Farmacêutica aposentada

Rosi	30/11 a 08/12/2020	9 dias	Guiado	São José do Rio Preto/SP	56	Bancária aposentada
Adilson	Todos os anos, desde 2010	8 dias	Grupo de caminhada	São Paulo/SP	50	Professor
Ana	18/12 a 26/12/2020	8 dias	Grupo de caminhada	Itanhaém/SP	45	Funcionária pública
Daniela	19/12 a 28/12/2020	8 dias	Grupo de caminhada	São Paulo/SP	29	Funcionária pública
Tom	18/12 a 26/12/2020	10 dias	Começou em grupo de caminhada e finalizou sozinho	Piracicaba/SP	40	Historiador
Wagner	Junho/julho de 2021	11 dias	Autônomo, com um amigo	São Paulo/SP	35	Engenheiro geólogo

Relatos de volta na Ilha Grande consultados na internet

Autor	Site/blog	Título do relato	Data da volta na Ilha	Duração (dias)	Pessoas (qtde)	Utilizou guia de turismo?	Sentido	Link
Schemes	Mochileiros.com	Volta à Ilha Grande sozinho	17 a 25/01/2006	6	1	não	horário	https://www.mochileiros.com/topic/56-1-volta-a-ilha-grande-s%C3%B3zinho/
Jansen	Mochileiros.com	Volta à Ilha Grande a pé	Abril 2007	8	3	não	horário	https://www.mochileiros.com/topic/27-985-volta-a-ilha-grande-a-p%C3%A9/

Autor	Site/blog	Título do relato	Data da volta na Ilha	Duração (dias)	Pessoas (qtde)	Utilizou guia de turismo?	Sentido	Link
Augusto	Mochileiros.com	Volta completa na Ilha Grande: uma caminhada inesquecível	Janeiro 2008	11	2	não	anti horário	https://www.mochileiros.com/topic/1171-volta-completa-de-ilha-granderj-uma-caminhada-inesquec%C3%ADvel/
André	Guia do Viajante	A volta na Ilha Grande de mochilão em 5 dias	Julho 2008	5*	1	não	horário	https://guiadoviajante.com/489/a-volta-na-ilha-grande-de-mochilao-em-5-dias/
Wyllo	Mochileiros.com	Aventura na Ilha Grande - Relato em vídeo!	Abril 2009	4*	3	não	horário	https://www.mochileiros.com/topic/2550-aventura-na-ilha-grande-relato-em-v%C3%ADdeo/
Marcio	Mochileiros.com	Volta na Ilha Grande, breve relato (completa)	11 a 20 maio 2009	9	3	não	horário	https://www.mochileiros.com/topic/4441-volta-na-ilha-grande-breve-relato-completa/
Divanei	Mochileiros.com	A Ilha da Grande volta e a Serpente do Paraíso	Carnaval 2010	5*	4	não	anti horário	https://www.mochileiros.com/topic/5394-a-ilha-da-grande-volta-e-a-serpente-do-para%C3%ADso/
Luis	Mochileiros.com	Volta completa na Ilha Grande dormindo em quartos e pousadas relatos, fotos e dicas	Março 2011	6**	2	não	anti horário	https://www.mochileiros.com/topic/10541-volta-completa-na-ilha-grande-dormindo-em-quartos-e-pousadas-relato-fotos-e-dicas/
Pablo	Mochileiros.com	Volta completa na Ilha Grande	Junho 2011	9	4	não	anti horário	https://www.mochileiros.com/topic/32026-volta-completa-na-ilha-grande/

Autor	Site/blog	Título do relato	Data da volta na Ilha	Duração (dias)	Pessoas (qtde)	Utilizou guia de turismo?	Sentido	Link
Paulo	Mochileiros.com	Volta na Ilha Grande 15/16	2014	-	2	não	anti horário	https://www.mochileiros.com/topic/32026-volta-completa-na-ilha-grande/
Bruna	Mochileiros.com	Volta Completa Ilha Grande - Dez 2014 - com fotos e valores	19 a 27 dez 2014	9	3	não	anti horário	https://www.mochileiros.com/topic/32944-volta-completa-ilha-grande-dez-2014-com-fotos-e-valores
Andreia	Mochileiros.com	Ilha Grande 2015	Carnaval 2015	5	2	não	anti horário	https://www.mochileiros.com/topic/35924-ilha-grande-2015/
Suzan	Mochileiros.com	Volta a Ilha Grande em 13 dias – dezembro/2014 a janeiro 2015	Dezembro 2014	13	2	não	horário	https://www.mochileiros.com/topic/37573-volta-a-ilha-grande-em-13-dias-%E2%80%93-dezembro2014-a-janeiro-2015/
Leticia	Mochileiros.com	Trilha Volta Ilha Grande	03 a 09 jun 2017	7	2	não	anti horário	https://www.mochileiros.com/topic/61229-trilha-volta-ilha-grande/
Pedro	Mochileiros.com	Volta na Ilha Grande Extreme Trekking 06 a 12 Novembro 2017 (7 dias) 120 km	06 a 12 nov 2017	7	3	sim	anti horário	https://www.mochileiros.com/topic/66629-volta-na-ilha-grande-extreme-trekking-06-a-12-novembro-2017-7-dias-120-km/
Diego	Mochileiros.com	O Contorno da Ilha Grande	20 a 27 dez 2017	7	4	não	anti horário	https://www.mochileiros.com/topic/68987-o-contorno-da-ilha-grande/
Natan	Mochilão Sabático	Ilha Grande - uma volta no paraíso	Agosto 2017	13	2	não	anti-horário	https://mochilaosabatico.com/2017/08/04/ilha-grande/

Autor	Site/blog	Título do relato	Data da volta na Ilha	Duração (dias)	Pessoas (qtde)	Utilizou guia de turismo?	Sentido	Link
Rodrigo	Exploradores	Volta da Ilha Grande/RJ	Janeiro 2018	9	3	não	anti-horário	http://www.exploradores.com.br/volta-da-ilha-grande-rj/
Renan	A Mochila e o Mundo	Volta Completa em Ilha Grande/RJ	Novembro 2016	5,5	3	não	anti-horário	https://www.amochilaeomundo.com/p/volta-completa-em-ilha-grande.html
Tiago	Trilhar e Mochilar	Trekking: Volta na Ilha Grande /RJ	2017	6	9	sim	anti-horário	http://trilharemochilar.blogspot.com/2017/01/trekking-volta-na-ilha-grande-rj.html

(*) Não finalizaram a volta por algum motivo.

(**) Seguiram de Parnaíoca para Abraão, não fazendo a volta totalmente completa.

APÊNDICE C - Termo de consentimento livre e esclarecido.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada "Trekking de Volta à Ilha: Implicações do Turismo Mochileiro na Ilha Grande (RJ), conduzida por Mariana Cristina Pereira Ostanello de Campos. Esta pesquisa tem por objetivo analisar a ocorrência do turismo mochileiro e suas repercussões no território insular da Ilha Grande.

Você foi selecionado(a) por ser morador(a) local, ser guia de turismo e/ou já ter praticado a volta a pé na Ilha Grande (caminhante/mochileiro). Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Sua participação na pesquisa não oferece riscos. Todavia, caso você se sinta incomodado com alguma pergunta ou desconfortável em compartilhar informação de caráter pessoal, você não precisa respondê-la. Sua participação não será remunerada e nem implicará em gastos.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder às perguntas segundo um roteiro de entrevista pré-estabelecido, que será conduzido por Mariana Cristina Pereira Ostanello de Campos. O conteúdo da entrevista é composto por questões que visam obter informações sobre a relação do entrevistado com o turismo mochileiro e com a Ilha Grande, e a influência da prática do turismo de volta à Ilha para o praticante e para a comunidade local. Caso seja permitido por parte do entrevistado, a entrevista poderá ser gravada para ser transcrita posteriormente, sendo utilizada apenas para facilitar a coleta de dados.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. A pesquisadora se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos ou instituições participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Abaixo, seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável: Mariana Cristina Pereira Ostanello de Campos, doutoranda do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rua São Francisco Xavier, 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12º andar, Bloco F, sala 12005, bairro Maracanã, Rio de Janeiro/RJ, e-mail: mariana.ostanello@gmail.com, telefone: (14) 99735-1406.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

_____, ____ de _____ de ____.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador